

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DIANA INGRID PORTO FONTES CANUTO

**A EPT E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE GESTÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO**

Aracaju/SE

2025

DIANA INGRID PORTO FONTES CANUTO

**A EPT E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE GESTÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Área de Concentração: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. José Osman dos Santos

Aracaju/SE

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Canuto, Diana Ingrid Porto Fontes

C235e A EPT e os desafios no processo de gestão das compras públicas do Instituto Federal de Sergipe - Campus Socorro / Diana Ingrid Porto Fontes Canuto; orientador: Prof. Dr. José Osman dos Santos. - Aracaju, SE, 2025.
114 f. : il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Campus Aracaju, 2025.

1. Compras públicas 2. Docente. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Ensino. 5. IFS I. Santos, José Osman dos, orient.
II. Título.

CDU 377

Diana Ingrid Porto Fontes Canuto

**A EPT E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE GESTÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Aprovada em: 25 de abril de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JOSE OSMAN DOS SANTOS**
Data: 13/05/2025 09:03:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Osman dos Santos

Orientador (IFS)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE FRANCO DE AZEVEDO**
Data: 19/05/2025 19:06:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Franco Azevedo

Examinador interno (IFS)

Documento assinado digitalmente
 **ROSIMERI FERRAZ SABINO**
Data: 20/05/2025 11:14:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Rosimeri Ferraz Sabino

Eximinadora externa (UFS)

Aracaju/SE
2025

Diana Ingrid Porto Fontes Canuto

CARTILHA ORIENTATIVA PARA DOCENTES SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NO IFS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em: 25 de abril de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JOSE OSMAN DOS SANTOS**
Data: 13/05/2025 09:03:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Osman dos Santos

Orientador (IFS)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE FRANCO DE AZEVEDO**
Data: 19/05/2025 19:04:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Franco Azevedo

Examinador interno (IFS)

Documento assinado digitalmente
 **ROSIMERI FERRAZ SABINO**
Data: 20/05/2025 11:17:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Rosimeri Ferraz Sabino

Eximinadora externa (UFS)

Aracaju/SE
2025

RESUMO

Para realização das atividades de ensino, faz-se necessário que os espaços pedagógicos estejam organizados e preparados para atender às necessidades educacionais. Assim, o processo de compras na gestão da EPT tem um papel fundamental para garantir os recursos necessários à realização das atividades de ensino. Esta pesquisa investiga as dificuldades enfrentadas pelos docentes no papel de requisitantes de materiais para laboratórios, essenciais à educação profissional e tecnológica. O contexto da pesquisa insere-se na realidade dos Institutos Federais, que aliam teoria e prática em um modelo de formação omnilateral. Este estudo está inserido na Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no macroprojeto relacionado à Organização de espaços pedagógicos e de gestão da EPT. O procedimento utilizado foi um estudo de caso, realizado com os docentes dos cursos técnicos do campus Socorro, por ser um campus de menor dimensão, podendo abarcar a totalidade dos docentes de disciplinas específicas na pesquisa, além de ter sido identificado um grande percentual de itens não atendidos nas licitações para aquisição de materiais para laboratórios dos cursos. A abordagem é qualitativa e de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. O procedimento utilizado para coleta de dados foi a aplicação de questionários aos docentes e pregoeiros. A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo de Bardin. Os resultados indicam que a falta de capacitação dos docentes sobre os processos de compras impacta negativamente a aquisição de materiais, resultando em licitações fracassadas e itens não atendidos. Foi constatada a necessidade de maior integração entre docentes e setor de licitações, bem como de capacitação contínua sobre legislação e procedimentos administrativos. O principal impacto da pesquisa é a proposição de um Produto Educacional na forma de uma cartilha orientativa, destinada a coordenadores de curso e docentes, com diretrizes sobre o processo de aquisição de materiais. Espera-se que a implementação dessa ferramenta contribua para a melhoria dos processos de compras no IFS, garantindo condições adequadas para o ensino prático e o cumprimento da missão institucional da EPT.

Palavras-chave: compras públicas; docente; Educação Profissional e Tecnológica; ensino; IFS.

ABSTRACT

In order to carry out teaching activities, it is necessary that pedagogical spaces are organized and prepared to meet educational needs. Thus, the Purchasing process in EPT Management plays a fundamental role in ensuring the resources necessary to carry out teaching activities. This research investigates the difficulties faced by teachers in their role as requisitioners of laboratory materials, essential for professional and technological education. The context of the research is inserted in the reality of Federal Institutes, which combine theory and practice in an omnilateral training model. This study is part of the Research Line: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT), in the macro project related to the Organization of pedagogical spaces and management of EPT. The procedure used was a case study, carried out with teachers of technical courses at the Socorro campus, as it is a smaller campus, and could include all teachers of specific subjects in the research, in addition to having identified a large percentage of items not covered in the bids for the acquisition of materials for course laboratories. The approach is qualitative and applied, with descriptive and exploratory objectives. The procedure used for data collection was the application of questionnaires to teachers and auctioneers. Data analysis was performed based on Bardin's content analysis. The results indicate that the lack of training of teachers on purchasing processes negatively impacts the acquisition of materials, resulting in failed bids and unfulfilled items. The need for greater integration between teachers and the purchasing department was identified, as well as ongoing training on legislation and administrative procedures. The main impact of the research is the proposal of an Educational Product in the form of a guidebook, aimed at course coordinators and teachers, with guidelines on the process of acquiring materials. It is expected that the implementation of this tool will contribute to the improvement of the purchasing processes at IFS, ensuring adequate conditions for practical teaching and the fulfillment of the institutional mission of EPT.

Keywords: public procurement; teacher; Professional and Technological Education; teaching; IFS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos relacionados ao tema	14
Quadro 2 - Categoria Experiência e conhecimento técnico.....	50
Quadro 3 - Categoria Adequação e atendimento às necessidades educativas	51
Quadro 4 - Categoria Autonomia e responsabilidade	51
Quadro 5 - Categoria Procedimentos administrativos e planejamento	52
Quadro 6 - Categoria Treinamento e capacitação	54
Quadro 7 - Categoria Tecnologia e ferramentas	54
Quadro 8 - Categoria: Recursos orçamentários	55
Quadro 9 - Categoria: Comunicação e colaboração	55
Quadro 10 - Avaliação do PE (Docentes)	59
Quadro 11 - Nota atribuída ao PE (Docentes)	59
Quadro 12 - Avaliação do PE (Pregoeiros)	60
Quadro 13 - Nota atribuída ao PE (Pregoeiros)	60
Quadro 14 - Sugestões ou críticas dos participantes ao PE	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Há quanto tempo trabalha no IFS? (Pregoeiros)	38
Gráfico 2 - Há quanto tempo trabalha no IFS? (Docentes)	39
Gráfico 3 - Há quanto tempo atua no setor de licitações? (Pregoeiros)	39
Gráfico 4 - Já atuou ou há quanto tempo atua como coordenador de curso? (Docentes)	40
Gráfico 5 - Considera a carga horária destinada às atividades de coordenação adequadas às atividades de planejamento? (Docentes)	43
Gráfico 6 - Se sente preparado para atuar como requisitante de materiais para o curso?	44
Gráfico 7 - Você considera que há um número elevado de itens desertos ou fracassados nas licitações para aquisições de material de laboratório para os cursos?	44
Gráfico 8 - O que você considera a principal causa para os itens desertos/fracassados nesse tipo de licitação?	45
Gráfico 9 - Aponte as principais dificuldades em relação ao processo de requisição de materiais	46
Gráfico 10 - Quais as principais dificuldades dos coordenadores de curso no papel de requisitantes?	47
Gráfico 11 - Que tipo de material poderia auxiliar os docentes no seu papel de requisitante de materiais? (Docentes)	48
Gráfico 12 - Que tipo de material poderia auxiliar os docentes no seu papel de requisitante de materiais? (Pregoeiros)	48
Gráfico 13 - Que informações considera importante nesse material? (Pregoeiros)	49
Gráfico 14 - Que informações considera importante nesse material? (Docentes)	49

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

DEL - Departamento de Licitações

DFD - Documento de Formalização da Demanda

DLC - Diretoria de Licitações e Contratos

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETP - Estudo Técnico Preliminar

IF- Instituto Federal

IFEPT- Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica

IFS - Instituto Federal de Sergipe

IN - Instrução Normativa

LDB - Lei de Diretrizes e Bases Curriculares

PE - Produto Educacional

PAC - Plano Anual de Contratações

PCA - Plano de Contratação Anual

PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações

PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SCIELO - Scientific Electronic Libry Online

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

TCLE - Termo de compromisso Livre e Esclarecido

TR - Termo De Referência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO	18
2.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS	19
2.3 O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	20
2.4 GESTÃO PÚBLICA	22
2.5 GESTÃO ESCOLAR	23
2.6 O PAPEL DO DOCENTE NA GESTÃO ESCOLAR	25
2.7 AS COMPRAS PÚBLICAS NA GESTÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 PROCEDIMENTOS	33
3.2 LOCAL DA PESQUISA	34
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	34
3.4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
5 PRODUTO EDUCACIONAL	57
5.1 O PRODUTO EDUCACIONAL CARTILHA ORIENTATIVA PARA DOCENTES SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NO IFS	58
5.2 APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	72
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DOCENTES	110
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PREGOEIROS	112
APÊNDICE D - AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	114

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva de uma educação voltada para a transformação social, o sujeito do processo educacional é o aluno e sendo assim, todos os profissionais que trabalham na escola, atuam de forma a prover os meios para garantir um ensino de qualidade, construindo um ambiente favorável ao processo de ensino-aprendizagem do discente. Nesse processo, o docente tem um papel de destaque, pois tem a função de conduzir o aluno para o alcance da aprendizagem no ambiente escolar. Mas, além de sua função em sala de aula, muitas vezes o professor precisa enfrentar outras tarefas que ultrapassam o ensino de determinada disciplina, como o planejamento dos recursos necessários à sua prática docente.

No entanto, em diversas situações, os docentes não se sentem aptos a realizar determinadas atividades, por serem de caráter mais administrativo, tornando-se um desafio a mais para o professor em sua prática escolar. Nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFEPTs) essa situação fica ainda mais evidente, pois essas Instituições possuem autonomia financeira e administrativa, cabendo, muitas vezes, aos professores a responsabilidade de planejar e requisitar os materiais necessários para suas aulas.

Esse é o caso de muitos docentes, que atuam nas coordenações de curso dos IF's e desempenham um papel fundamental no processo de gestão das compras públicas. Muitas vezes, eles são os responsáveis por requisitar os recursos necessários para garantir a oferta de aulas tanto teóricas, quanto práticas, imprescindíveis para o modelo de educação profissional ofertado nos Institutos, em que teoria e prática caminham juntos. Assim, os docentes que trabalham na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se deparam com alguns desafios específicos para a oferta de um ensino que busca a formação omnilateral do homem, como é a educação proposta pelos Institutos.

Nesse modelo de educação, a união entre teoria e prática é fundamental para se alcançar a formação integral do aluno. Assim, os Institutos possuem em sua estrutura, laboratórios de ensino que visam proporcionar a vivência prática do conteúdo estudado aos seus alunos. Esses laboratórios são dotados de equipamentos, materiais, suprimentos, etc. para garantir a realização das aulas com infraestrutura adequada, a fim de alcançar um ensino de qualidade.

As instituições públicas de ensino como o Instituto Federal de Sergipe (IFS), realizam suas aquisições de forma diferente do que ocorre na iniciativa privada. Todos os seus procedimentos relacionados à aquisições e contratações são regidos por legislação específica, que no caso em questão é a Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), em substituição

à Lei 8.666/1993, que esteve em vigor por, aproximadamente, 30 anos. No IFS, o setor de compras é centralizado na Reitoria, o que não significa que só o departamento de licitações atue no processo de aquisições. Seguindo os procedimentos previstos em legislação, esse processo passa por uma ampla cadeia de servidores, tanto técnico-administrativos, quanto docentes.

No caso de materiais e insumos para os cursos técnicos, por exemplo, os coordenadores de curso e técnicos de laboratório são os responsáveis por requisitar aqueles necessários à realização das aulas. Ocorre, muitas vezes, que esses servidores não conhecem o fluxo interno para as aquisições, o que gera enormes dificuldades no momento de planejamento e execução do seu papel de requisitante de material. Caso a requisição não seja realizada da forma correta, pode ocorrer de não aparecerem interessados na licitação para os itens solicitados, podendo comprometer, dessa forma, o funcionamento de determinado curso pela falta de recursos necessários.

Percebendo a importância dos espaços pedagógicos para o ensino, torna-se necessário refletir sobre a atuação dos docentes nesse processo. Partindo da experiência pessoal desta pesquisadora, enquanto servidora do IFS, desde 2016, e atuando na área de Licitações e Contratos, foi observada a dificuldade dos servidores em compreender o processo de compras no IFS e realizar suas atribuições como requisitantes, principalmente, quando se trata dos docentes, pois muitos não compreendem a necessidade de atuar no que diz respeito a atividades de caráter mais administrativo, relacionadas à gestão.

Após um breve levantamento das licitações realizadas no IFS, no ano de 2023, constatou-se que um dos pregões para aquisição de itens para o curso de Energia Renovável do campus Socorro teve um percentual expressivo de itens desertos ou fracassados. Isso significa que parte do material solicitado para realização das aulas não foi adquirido, fato que pode ter acarretado no comprometimento das atividades do curso. Além dos problemas já citados, outros fatores relacionados ao processo de aquisição de materiais podem estar contribuindo para aquisições ineficientes.

Diante das informações apresentadas, surgiu o problema desta pesquisa: Quais as dificuldades enfrentadas pelos docentes, no papel de requisitantes de materiais, podem interferir na organização dos espaços pedagógicos de ensino para as aulas práticas? No intuito de respondê-la, foi realizada uma pesquisa do tipo estudo de caso, junto aos docentes e coordenadores de cursos técnicos do campus Socorro, além de servidores da área de licitações, para identificar possíveis dificuldades dos docentes nesse processo e propor melhorias, a partir da perspectiva dos servidores envolvidos, visando proporcionar uma educação de

qualidade, por meio da organização de espaços pedagógicos adequados à atividade-fim da Instituição, que é o ensino.

A pesquisa está atrelada à linha 2 do PROFEPT - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, relacionada ao macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT, pois trata-se de temática relacionada à Gestão da EPT, no que diz respeito à organização dos espaços pedagógicos de ensino, através do processo de compras públicas dos materiais indispensáveis ao funcionamento do instituto.

4.2.3 Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT -Abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. Os projetos devem investigar as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais (PROFEPT, 2022).

Esta pesquisa se torna ainda mais relevante, neste momento, em virtude da nova Lei de Licitações e Contratos (14.133/2021), que já se encontra em vigor, substituindo a lei 8666/1993, que era a principal legislação sobre o assunto. Em razão dessa mudança, é de fundamental importância que os servidores do IFS estejam capacitados a atuar diante das alterações na lei.

Embora haja procedimentos padronizados por outros órgãos para execução das Compras Públicas, com base na nova lei 14.133, é importante observar o que ocorre na prática dentro da Instituição, para assim, identificar possíveis dificuldades e propor melhorias, caso necessário. Buscando, dessa maneira, alcançar a finalidade do IFS em promover um ensino de qualidade. Segundo Libâneo, Oliveira, Toschi (2017), recentes pesquisas na área de Educação apontam que certas características organizacionais interferem na aprendizagem e que:

a qualidade do ensino depende de mudanças no âmbito da organização escolar, envolvendo a estrutura física e as condições de funcionamento, a estrutura e a cultura organizacionais e as relações entre alunos, professores e funcionários (Libâneo, Oliveira, Toschi, 2017, p. 423).

Assim, justifica-se esta pesquisa pela importância da aquisição de materiais para realização das atividades práticas nos laboratórios de ensino, pois para a EPT ofertada pelo Instituto, voltada para a formação omnilateral, a união entre teoria e prática é fundamental. A relevância desta pesquisa se deve à necessidade de auxiliar os docentes do IFS a conhecer os processos internos relacionados à gestão de compras da Instituição, compreendendo seus desafios para o planejamento dos recursos utilizados para a sua prática docente. Desta forma, colaborando para a melhoria dos processos de gestão de compras na EPT, o que interfere diretamente na qualidade do ensino ofertado aos alunos, através de um ambiente adequado aos objetivos institucionais dos institutos federais.

Diante do contexto apresentado, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as principais dificuldades dos docentes no papel de requisitante de materiais para organização dos espaços pedagógicos de ensino no IFS. Pretendemos alcançar o objetivo principal por meio dos seguintes objetivos específicos: identificar os processos e participantes da gestão de compras de materiais de laboratório no IFS; analisar a importância da gestão de compras de materiais para as atividades de ensino; desenvolver um produto educacional no formato de cartilha orientativa sobre o processo de compras no IFS.

Com o intuito de conhecer melhor o assunto relacionado ao papel dos docentes na gestão das compras públicas na EPT, a estratégia para a pesquisa iniciou por uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que se caracteriza pelo emprego de procedimentos com rigor e transparência para “[...] minimizar o enviesamento da literatura, na medida em que é feita uma recolha exaustiva dos textos publicados sobre o tema em questão” (FARIA, 2019, p. 20). Como questão da RSL foi definida: como é abordada a questão de aquisição de materiais no IFS? A seguir, estabeleceu-se a seguinte equação para a busca de dissertações, em qualquer período, a saber: (“compras públicas” AND “EPT” OR “gestão escolar” OR “docente” OR “aquisições de materiais” OR “planejamento” OR “licitação”). O operador “AND” permite identificar trabalhos sobre temas associados, enquanto o “OR” é utilizado como sinônimo de um componente de busca, permitindo localizar trabalhos que tratem de um tema ou outro (PEREIRA, GALVÃO, 2014).

Para o âmbito da RSL foram adotados os portais: Google Acadêmico, Portal EduCapes, Scielo e Observatório PROFEPT, com coleta de materiais no mês de setembro de 2024. Obteve-se como resultados: Google Acadêmico: 546 resultados, Scielo: 11 resultados, Observatório PROFEPT: 07 resultados, Educapes: 18 resultados. Considerando que muitos desses estudos não possuem semelhança com o tema desta pesquisa, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão para que se chegasse àqueles mais relevantes para este estudo, pois como afirma Faria (2019, p.14): “Evidentemente, cada investigador deve construir o seu próprio modelo de forma a obter um estado da arte atualizado e adequado ao seu estudo”. Assim, utilizamos os seguintes critérios para seleção dos trabalhos:

a) inclusão: constar no resumo ou palavras-chave, a indicação de atividade de gestão de compras de materiais na EPT ou Instituto Federal; trabalhos publicados a partir de 2020; estar escrito em língua portuguesa; artigos, teses e dissertações.

b) exclusão: não constar no resumo ou palavras-chave a indicação da atividade de gestão de compras de materiais na EPT ou Instituto Federal; trabalhos publicados antes de 2020; não estar escrito em língua portuguesa; trabalhos duplicados.

A escolha dos critérios teve como objetivo investigar trabalhos mais recentes, tendo em vista que a nova Lei de licitações foi publicada em 2021, além de estudos com foco exclusivamente na EPT e institutos federais, devido às características específicas das aquisições nessa área. Após essa etapa, foram selecionados os seguintes trabalhos:

Quadro 01- Trabalhos relacionadas ao tema

TÍTULO	AUTORES	TIPO/ANO	PLATAFORMA
Compras públicas na educação profissional e tecnológica: Procedimentos para aquisições de materiais e equipamentos pelos docentes do IFPR campus Curitiba	Susimari Carreira Ribeiro dos Santos	Dissertação/ 2024	Observatório PROFEPT
O funcionamento do estado e a formação integral: O conhecimento sobre os processos de aquisições públicas como forma de promover e aplicar os princípios da educação profissional e tecnológica	Tanelia Tayse de Souza e Silva	Dissertação/ 2021	Observatório PROFEPT
Elaboração de um guia de compras públicas para servidores do IFRS	Flavio Werle de Camargo	Dissertação/ 2021	Observatório PROFEPT
Procedimentos de contratação pública: Subsídios para o planejamento da atuação docente em suas atividades práticas no ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Maranhão - campus Caxias	Guilherme Andrade Lopes	Dissertação/ 2023	Observatório PROFEPT
Aplicabilidade dos princípios da gestão democrática nos processos de compras e contratações do IFG/campus Formosa	Emilia Fernandes De Brito	Dissertação/ 2023	Observatório PROFEPT
As compras públicas como ferramenta estratégica aos institutos federais: O caso do campus ribeirão das neves do IFMG	Silvia Renata Fernandes/ Ronan Daré Tocafundo	Artigo/2020	Google Acadêmico
Dinâmica das compras públicas: proposição da visão sistêmica do processo licitatório de bens e serviços comuns segundo A lei 14.133/2021 no instituto Federal da Paraíba campus João Pessoa	Karolina Yonara Lucena de Castro	Dissertação/ 2022	Google Acadêmico
Mapeamento de processos de compras: aperfeiçoamento e ajustes para possibilitar o envolvimento de áreas finalísticas na gestão de compras e materiais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC Campus Florianópolis Continente.	Vivian C. Ganzo Savedra/ Greice Paula Heinen Legramanti	Artigo/2020	Google Acadêmico
Cultura digital na administração pública : o trabalho remoto e as novas competências para procedimentos de negociações e compras do IFPB João Pessoa	Állysson Albuquerque Andrade	Dissertação/ 2023	Google Acadêmico
Aplicação da matriz de KRALJIC para gestão de categorias de compras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Tatiana Cardoso Delgado Kobayashi	Dissertação/ 2021	Google Acadêmico
Inovação em compras governamentais: O Estudo Técnico Preliminar no planejamento de compras do IFRN.	Lidiane Aparecida da Silva	Dissertação/ 2022	Google Acadêmico
A busca da eficiência nas licitações públicas: o efeito da regulamentação da pesquisa de preço sobre as compras no Instituto Federal de Pernambuco	Francisco Ângelo Da Silva Neto	Dissertação/ 2022	Google Acadêmico
Diagnóstico e proposição de mudanças no fluxo de compras e almoxarifado de uma instituição de ensino Público Federal	Tiago J. Da Silva/ Alecxandro Pellin/ Ivano Ribeiro/ Claudio A. Rojo	Artigo/2021	Google Acadêmico

Fonte: Elaborado pela autora (2024),

A dissertação e o produto educacional no formato de guia orientativo de Santos (2024) se assemelham muito ao objeto de pesquisa deste estudo por tratar da aquisição de materiais pelos docentes, tendo como foco a orientação dos mesmos quanto aos procedimentos internos para realização das compras com êxito. Por ser uma publicação recente, já traz o produto com base na lei 14.133/2021 e portanto um material atual e de grande relevância para os estudos nessa área. A principal diferença está no produto educacional final, pois no caso desta pesquisa, é mais direcionado ao passo a passo para requisição do material.

A pesquisa de Silva (2021), bem como seu produto educacional em formato de vídeo, trazem uma abordagem que tem como foco levar informação aos alunos sobre os procedimentos de compras como forma de promover a formação integral, enquanto esta pesquisa procura entender o processo de compras com foco na participação do docente. A pesquisa e o produto educacional no formato de guia de Camargo (2021) preocupam-se em identificar os conhecimentos básicos necessários aos servidores iniciantes nas áreas de licitações e requisição de materiais, o que se assemelha a este estudo por buscar entender que conhecimentos os servidores necessitam para auxiliá-los em suas atividades ligadas ao processo de compras, com diferença em seu público-alvo, pois nesta pesquisa são os docentes.

A dissertação de Lopes (2023) também se assemelha ao tema desta pesquisa, pois teve o objetivo de identificar quais procedimentos podem servir de subsídios ao planejamento docente no processo de contratação, criando um produto educacional para auxiliar na gestão eficiente das contratações no IFMA - campus Caxias. Já a dissertação de Brito (2023) aborda os princípios da gestão democrática para que haja uma integração nos processos de compras com maior participação coletiva, resultando em um produto educacional no formato de oficina, com o objetivo de informar sobre os procedimentos de compras e incentivar a participação democrática nesses processos, aproximando-se desta pesquisa somente ao abordar os processos de compras, visto que não focamos no aspecto da gestão democrática.

O artigo de Fernandes e Tocafundo (2020) traz os resultados de uma pesquisa realizada no IFMG, com uma abordagem metodológica semelhante a este estudo por utilizar questionários para docentes e servidores que atuam com licitações, no entanto, o resultado apresentado no artigo revelou a necessidade de elaboração de um material voltado especificamente para as aquisições realizadas por Ata de registro de preços, diferente deste estudo que tem como foco os procedimentos do pregão eletrônico. Castro em sua dissertação, apresenta um panorama sobre licitações, focado especialmente na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando processos licitatórios do campus João Pessoa na coleta de dados de sua

pesquisa, que resulta na elaboração de um fluxograma com as etapas do processo de forma a proporcionar uma padronização nos trâmites internos do Instituto.

O artigo de Savedra e Legramanti (2020) faz um mapeamento do fluxo dos processos licitatórios do campus, através de entrevistas com servidores que possuem uma certa experiência nessa área, apresentando como resultados a necessidade de capacitação dos requisitantes e ajustes na cadeia do processo para torná-lo mais eficiente, com maior participação dos requisitantes em diversas etapas do processo. Andrade (2023), em sua dissertação, pesquisa sobre o perfil profissional dos gestores de compras do IFPB, frente ao trabalho remoto e as novas competências necessárias para os procedimentos de negociações e compras no instituto, que resultou em um produto educacional para os gestores de compras, no formato de manual objetivando a padronização dos procedimentos, através de informações como fluxos, documentos e atribuições do público-alvo.

A dissertação de Kobayashi (2021) analisa o perfil das aquisições do IFRN do ano de 2020, com aplicação da matriz de Kraljic e os resultados obtidos através da pesquisa realizada, com base nos portais do Tesouro Nacional e Painel de preços, demonstraram que o Instituto necessita de um planejamento estratégico para aprimorar seus processos de aquisições. Em sua dissertação, Silva (2022), analisa a implementação do ETP no planejamento das aquisições e contratações no IFRN, durante o período entre 2018 e 2021, a pesquisa demonstrou que a implementação do ETP trouxe benefícios na articulação entre área técnica e requisitante, mas que ainda são necessárias ações como capacitação e comunicação para melhoria dos processos de compras.

Silva Neto (2020) investigou os efeitos da IN nº 05/2014 SLTI/MPOG, que trata da regulamentação da pesquisa de preços, sobre as licitações do IFPE, analisando dados do período entre 2012 e 2018, além de entrevista e questionário com os gestores de compras. Os dados coletados indicaram os efeitos positivos da implementação da IN, como celeridade e aumento na eficácia dos pregões. Rojo (2021) apresenta um artigo com o objetivo de diagnosticar e propor melhorias nos fluxos de compras e almoxarifado do IFPR, através de entrevistas e análise dos procedimentos internos, identificou que pequenas mudanças nos fluxos e comunicação entre as áreas podem contribuir para aquisições mais assertivas.

As dissertações apresentadas demonstram a importância do processo de aquisições na EPT dos IFs. Dentre elas, a pesquisa de Silva (2021) é a que tem o público-alvo diferente das demais: os alunos. No entanto, por meio dela também é abordada a importância de conhecimento sobre os procedimentos de compras públicas na EPT. As demais dissertações tem em comum o foco nos servidores que atuam no processo de compras. Brito (2023) aborda

os princípios da gestão democrática para que haja uma integração nos processos de compras com maior participação coletiva. Camargo (2021) preocupa-se em identificar os conhecimentos básicos necessários aos servidores iniciantes nas áreas de licitações e requisição de materiais.

Já as dissertações de Lopes (2023) e Duarte (2019) são as que mais se assemelham ao tema desta pesquisa. Enquanto Duarte (2019) busca identificar as dificuldades dos coordenadores de curso e promover a integração com o setor de compras, Lopes (2023) visa identificar quais procedimentos podem servir de subsídios ao planejamento docente no processo de contratação. Ao analisar os estudos relacionados à aquisição de materiais nos institutos federais, percebe-se que algumas dissertações se assemelham ao objeto de estudo desta pesquisa e trarão contribuições importantes para a mesma.

No entanto, a maioria das pesquisas anteriores abordaram o conhecimento sobre as aquisições com base na lei 8.666/93, que já foi substituída pela lei 14.133 (Lei de Licitações e Contratos), a qual será utilizada neste estudo. Esta pesquisa investiga as dificuldades no processo de compras a partir da perspectiva dos docentes e pregoeiros, propondo um material que auxilie de maneira prática em suas atividades de requisitantes de materiais dentro do Instituto, contribuindo para que o planejamento e execução das aquisições sejam otimizados e reflitam na organização dos espaços pedagógicos adequados ao ensino. Destacamos ainda a relevância desta pesquisa considerando-se que não foram encontradas pesquisas sobre a temática no âmbito do IFS.

A presente dissertação está organizada em 6 seções, cuja primeira é a Introdução, que apresenta o tema, a justificativa, a revisão da literatura, a relevância e os objetivos. A segunda seção traz o referencial teórico, abordando a relação entre educação e trabalho; uma breve contextualização sobre os institutos federais e o IFS; aborda também aspectos relacionados à gestão de compras públicas e gestão escolar, além da relação dos docentes com a gestão. A terceira seção expõe o percurso metodológico desta pesquisa. Na quarta seção são apresentados os resultados e discussões. Já na quinta seção é apresentada a elaboração do Produto Educacional e seu processo de aplicação e validação. Por fim, na sexta seção são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO

Historicamente, é possível observar que a educação, na sociedade capitalista em que vivemos, tem servido aos interesses do mercado, cujo objetivo é o lucro. O ensino ofertado nas escolas tradicionais reforça a fragmentação do conhecimento, a partir da separação entre formação intelectual e manual. Desse modo, as classes menos favorecidas tem recebido apenas o conhecimento necessário à execução de determinadas tarefas, enquanto que as classes dominantes recebem instrução intelectual para ter o controle do processo de trabalho.

Ao longo da história, diversos intelectuais se dedicaram a estudar as relações entre o trabalho e a educação na sociedade capitalista. No Manifesto Comunista, Marx e Engels (2017, p.14) afirmam que a “[...] história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”, e nesse sentido, a escola tem sido mais um instrumento do capitalismo a manter a atual estrutura de classes, em que a desigualdade social cresce a cada dia, às custas da exploração e alienação do trabalhador.

Buscando explicitar melhor a relação entre trabalho e educação, cabe destacar o pensamento de Marx (1996, p.297) sobre o trabalho: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. Esse é sentido ontológico do trabalho para o autor, algo inerente ao homem.

Antônio Gramsci, importante sociólogo italiano, influenciado também pelas ideias de Marx, aborda o trabalho como princípio educativo, pois como algo inerente ao próprio homem, este aprende enquanto executa seu fazer laboral. Nesse sentido, ressalta-se a importância da práxis na educação, unindo teoria e prática, trabalho e educação. Gramsci defendia a escola unitária, como meio de superação da sociedade de classes. Manacorda reflete sobre o que seria a escola unitária para Gramsci:

[...] a escola unitária é escola de trabalho intelectual e manual (técnico, industrial); que seu objetivo é a formação dos valores fundamentais do humanismo, isto é, autodisciplina intelectual e autonomia moral necessárias tanto para os estudos posteriores como para a profissão; [...] (Manacorda, 1990, p.163).

Um dos grandes debates em relação à Educação Profissional consiste na superação da dualidade entre a formação intelectual e a manual. Nesse sentido, a Politécnica surge como uma alternativa na tentativa de uma formação omnilateral, que contemple o ser humano em

todas as suas potencialidades. O conceito de politecnia não é atual e vem sendo estudado e discutido por vários intelectuais ao longo do tempo.

No Brasil, destaca-se o papel de Saviani, no debate em torno da implantação da politecnia no País, na década de 80. Essa concepção buscava a formação humana integral e a superação entre trabalho manual e intelectual. Importa destacar que esse conceito de politecnia difere do conceito no sentido etimológico da palavra, que significa o domínio de várias técnicas, visto que eles não devem ser confundidos. A politecnia tem como objetivo a formação humana integral do aluno, a esse respeito, destaca Saviani:

A idéia de politecnia contrapõe-se à referida concepção. Ela postula que o processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é de que não existe trabalho manual puro, e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual (Saviani, 1989, p.15).

A busca por esse modelo de formação influenciou a proposta de educação dos Institutos Federais de Ensino que buscam a oferta de um ensino profissional, em que conhecimentos intelectuais e práticos sejam inseparáveis. Nesse sentido, a estrutura física com ambientes e materiais adequados desempenha um papel fundamental para esse tipo de formação. Assim, partindo dessa concepção, os Institutos Federais surgem com o objetivo de uma formação profissional para além dos interesses do capital em formar mão de obra para atender às demandas empresariais e passa a ter o foco na formação do cidadão para transformação social.

2.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS

A partir da década de 80, a luta por um modelo de educação que buscasse a formação integral do homem se intensificou. A promulgação da Constituição Federal, em 1988, apesar de não satisfazer todos os anseios da sociedade, significou um importante avanço na busca pela garantia de uma escola pública e gratuita.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Outro marco importante na história da Educação no Brasil foi a promulgação, em 1996, da Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Apesar de em seu texto constar a possibilidade de oferta de uma Educação Profissional, a implementação do Decreto 2.208/1997 separou o Ensino Médio da Formação Profissional. Somente no ano de 2004, com

a revogação desse Decreto, através da publicação do Decreto 5.154/2004, houve a retomada da discussão sobre a formação integral do aluno.

Em 2008, foi publicada a Lei 11.892, que estabelece e cria os Institutos Federais de Ensino, representando um novo cenário para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. A proposta dos Institutos é ofertar uma Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, unindo teoria e prática, conforme disposto na Lei 11.892/2008:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

A oferta de um ensino médio integrado à educação profissional busca alcançar a formação omnilateral do homem. Através da combinação entre conhecimentos teóricos e práticos, proporcionar ao aluno a compreensão de todo o processo de trabalho, diferente de receber um conhecimento fragmentado necessário apenas à execução de determinadas tarefas. Para o alcance dessa formação omnilateral, faz-se necessário o acesso a laboratórios de ensino, com a disponibilização de materiais adequados a propiciar a experiência do aprendizado na prática, contribuindo para a compreensão do todo pelo aluno.

Sobre essa perspectiva, nos institutos federais de ensino, busca-se a formação de um cidadão capaz de atuar no mundo do trabalho de forma crítica, compreendendo todo o processo de trabalho, superando a formação fragmentada que visa atender somente aos interesses do mercado. Sobre a formação integrada, Ciavatta destaca:

Assim, o termo integrado remete-se, por um lado, à forma de oferta do ensino médio articulado com a educação profissional; mas, por outro, também a um tipo de formação que seja integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Tratando-se a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos (Ciavatta, 2014, p. 198).

Dessa forma, a criação dos Institutos Federais, representa um importante marco na luta pela implantação de uma educação com base na Politecnia no Brasil, na busca pela superação da dualidade entre ensino técnico e intelectual, que tanto contribuem para manter a estrutura de classes, na qual a desigualdade social é cada vez maior. Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Sergipe representa no Estado essa proposta de Educação Profissional que tem como foco uma educação integral do cidadão e não apenas para o mercado de trabalho.

2.3 O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

O Instituto Federal de Sergipe originou-se a partir de duas Instituições: A Escola de Aprendizizes e Artífices, fundada pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 e o Patronato Agrícola São Maurício, pelo Decreto nº 890, de 14 de novembro de 1924. Essas escolas tinham como objetivo afastar os filhos dos “desfavorecidos das fortunas” da ociosidade e do crime, além de atender às necessidades do Estado de formar operários, no caso da Escola de Aprendizizes e Artífices, e no caso do Patronato, preparar para o trabalho agrícola.

Ao longo do tempo, ambas as Instituições passaram por diversas transformações, seja em suas denominações ou estruturas organizacionais, acompanhando as mudanças que ocorriam na sociedade como um todo. Assim, no ano de 2008, a Escola de Aprendizizes Artífices já tinha se transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e o Patronato Agrícola São Maurício, já era denominado de Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Santos Neto assim sintetiza o desenvolvimento da Instituição e seu papel na sociedade ao longo do tempo:

Intensificada a industrialização com forte apoio do Estado nas décadas de 1930 e 1940, as Escolas Industriais acompanharão o novo modelo de desenvolvimento, qualificando mão-de-obra, tendo em vista o seu papel estratégico para o país na formação das áreas de infra-estrutura para o desenvolvimento econômico das décadas seguintes. Com isto, o Brasil chega nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 com Escolas Técnicas com mais autonomia para enfrentar as mudanças paradigmáticas nas políticas de educação profissional, implicadas pela necessidade da modernização da estrutura produtiva, devido à globalização econômica e uso de novas tecnologias de informática tanto no trabalho quanto no cotidiano. Por fim, é neste cenário complexo que surgem os Institutos Federais com o objetivo de se comprometer com a sociedade para fundar a igualdade na diversidade social, econômica, geográfica e cultural de nosso país. Sendo assim, os Institutos Federais dão continuidade, neste centenário, ao papel político significativo que possui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Santos Neto, 2009, p.38-39).

A promulgação da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, momento em que essas duas instituições passam a ser o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Ao longo dos anos, sua estrutura se expandiu e hoje conta com 10 campi, espalhados pelo Estado.

O IFS tem como sua missão: “Promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos” (IFS, 2022). Para cumprir com esta missão, atualmente, possui um estrutura com 10 unidades sediadas nos municípios de: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Itabaiana, Estância, Nossa Senhora da Glória, Propriá, Tobias Barreto, Nossa Senhora do Socorro e Poço Redondo.

Dentre as finalidades do IFS, está a de: “[...] I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia [...]” (IFS, 2021). Atualmente, na Instituição, são ofertados cursos nos seguintes níveis e modalidades de ensino: Ensino Médio (Integrado, Concomitante e Subsequente), Superior (Graduação e Tecnólogo) e Pós-Graduação (Mestrado).

A Instituição busca, através do ensino, a formação integral humana. Para isso, o IFS precisa fornecer, dentre outras coisas, infraestrutura adequada para realização das aulas tanto teóricas, quanto práticas, pois a união entre teoria e prática é essencial e faz parte do currículo dos discentes. Assim, os diversos campi, além das salas de aula, contam com laboratórios de ensino, onde a vivência prática das disciplinas pode ser realizada. Esses espaços com infraestrutura adequada para desenvolver as habilidades na prática, também contribuem para o alcance de uma educação de qualidade. Pacheco ressalta a importância desses espaços no processo educativo:

Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos (Pacheco, 2018, p. 21).

Diante disso, destacamos o papel da gestão na EPT, pois para o desenvolvimento das atividades de ensino, é necessário que a Instituição esteja dotada com infraestrutura e recursos adequados ao seu funcionamento. Nesse sentido, a gestão das compras, através de aquisições e contratações de serviços, tem caráter fundamental de garantir as condições necessárias ao cumprimento da finalidade institucional em promover um ensino de qualidade.

2.4 GESTÃO PÚBLICA

A gestão eficiente dos recursos é fator decisivo para o sucesso de qualquer instituição. Na Administração Pública, isso fica ainda mais evidente, uma vez que, os recursos, muitas vezes, são escassos e insuficientes para atender todas as demandas da comunidade. Para Salm e Menegasso (2009, p.103), a gestão pública é “[...] um conjunto de conhecimentos e de estratégias em ação para prover os serviços públicos – bem comum – para o ser humano, considerado em suas múltiplas dimensões e como cidadão partícipe de uma sociedade multicêntrica articulada politicamente”.

Diferente dos particulares, os órgãos vinculados à esfera pública, devem seguir procedimentos e princípios regidos por leis, com o objetivo de resguardar o interesse público. Assim diz a Constituição Federal: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Brasil, 1988).

A Administração Pública compreende diversos órgãos e dentre eles estão os Institutos Federais, denominados como autarquias, que Higa (2014, p.94) define como: “A autarquia refere-se a uma pessoa jurídica de direito público, que possui capacidade de ordem administrativa (autoadministração)”. Dessa forma, a gestão dos recursos financeiros necessários à realização das Compras Públicas é realizado pela própria instituição, por meio de seus servidores, pois como afirma Castro (2014, p.112): “Nas organizações públicas, os servidores são os responsáveis por desenvolver o trabalho - portanto, carregam a responsabilidade de alcançar os objetivos da instituição”.

Para o alcance de uma gestão cada dia mais eficiente, o planejamento é uma etapa fundamental na busca pela otimização dos recursos públicos. Segundo Castro (2014, p.106) “A gestão pública contemporânea está alicerçada sobre o planejamento estratégico, na inovação e na inteligência organizacional, em busca da excelência na prestação dos serviços com foco no cidadão com transparência e responsabilidade”. No que diz respeito às Compras Públicas, a falta de planejamento pode acarretar no comprometimento das atividades institucionais, seja pela falta de materiais no momento necessário ou por aquisições de itens inadequados.

Assim, na busca por Compras Públicas que atendam os objetivos das Instituições de Ensino da Rede Pública Federal, em promover uma educação integral de qualidade, é importante observar os princípios e boas práticas na Gestão Pública, como conclui Castro: (2014, p.107) “Na gestão, portanto é fundamental gerir os recursos com a finalidade de obter melhores resultados, cumprindo os objetivos estabelecidos pela instituição”.

2.5 GESTÃO ESCOLAR

A ampliação da oferta de educação, a partir do início do século XX, como consequência das demandas da sociedade, impostas pelo capitalismo para formação de mão-de-obra, gerou a necessidade de uma maior organização do processo educativo. Assim, surge

a necessidade de uma Administração escolar, incorporando os princípios da Administração Geral voltada para o cenário empresarial.

No entanto, esse modelo de Administração com viés empresarial aplicado nas escolas passa a ser questionado por educadores, principalmente a partir da década de 80, quando há um grande movimento em busca de um modelo de educação que não servisse apenas aos interesses capitalistas exploratórios. Importa destacar que diversos estudiosos passaram a questionar a aplicação dos princípios da Administração Geral ao ambiente escolar, por possuírem finalidades distintas, como afirma Teixeira, já no ano de 1964:

Embora alguma coisa possa ser aprendida pelo administrador escolar de toda a complexa ciência do administrador de empresa de bens materiais de consumo, o espírito de uma e outra administração são de certo modo até opostos. Em educação, o alvo supremo é o educando a que tudo mais está subordinado; na empresa, o alvo supremo é o produto material, a que tudo mais está subordinado. Nesta, a humanização do trabalho é a correção do processo de trabalho, na educação o processo é absolutamente humano e a correção um certo esforço relativo pela aceitação de condições organizatórias e coletivas aceitáveis. São, assim, as duas administrações polarmente opostas (Teixeira, 1964, p. 15).

Outra questão a se destacar é sobre os termos Administração Escolar ou Gestão Escolar que são “[...] utilizados na literatura educacional ora como sinônimos, ora como termos distintos” (Gracindo, Kenski, 2001, p.113). Nesse trabalho, será utilizado, preferencialmente, o termo Gestão Escolar para se referir à abordagem administrativa do processo educativo pois, de acordo com Gracindo e Kenski, “[...] em discursos mais politizados, gestão aparece como a nova alternativa para o processo político administrativo da educação” (2001, p. 113).

A gestão das compras públicas nos institutos federais faz parte da gestão escolar, que desempenha um papel fundamental para que os ambientes de ensino estejam adequadamente organizados de acordo com a sua finalidade educacional. Assim, de forma geral, independente de sua função na instituição, a falta ou insuficiência acerca dos conhecimentos administrativos por parte dos servidores, resulta, no caso das compras públicas, em contratações de serviços e aquisições de materiais aquém do necessário para o funcionamento dos cursos, impactando diretamente na qualidade do ensino. É fundamental pensar nas questões administrativas como parte importante dentro da estrutura escolar, pois conforme afirma Paro:

[...] a administração escolar não se reduz às atividades-meio. Se administração é utilização racional de recursos para a realização de fins, atividade portanto mediadora entre meios e objetivos, o processo pedagógico necessariamente adquire uma conotação administrativa. O senso comum, todavia, insiste em separar a função pedagógica da administrativa, porque esta quase nunca é vista em sua essência, abstraída de seus condicionantes conjunturais que a tornam ou mera burocratização (meios que se tornam fins em si mesmo ou mera gerência (controle do trabalho alheio) (Paro, 2016, p.43).

É importante considerar que dentro do ambiente educacional, como é o caso dos institutos, toda função desempenhada tem como objetivo final o ensino. Sendo assim, as atividades administrativas não devem ser consideradas separadamente da atividade pedagógica, conforme afirma Paro (2016), visto que ambas atuam para organizar e atingir objetivos educacionais.

Nesse contexto, podemos citar os docentes dos institutos federais, por exemplo, pois independente da atividade desempenhada, sua finalidade é sempre em função do ensino, seja em sala de aula com os alunos ou executando atividades relacionadas à gestão da escola, como a aquisição de materiais para suas aulas. Portanto, no ambiente educativo da EPT, mesmo as funções relacionadas ao processo de gestão não são meramente administrativas, visto que elas desempenham papel fundamental de proporcionar a estrutura necessária ao ensino.

2.6 O PAPEL DO DOCENTE NA GESTÃO ESCOLAR

Ao mencionar o papel do docente, estabelece-se uma imediata imagem sobre a atuação em sala de aula, na ministração de conteúdos aos alunos. Mas, na nossa sociedade contemporânea, sua prática tem passado por diversas mudanças acompanhando o ritmo acelerado do processo de globalização. No Brasil, principalmente, a partir da década de 1980, a educação passou por grandes mobilizações em busca de pedagogias que ultrapassassem o ensino como alvo de interesses da classe dominante.

Uma particularidade da década de 1980 foi precisamente a busca de teorias que não apenas se constituíssem como alternativas à pedagogia oficial, mas que a ela se contrapusessem. Eis o problema que emergiu naquele momento: a necessidade de se construir pedagogias contra-hegemônicas, isto é, que em lugar de servir aos interesses dominantes se articulassem com os interesses dos dominados (Saviani, 2013, p. 402).

Em decorrência desse período, houve significativos avanços na área da Educação como o estabelecimento do princípio da gestão democrática e a exigência de projeto político pedagógico de cada escola, proporcionando uma maior vinculação da comunidade na escola e participação do docente nas decisões. No entanto, os professores passaram a ter mais atribuições e responsabilidades, como destaca Saviani:

Pede-se aos professores que, no espírito da “qualidade total”, não apenas ministrem suas aulas, mas também participem da elaboração do projeto pedagógico das escolas, da vida da comunidade, animando-a e respondendo às suas demandas; da gestão da escola; e do acompanhamento dos estudos dos alunos, orientando-os e suprindo suas dificuldades específicas (Saviani, 2013, p.449).

Assim, o novo perfil profissional do professor pressupõe o domínio de diversas habilidades, além de tempo para participar ativamente da vida escolar e contribuir para a formação do aluno para a sociedade atual. Mas, apesar dessas exigências, o professor muitas vezes não se sente capacitado para atuar frente a essas mudanças e encontra-se diante de uma grande desafia na sua prática docente. Assim Charlot ressalta a angústia do docente em relação a essa situação:

A escola e os professores devem elaborar um projeto político-pedagógico levando em conta as características do bairro e dos alunos, mobilizar recursos culturais e financeiros que possibilitem melhorar a eficácia e a qualidade da formação, tecer parcerias, desenvolver projetos com os alunos etc. Essas novas exigências requerem uma cultura profissional que não é a cultura tradicional do universo docente; o professor, que não foi e ainda não é formado para tanto, fica um pouco perdido (Charlot, 2013, p.47).

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que houve significativos avanços no campo educacional a partir de 1980, também foram transferidas as responsabilidades sobre o sucesso ou fracasso escolar para o professor. Na luta por direitos, o docente foi sobrecarregado de deveres. Saviani reflete sobre o “drama atual do professor”:

Ele, que nos anos de 1980 participou da mobilização dos educadores, reivindicando maior participação nas decisões; na elaboração do projeto político pedagógico das escolas; na gestão do ensino, na formulação das políticas educativas, agora se vê diante da seguinte cobrança: “Vocês não reivindicaram maior participação? Pois é. Suas reivindicações foram atendidas: [...] Agora o êxito da escola e da política educacional que a orienta depende apenas da iniciativa e dedicação de vocês, professores” (Saviani, 2013, p.450).

Assim, diante desse cenário constrói-se socialmente uma imagem do professor como herói ou vilão, responsável pelo êxito ou não dos seus alunos. Ou ainda, como afirma Charlot que o professor está entre o papel de herói ou vítima da sociedade. E nesse sentido, destaca o papel da Instituição escolar para tentar equilibrar essas duas visões distintas sobre o perfil do docente:

Quando o professor se sente amparado pela sociedade e pela Instituição escolar, trata-se apenas de um balanço de pouca amplitude, que se manifesta quando ocorrem dificuldades profissionais particulares. Mas, quando a sociedade e a própria Instituição escolar abandonam o professor e até o criticam, como fazem hoje em dia, esse balanço torna-se um marco da identidade profissional e social do professor (Charlot, 2013, p.48).

Moreira (2017), em seu livro *Teorias da Aprendizagem*, destaca o papel do docente, segundo a teoria da aprendizagem de Gagner, em que esta é definida como uma mudança comportamental persistente e que os processos internos de aprendizagem podem ser influenciados por eventos externos, planejados e executados pelo professor para o alcance de objetivos instrucionais. Nesse caso, o professor atua como se fosse um “gerente” da instrução,

a quem cabe as atividades de planejamento, supervisão e tomada de decisões para que ela ocorra:

Ao professor cabe a tarefa de promover a aprendizagem por meio da instrução. Ele planeja a instrução, administra-a e avalia sua eficácia mediante a avaliação da aprendizagem do aluno. Ele é uma espécie de “gerente” da instrução, cuja tarefa é planejar, delinear, selecionar e supervisionar a organização de eventos externos com o objetivo de influenciar os processos internos de aprendizagem. Uma vez planejada a instrução, é necessário ministrá-la ao aluno. Tanto ao planejar como ao ministrar a instrução (bem como ao avaliar seus resultados), o professor deve tomar muitas decisões, e é nesse sentido que pode ser visto como um “gerente” da instrução ou um organizador dos eventos externos da aprendizagem (Moreira, 2017, p.78).

O papel do docente vai muito além do ensino de determinado conteúdo, em sua atividade diária está sempre o ato de planejar e tomar decisões que reflitam na melhor maneira de conduzir o processo de aprendizagem aos alunos. O planejamento das atividades é uma etapa indispensável no processo de ensino e está diretamente relacionado com o alcance dos objetivos educacionais, devendo ser efetivo e eficaz como destaca Gandin:

O planejamento visa também à eficácia. Os dicionários não fazem diferença suficiente entre eficácia e eficiência. O melhor é não se preocupar com palavras e verificar que o planejamento deve alcançar que se façam bem as coisas que se fazem (chamaremos a isso de eficiência), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer, porque são socialmente desejáveis (chamaremos a isso de eficácia) (Gandin, 2010, p.17).

Participar das atividades relacionadas à gestão da escola é mais uma dessas atribuições em que o professor deve planejar com eficiência para garantir que os materiais requisitados para suas aulas sejam eficazes no alcance dos objetivos estabelecidos para determinada disciplina, de forma a influenciar positivamente no processo de ensino-aprendizagem. Planejar as aulas envolve além do conteúdo, também, os recursos materiais que serão necessários tanto em aulas teóricas, quanto práticas. Luckesi (2011, p.147), destaca a relevância desse processo: “O ato de planejar é uma ato decisório de maior importância e efetivado dentro de um projeto coletivo institucional” .

Sobretudo nos IF’s, essas atividades de planejamento são indispensáveis para garantir os materiais que estarão disponíveis às atividades específicas de determinado curso, uma vez que o docente necessita seguir o calendário de planejamento das aquisições da Instituição e participar durante o processo da compra desses materiais, atuando também na análise do material que será adquirido. Assim, o planejamento torna-se uma atividade de extrema relevância para o processo educacional como um todo, uma vez que o ambiente externo, como uma boa infraestrutura para o desenvolvimento das aulas, é um fator de suma importância na qualidade do ensino.

A gestão eficiente dos recursos materiais, por meio da Gestão de Compras tem como objetivo garantir que os espaços destinados ao processo de ensino-aprendizagem possuam ambientes adequados aos objetivos institucionais da EPT, considerando suas especificidades. Um ensino de qualidade passa também pelo planejamento dos Espaços Pedagógicos, que na perspectiva de Santos e Silva (2020) são espaços que :

[...] acolhem a compreensão de ambiente educativo, onde se dão as relações intra e interpessoais e onde se fazem presentes os determinantes pessoais, sociais e culturais inerentes à condição humana, os quais influenciam as relações de ensino e de aprendizagem e por elas também são influenciados. Quando tais relações ocorrem no interior da escola, os Espaços Pedagógicos em EPT devem considerar as especificidades dessa modalidade, em atenção às necessidades físicas que consistem nas salas de aula convencionais e especializadas, laboratórios, biblioteca, etc, com vistas ao cumprimento dos fins educativos (Santos, Silva, 2020, p.1945).

Assim, percebe-se que a qualidade do ensino é resultado do envolvimento de vários fatores, dentre os quais está o papel do docente. No caso dos IF's, os docentes que atuam nas coordenações de curso desempenham um papel fundamental no processo de gestão das compras públicas, mas nem sempre essas atividades tidas como administrativas são entendidas como tão relevantes para o ensino. Muitas vezes, os professores são os responsáveis por requisitar os recursos necessários para garantir a oferta de aulas tanto teóricas, quanto práticas, imprescindíveis para o modelo de educação profissional ofertado nos Institutos, em que teoria e prática caminham juntos.

Os professores têm várias responsabilidades profissionais: conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino à realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre seu próprio trabalho. Há todavia, outra importante tarefa, nem sempre valorizada: participar de forma consciente e eficaz nas práticas de organização e gestão da escola (Libâneo, Oliveira, Toschi, 2017, p. 408).

Além do planejamento, outro fator é determinante nas atividades do docente para o alcance de um ensino de qualidade: o conhecimento sobre o funcionamento da Instituição escolar em que atua. Conhecer as particularidades do funcionamento da EPT, sobretudo nos Institutos Federais, é indispensável para os profissionais que atuam na Instituição, dentre os quais, está o docente. Somente conhecendo essa estrutura interna, ele poderá atuar com mais autonomia e eficácia, na sua prática escolar, contribuindo para a construção de um ambiente educacional de qualidade. Shulman destaca a importância do conhecimento por parte do professor sobre o processo de ensino como um todo, incluindo estruturas e materiais necessários aos objetivos escolares:

Estruturas e materiais educacionais. Para atingir os objetivos da escolarização organizada, criam-se materiais e estruturas para ensinar e aprender. [...] Os professores necessariamente operam dentro de uma matriz criada por esses elementos, usando-os e sendo usados por eles, portanto é lógico que os princípios, as

políticas e os fatos relacionados ao seu funcionamento devem compor uma fonte fundamental da base de conhecimento para o ensino (Shulman, 2014, p.209).

Dessa forma, os servidores da própria instituição, sejam eles docentes ou técnicos-administrativos, necessitam, muitas vezes, de conhecimentos sobre os processos internos de compras públicas para o desempenho de suas atribuições. No caso dos docentes, essa necessidade fica ainda mais evidente, uma vez que muitos não se sentem capacitados para atuar nas atividades que dizem respeito à gestão da Instituição, no entanto é de fundamental importância sua participação em todos os aspectos relacionados ao ensino:

[...] entende-se que a organização e a gestão dos insumos pedagógicos (planejamento, didática, metodologia, avaliação) devem ser assumidas pelo docente, tanto no âmbito escolar como fora dos muros da escola, tanto no contexto presencial como virtual; uma vez que tais elementos são componentes dos Espaços Pedagógicos (Santos, Silva, 2020, p.1949) .

Esse conhecimento é de suma importância para o êxito do processo de ensino-aprendizagem, e para isso a Instituição deve buscar meios de orientar os profissionais que atuam na escola sobre o papel desempenhado pelos diversos atores e sua relevância dentro do ambiente educacional para a oferta de um ensino de qualidade. Dessa forma, refletir sobre as possíveis dificuldades que os docentes enfrentam na sua participação na gestão escolar é extremamente necessário, visto que com atribuições tão diversas, buscar meios que facilitem seu trabalho é contribuir para o bem de toda a escola. Nesse sentido, está a importância do apoio de toda a Instituição para que o desempenho das atribuições do docente além da sala de aula seja eficiente para o êxito do processo educacional dentro da escola.

2.7 AS COMPRAS PÚBLICAS NA GESTÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais, dotados de autonomia orçamentária, financeira, administrativa e pedagógica (Brasil, 2008), tem algumas particularidades em relação ao seu funcionamento. Em razão dessa autonomia, os processos de aquisições e contratações, que viabilizam suas atividades, são realizados pela própria Instituição, através de seus servidores (técnicos e docentes). Esse fato confere à gestão de compras um papel ainda mais estratégico, pois é necessário que o próprio instituto seja responsável pela destinação dos recursos recebidos pelo Governo Federal, sendo de fundamental importância o envolvimento dos diversos servidores, incluindo docentes, nas atividades de planejamento e execução das compras públicas.

No entanto, é importante salientar que apesar da autonomia citada, enquanto órgão vinculado à esfera federal, os processo de compras dos institutos federais devem estar

pautados na legislação que disciplina todo o processo de Compras na Administração Pública, conforme disposto na Constituição Federal, em seu art.37:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (Brasil,1988).

Diferente do que ocorre em instituições particulares, na Administração Pública, as aquisições e contratações são realizados de uma forma mais complexa, necessitando seguir todo os procedimentos previstos na lei, de forma a buscar a melhor gestão dos recursos públicos. Nas organizações privadas não existe a preocupação da igualdade entre os concorrentes como nas organizações públicas, que buscam atender o princípio constitucional da isonomia a fim de impedir favoritismos e obter garantia contra perseguições (Pansieri e Nonato, 2022). De acordo com Amorim (2015, p.23):

A licitação pode ser compreendida como o procedimento formal pelo qual, sob determinação legal, uma pessoa governamental, com base em condições previamente estipuladas em observância aos princípios da Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa para a consecução de uma prestação contratual voluntária.

Visando sempre a melhoria dos processos de compras públicas na Administração, há constantes edições de Decretos e atualizações referentes a essa área. Recentemente, foi publicada a Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), que já está em vigor e traz importantes alterações sobre o planejamento e realização do processo de Compras Públicas, entre seus objetivos estão:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável (Brasil, 2021).

Essa lei vem substituir a Lei 8.666/93, importante legislação sobre o tema que foi referência para as aquisições e contratações no setor público durante quase 30 anos. Apesar de ter sido publicada em 2021, a nova Lei de Licitações e Contratos passou por um período de transição e somente em 2024 passou a ser obrigatória para todos os procedimentos de compras, trazendo importantes e significativas mudanças, o que consequentemente, acaba gerando a necessidade de adaptação dos Órgãos à nova legislação sobre o tema.

De acordo com Lima e Filho (2020), as compras públicas podem ser entendidas como a ação de adquirir bens ou serviços por parte do governo e para isso o meio mais utilizado é a licitação. Segundo Quenehen (2021, p.33), na “[...] licitação, a Administração Pública deverá selecionar a proposta que melhor satisfizer o interesse público, ante uma gama de regras definidas, num ato convocatório, para que todos possam saber qual será o tratamento despendido”.

Os procedimentos licitatórios visam gerir os recursos públicos de forma a garantir aquisições e contratações mais vantajosas, considerando critérios de qualidade e preço. No caso dos Institutos Federais, a realização desse processo garante os serviços e materiais essenciais ao desenvolvimento do ensino na EPT, proporcionando estrutura adequada aos espaços de sala de aula e também aos demais espaços que compõem a instituição escolar.

Em virtude das alterações promovidas pela Lei 14.133/2021, os procedimentos para aquisições dentro do Instituto também são afetados e precisam ser adaptados ou modificados para cumprir com o dispositivo legal. Assim, torna-se fundamental que os servidores tenham conhecimento sobre essas mudanças para atuar com eficácia nas suas atividades enquanto participantes desse processo, buscando atingir umas das finalidades do Instituto, disposto em seu Estatuto:

Art. 4º O IFS tem as seguintes finalidades e características:

[...]

II - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; (IFS, 2021).

Assim, destacamos o papel da gestão administrativa escolar no IFS, que tem como uma de suas funções garantir a infraestrutura necessária ao cumprimento de sua atividade -fim: o ensino. Dentro do IFS, diversos servidores participam desse processo, desde o planejamento até a aquisição ou contratação efetivamente realizados. Assim, esses servidores independente de trabalharem no Departamento de Licitações, precisam de conhecimentos relacionados a essa temática para que o resultado desse processo, atenda às demandas da instituição, sem comprometer as atividades de ensino, tanto práticas, quanto teóricas.

No caso específico das aquisições para laboratórios de ensino, os coordenadores de curso desempenham papel fundamental no êxito das contratações. Para dispor dos materiais necessários ao curso, é preciso fazer um planejamento inicial, para em momento posterior requisitar os itens, seguindo todo um fluxo interno, de acordo com a legislação, para que, então, o setor responsável realize a licitação dos itens solicitados. Dessa forma, é possível perceber que sem conhecer os procedimentos referentes à efetivação das Compras Públicas,

corre-se o risco de comprometer as atividades educativas, por ausência dos recursos necessários.

O processo de Compras Públicas visa otimizar a gestão dos recursos necessários ao funcionamento da Instituição, de forma a garantir materiais e serviços adequados ao desenvolvimento das atividades educativas, pois como afirma Dias (2009, p. 229), “comprar bem é um dos meios utilizados para reduzir custos”. Dessa forma, é primordial para o alcance dos objetivos institucionais, o alinhamento entre a área administrativa e o ensino, visto que a união entre ambas é que forma a Instituição. Essa sincronia é necessária, principalmente no que diz respeito ao planejamento das contratações, pois sem a adequação dos objetivos pedagógicos com a gestão administrativa não é possível alcançar a efetividade das compras.

Somente com conhecimento é possível a reflexão e ação sobre esses processos, na busca por práticas que favoreçam aquisições cada dia mais efetivas, refletindo positivamente na formação do aluno, através da qualidade do ensino ofertado. Por isso, o conhecimento dos processos administrativos, relativos ao processo de compras, é essencial por parte dos servidores, em virtude dos recursos serem, na maioria das vezes limitados, necessitando então de uma gestão eficiente na aplicação dos mesmos para atender às demandas da comunidade escolar.

O IFS tem como um de seus pressupostos uma educação que utilize o trabalho como princípio educativo, pois como afirma Gramsci (2001, p.52-53) “Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”. Dessa forma, compreender os processos de aquisições é não apenas relevante, como necessário ao pleno desenvolvimento das atividades educativas, objetivando o acesso a uma infraestrutura necessária à indissociabilidade entre teoria e prática. Contribuindo, assim, com o objetivo do IFS em proporcionar a formação omnilateral do aluno, com a perspectiva da superação da dualidade entre trabalho e educação, ensino manual e intelectual.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 PROCEDIMENTOS

Com o objetivo de investigar e identificar as dificuldades dos docentes no processo de aquisições de materiais, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois conforme Ludke e André (2018, p.14): “Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas”. Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada pois busca-se que os seus resultados gerem conhecimentos para a solução do problema pesquisado.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é exploratória pois “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2002, p.41) e descritiva “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (Gil, 2002, p.42). Assim, buscamos identificar e analisar as dificuldades dos docentes, com foco nas atividades práticas que os mesmos desempenham, enquanto requisitantes de materiais.

Para a realização desta investigação, foi realizado um estudo de caso nos cursos técnicos do campus Socorro, para melhor delimitação e compreensão do tema pesquisado. De acordo com Ludke e André (2018, p.21-23), as principais características do Estudo de caso são: “ visam a descoberta”, “ enfatizam a interpretação em contexto”, “buscam retratar a realidade de forma completa e profunda”, “permitem generalizações naturalísticas”, procuram representar diferentes pontos de vista e “utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível”. Nas palavras de Yin:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (2001, p.18).

Para a coleta dos dados desta pesquisa, foram aplicados questionários, com perguntas abertas e fechadas, aos docentes que ministram disciplinas específicas dos cursos técnicos do campus Socorro e servidores que trabalham no setor de Licitações na função de pregoeiros. Richardson (2012, p.189) aponta que: “Geralmente, os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”. Em relação à análise dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo amparada em

Bardin, que organiza essa fase em três etapas: a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos dados (Bardin, 2011, p.125)

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) em 14/05/2024, por meio do Parecer 6.823.351, CAAE 7955124.9.0000.8042. Antes da realização da pesquisa, foram enviados pedidos de autorização ao Diretor do campus Socorro e à Reitora do IFS, com informações sobre a realização da pesquisa com os servidores, obtendo o aceite das autoridades.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

O *locus* da pesquisa foi o campus Socorro que foi inaugurado em agosto de 2017 e oferta curso técnicos nas modalidades integrado e subsequente. De acordo com o site do IFS, dentre os cursos técnicos oferecidos estão: Manutenção e suporte em Informática, Energias Renováveis e Segurança do Trabalho. O campus Socorro foi escolhido por ser mais novo e ser um campus um pouco menor, estando situado na região da Grande Aracaju, tornando mais fácil realizar a pesquisa com todas as coordenações de curso, o que pode ser usado como um recorte representativo da Instituição para analisar o que acontece também nos campi de maior dimensão, em relação ao processo de compras.

Além disso, após um breve levantamento sobre as licitações para aquisição de materiais de cursos do IFS, no ano de 2023, observou-se que um dos pregões para atender demandas de aulas práticas do curso de energia renovável teve um percentual expressivo de 49% de seus itens desertos e/ou fracassados. Esse fato chamou atenção, pois se os materiais necessários às aulas não forem adquiridos isso pode comprometer as atividades de ensino nos laboratórios. Assim, optou-se por realizar um estudo de caso neste campus do instituto, sendo um bom exemplo para reflexão sobre as dificuldades que podem acontecer também em outros campi.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Todo procedimento para aquisição realizado no IFS, envolve diversos atores de forma a garantir o cumprimento da legislação que norteia todos os processos de compras no âmbito do setor público. Devido ao enfoque desta pesquisa ser a aquisição de material de laboratório, os sujeitos da nossa pesquisa são servidores, docentes e técnico-administrativos, pois entende-

se que direta ou indiretamente, relacionam-se com o objeto estudado. O estudo foi realizado por amostragem, pois de acordo com Richardson (2012, p.157):

Em geral, resulta impossível obter informação de todos os indivíduos ou elementos que formam parte do grupo que se deseja estudar; seja porque o número de elementos é demasiado grande, os custos são muito elevados ou ainda porque o tempo pode atuar como agente de distorção (a informação pode variar se transcorrer muito tempo entre o primeiro elemento e o último).

O tipo de amostra é intencional, pois ela se apresenta como representativa do universo (Richardson, 2012, p.161). A amostra foi composta por docentes e coordenadores de curso, pois necessitam também atuar administrativamente ao requisitar materiais e/ou insumos necessários à prática docente. Além deles, representantes dos técnicos-administrativos que trabalham na área de licitações, na função de pregoeiros, e que executam, portanto, a realização da compra do material solicitado.

Utilizou-se como critério de inclusão na pesquisa os docentes que ministram disciplinas específicas dos cursos técnicos do campus Socorro, com realização de aulas práticas nos laboratórios de ensino, pois são os que mais fazem requisição de insumos e materiais para as aulas, considerando ainda a relevância das aulas práticas para a educação profissional e tecnológica ofertada pelo IFS, que articula teoria e prática para a formação omnilateral. Consequentemente, os demais professores com disciplinas de matriz comum e que não realizam aulas práticas foram excluídos. A relação dos professores foi encaminhada por um dos coordenadores de curso técnico do campus e checada através do SIGRH para verificação das disciplinas em que atuavam os docentes, chegando ao universo de 19 professores.

Como critério de inclusão para os servidores que trabalham com licitações, utilizou-se aqueles que constam como pregoeiros/agentes de licitação do Instituto, conforme Portaria nº80/2024 do IFS e como critérios de exclusão foram utilizados: servidores que não estão mais no setor, ser autora desta pesquisa para não influenciar no resultado e ser chefe da DLC (Diretoria de Licitações e Contratos), por não atuar diariamente na execução das licitações para aquisição de materiais. Assim, chegamos ao universo de 10 servidores que trabalham com licitações.

3.4.COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A técnica utilizada para a coleta de dados foram questionários, enviados pelo Google Forms, por e-mail e também por whatsapp. Antes de responder ao questionário foi solicitada a

concordância com o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), no qual constaram informações sobre a pesquisa, como objetivos e riscos da participação na pesquisa. Considerando que a pesquisa foi realizada de forma virtual, sem o contato entre pesquisador e participante, para facilitar a assinatura do documento, o mesmo foi disponibilizado através de link no questionário e também encaminhado anexo ao e-mail. O consentimento se deu tanto pelo envio do termo assinado, quanto pelo consentimento e confirmação da leitura de forma eletrônica.

Inicialmente, a pesquisa seria realizada também por meio de entrevista com os coordenadores de curso, no entanto, devido ao período de greve nacional das universidades e institutos federais, ocorrido entre 03/04/2024 e 27/07/2024, optamos por realizá-la apenas através do envio de questionário virtual para evitar que a coleta de dados demorasse além do previsto e comprometesse as demais etapas da pesquisa.

Assim, o questionário foi aplicado aos docentes dos cursos técnicos do campus Socorro e servidores que trabalham, como pregoeiros, na Diretoria de Licitações e Contratos (DLC), a fim de identificar as principais dificuldades ou problemas no processo de compras que possam acarretar na falta de materiais necessários à continuidade das atividades dos cursos. O questionário conteve perguntas abertas e fechadas.

O questionário foi encaminhado aos docentes no dia 03.07.2024 e replicado mais uma vez, devido ao reduzido número de respostas, ficando aberto até o dia 30.09.2024. Mesmo assim, apenas 12 dos 19 docentes pesquisados responderam ao questionário, obtendo um número de aproximadamente 63% de participação dos docentes. O questionário aos agentes de licitação/pregoeiros foi encaminhado no dia 12.07.2024, tendo sido replicado também e permanecido aberto para respostas até o dia 31.08.2024, obtendo um total de 8 participações, dos 10 servidores pesquisados, representando 80% de participação dos técnico-administrativos. No geral, obtivemos um total de, aproximadamente, 69% de participação entre docentes e técnicos.

Após a coleta do material, foi realizada a análise dos dados que implica em um momento no qual acontece a organização do material, a divisão dele em partes e a procura de padrões relevantes (Ludke e André, 2018, p.54). Essa etapa da pesquisa foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin, que é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011, p.48).

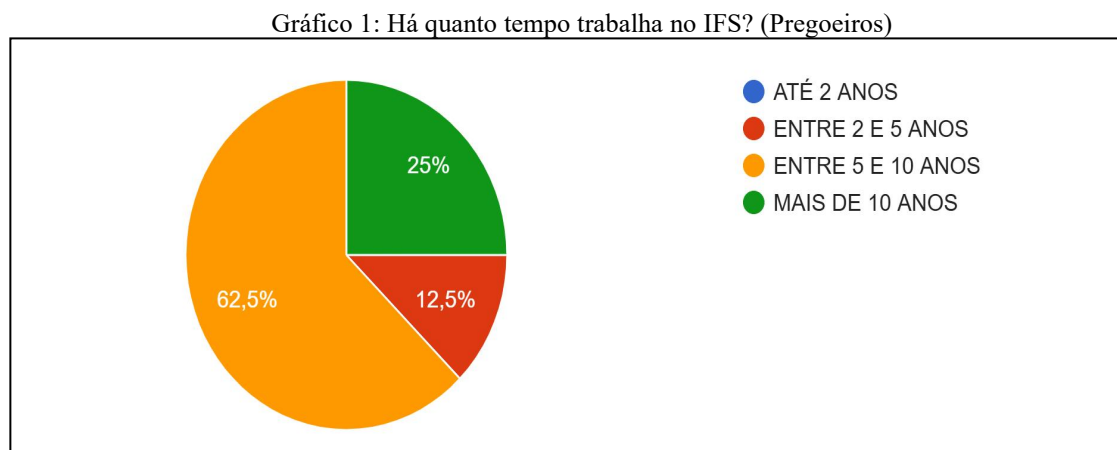
Para a análise de conteúdo de acordo com Bardin, a pesquisa precisa seguir 3 etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Seguindo as recomendações de Bardin, a pesquisa consistiu em: na pré-análise foi realizada a leitura flutuante do material para organizar o material e identificar informações relevantes para interpretação dos dados; na etapa de exploração do material foram realizadas a codificação e categorização do material, através de temas e palavras recorrentes e por fim, na etapa de tratamento dos resultados, os dados foram interpretados e analisados com base em referencial teórico e inferências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise refere-se à coleta dos dados obtidos através de 02 questionários, compostos por questões de múltipla escolha, questões em escala Likert e questões abertas: o primeiro destinado aos docentes, que ministram disciplinas da grade específica dos cursos técnicos do campus Socorro (Apêndice B) e o segundo, destinado aos servidores que trabalham no setor de licitações da Reitoria do IFS (Apêndice C). Foram interpretadas 23 questões, sendo 20 fechadas, representadas por gráficos, que foram tabuladas e agrupadas por tópicos e 03 questões abertas, cujas respostas foram analisadas e categorizadas por temas, conforme análise de conteúdo de Bardin.

Primeiramente, serão demonstrados os dados obtidos por meio das perguntas fechadas. No total, 20 servidores participaram da pesquisa, sendo 08 pregoeiros e 12 docentes. Os dados coletados nas questões 1, 3 e 8 do questionário aplicado aos docentes e das questões 1 e 2 do questionário aplicado aos pregoeiros buscam traçar o perfil profissional dos participantes da pesquisa.

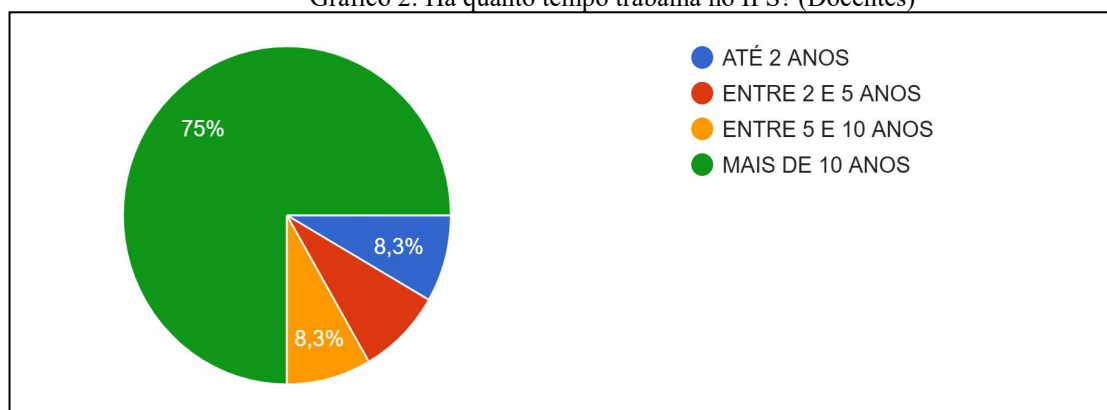
a) perfil dos servidores (Técnicos e Docentes):



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A primeira pergunta do questionário, tanto para técnicos quanto para docentes, buscou identificar o perfil dos servidores sobre o tempo em que trabalham na Instituição. Conforme demonstrado no gráfico acima, podemos identificar que a maioria dos pregoeiros pesquisados trabalha no IFS há mais de 05 anos. Demonstra-se assim, que a nossa amostra dos servidores pregoeiros é composta por profissionais experientes que, provavelmente, já conhecem bem o IFS, devido ao tempo de atuação na instituição.

Gráfico 2: Há quanto tempo trabalha no IFS? (Docentes)

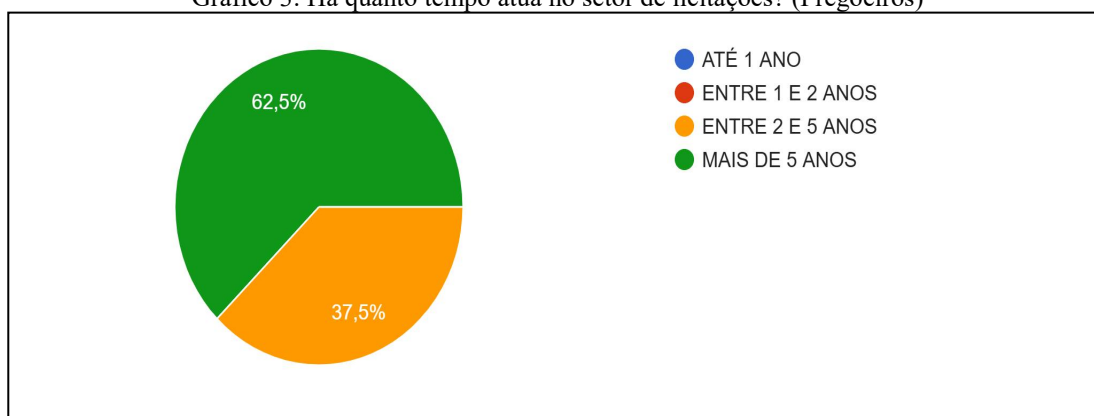


Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Dentre os docentes, também percebe-se um perfil de servidores que já trabalham no IFS há bastante tempo. Dos participantes, 75% (09) já trabalha há mais de 10 anos. Assim, consideramos que o perfil dos participantes é composto de profissionais que já tem um certo conhecimento sobre o instituto e seu funcionamento.

Podemos identificar que os servidores pesquisados, em sua maioria, já trabalham na Instituição há mais de 5 anos, representando 83,3% dos docentes (09) e 87,5% (07) dos pregoeiros. Portanto, consideramos nossa amostra de participantes como servidores que já conhecem bem a Instituição e com alguma experiência no exercício de suas funções, fato que acreditamos contribuir de maneira positiva para esta pesquisa.

Gráfico 3: Há quanto tempo atua no setor de licitações? (Pregoeiros)



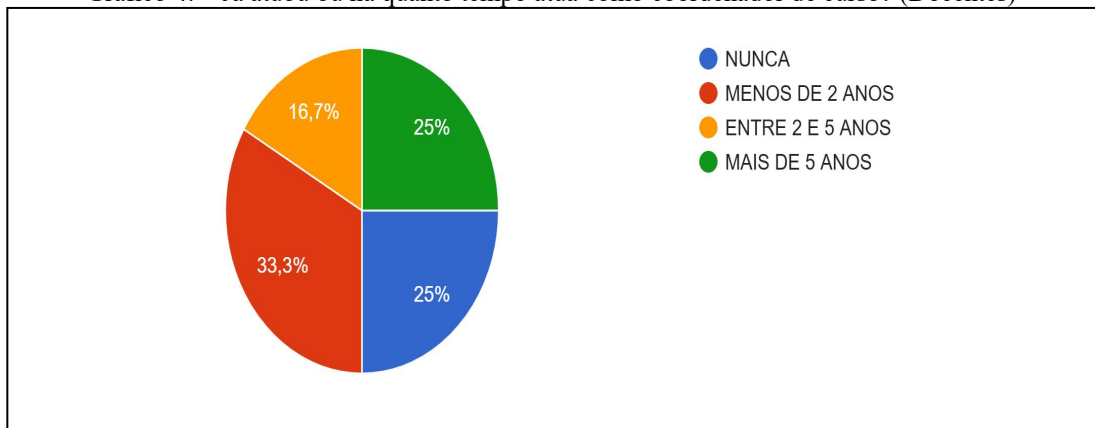
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Conforme dados do gráfico 3, fica demonstrado que os pregoeiros pesquisados são servidores com experiência no setor de licitações e que, provavelmente, possuem uma bagagem de conhecimento considerável sobre o tema, devido ao longo tempo de atuação no setor.

A nova Lei de Licitações e Contratos (LLC 14.133/2021) foi sancionada no ano de 2021, mas antes da nova legislação entrar em vigor, o que ocorreu efetivamente somente no

ano de 2024, os procedimentos licitatórios eram regidos pela lei 8.666/1993. Pela análise das respostas, podemos concluir que pelo perfil dos servidores, os mesmos atuam desde a antiga legislação e, portanto, tem acompanhado todo o período de transição e adaptação dos novos trâmites para os processos de aquisições no setor público federal.

Gráfico 4: Já atuou ou há quanto tempo atua como coordenador de curso? (Docentes)



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nesta pergunta, buscou-se identificar o nível de experiência dos docentes com as funções de gestão e percebemos que apesar da maioria estar há mais de 10 anos na Instituição, verifica-se que na função de coordenador temos uma amostra mais diversificada. Observa-se que a maioria dos docentes tem pouca ou nenhuma experiência na função.

Esses respondentes são professores então, com diferentes experiências relacionadas às atividades de gestão, o que torna-se bastante relevante pois as respostas foram obtidas a partir de participantes com diversas perspectivas e vivências em relação ao tema.

De acordo com dados obtidos na pesquisa, apesar do maior percentual dos docentes não ter atuado na coordenação ou estar na função há menos de 02 anos, 91,7% (11) dos participantes da pesquisa já atuaram como requisitante de material para o curso, o que demonstra que são servidores com alguma noção sobre os procedimentos necessários para aquisições, tendo vivenciado na prática essa experiência e podendo contribuir bastante para a pesquisa.

Apenas 8,3% (01) dos participantes nunca fez requisição de materiais, esse fato demonstra que não são apenas os coordenadores que desempenham o papel de requisitantes de materiais. Na prática, muitos docentes acabam sendo responsáveis pelo planejamento e requisição dos materiais necessários à sua prática laboral na instituição. Ressaltando assim, a importância do conhecimento sobre a gestão de compras pelos docentes para o exercício de suas atividades educativas.

Os dados coletados nas questões 2, 5, 6 e 7 do questionário aplicado aos docentes tiveram o objetivo de compreender a importância de uma infraestrutura adequada, com a disponibilização dos recursos necessários, para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, buscamos analisar a percepção dos docentes do IFS sobre a relação entre infraestrutura física, materiais/insumos e o ensino em sala de aula, sobretudo nas atividades práticas tão importantes para a educação ofertada na instituição, que articula teoria e prática para uma formação integral.

b) importância da infraestrutura para o ensino (Docentes):

Na questão 2 (Você considera que a infraestrutura física e a disponibilização de materiais são importantes para o processo de ensino na EPT?), buscamos entender se os docentes compreendiam a importância dos recursos materiais e instalações físicas para o desempenho de suas atividades e todos responderam que sim. Essa resposta mostra que os docentes estão conscientes de que para a qualidade do processo de ensino, existe uma dependência também em relação a outros fatores como recursos materiais e instalações físicas adequadas, pois todos responderam de forma positiva para a questão.

Já na pergunta 6 (Você acha que uma infraestrutura adequada à realização de aulas, tanto teóricas quanto práticas favorece o processo de ensino-aprendizagem?), apenas 8,3% (01) dos docentes concorda parcialmente que a infraestrutura adequada favorece o processo de ensino aprendizagem. Os demais 91,7% (11) dos docentes concordam que esse fator interfere positivamente na educação ofertada. Podemos inferir que a importância da infraestrutura adequada está atrelada justamente à capacidade de favorecer o processo de ensino-aprendizagem e de acordo com as respostas obtidas, os professores conseguem compreender essa relação. Oliveira et al fala sobre a importância dos espaços de aprendizagem:

O processo de aprendizagem envolve a utilização de um vasto repertório de atitudes. Por isso, para que a aprendizagem ocorra, é necessário planejamento, reflexão, seleção e apropriação da informação, também de um espaço organizado. Nesse sentido, os espaços nos quais o processo de aprendizagem pode ocorrer precisam ser, intencionalmente, pensados, planejados e organizados para isso. (Oliveira et al, 2018, p.93)

Como a pesquisa foi realizada com docentes que realizam aulas práticas, buscou-se entender o papel delas para a disciplina. Assim, em resposta à questão 5 (Qual a importância das aulas práticas para o curso que coordena?), 91,7% (11) responderam ser muito relevante e 8,3% (1) relevante, o que demonstra que o fornecimento dos recursos para as aulas práticas tem um impacto significativo para as disciplinas e o curso como um todo. Percebe-se assim, a importância dos docentes compreenderem bem o processo de compras de forma a contribuir

para que os recursos disponíveis sejam adequados às suas necessidades de ensino, para o alcance dos objetivos da educação na EPT dos Institutos Federais de superar a separação entre teoria e prática, conforme afirma Pacheco:

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (Pacheco, 2021, p.27)

Um fato extremamente alarmante é que 75% (09) dos docentes concordam que já passaram por dificuldades na realização de aulas práticas por falta de materiais e 25% (03) concordam parcialmente. Esse dado foi obtido, em resposta à questão 7 (Já teve dificuldade ou impedimento na realização de aulas práticas devido à falta de recursos materiais para o curso?). Isso demonstra como as atividades relacionadas à gestão administrativa da escola tem um impacto direto no ensino, pois sem o ambiente adequado com os recursos necessários o processo educativo fica comprometido.

É importante ressaltar que compreendemos que questões orçamentárias interferem na aquisição dos insumos, mas esse não é o único fator que determina se o material vai ser disponibilizado, pois outros fatores como especificações incorretas, falta de planejamento e outras questões envolvendo o processo licitatório também contribuem para isso. Portanto, é importante verificar quais as possíveis causas desse fato e buscar soluções para que a ausência de materiais não seja um impedimento para a realização de aulas, principalmente no que diz respeito aos procedimentos internos para aquisições.

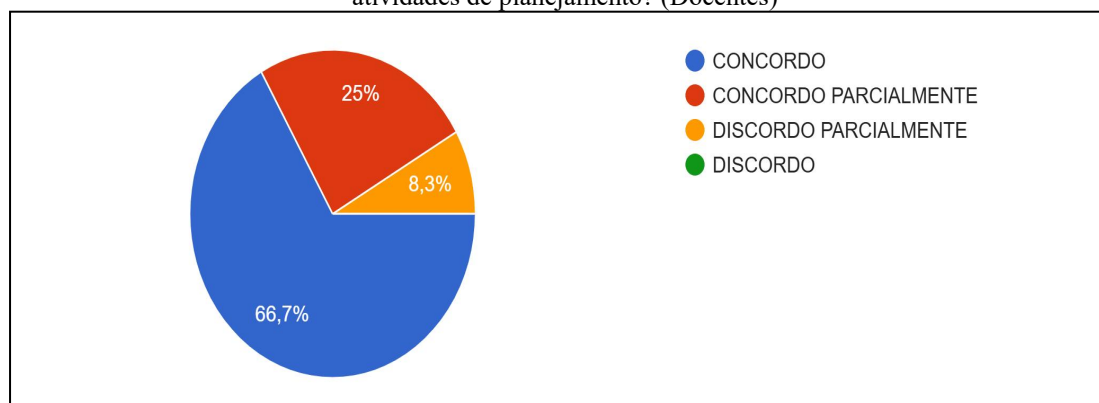
Diante dos dados obtidos, podemos observar que os docentes destacam bem a importância das aulas práticas para a EPT ofertada e da infraestrutura adequada para o desenvolvimento de sua prática docente. Sendo assim, a falta dos recursos materiais necessários às atividades educativas dificulta ou compromete o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, participar da gestão de compras de forma ativa e comprometida é tão imprescindível para os docentes, uma vez que a qualidade do ensino depende também de fatores relacionados ao ambiente no qual se desenvolvem as atividades educativas e aos recursos disponíveis para a execução das aulas planejadas.

Os dados coletados nas questões 4, 10, 11, 13 e 14 do questionário aplicado aos docentes e das questões 3, 4, 5, 6, 8 e 9 do questionário aplicado aos pregoeiros tiveram o objetivo de compreender as principais dificuldades no processo de requisição de materiais para os laboratórios de cursos técnicos do IFS, tanto do ponto de vista dos pregoeiros, quanto

dos professores. Essas respostas contribuíram para elaboração do Produto Educacional produzido.

c) requisição de materiais para cursos técnicos no IFS:

Gráfico 5 - Considera a carga horária destinada às atividades de coordenação adequadas às atividades de planejamento? (Docentes)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir desse questionamento, buscamos entender se umas das dificuldades dos docentes, que atuam como coordenadores em relação ao planejamento das compras, seria em relação à carga horária destinada a essas atividades. Pelas respostas obtidas, podemos inferir que a carga horária não é o principal problema em relação ao planejamento das atividades dos docentes, como coordenadores de curso, pois para a maioria dos respondentes ela está adequada.

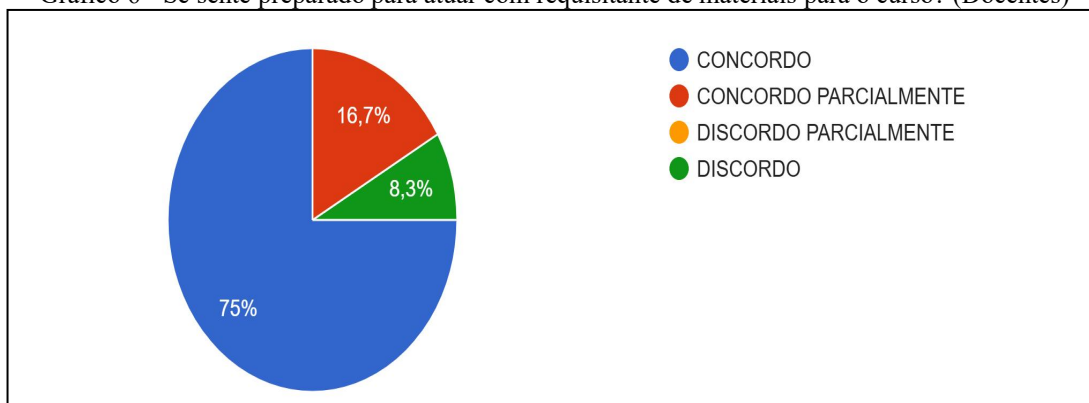
Considerando que o planejamento é uma etapa fundamental para o êxito das compras, a falta de tempo não é na opinião dos pesquisados uma dificuldade, pois a maioria concorda que o tempo está adequado a essas atividades. A respeito do planejamento, Gandin fala que: “O planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência, isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem-feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução” (2010, p.17).

A partir das respostas às demais perguntas, buscamos entender quais as principais dificuldades no processo de aquisições e como elas podem ser minimizadas, na opinião dos participantes, tanto docentes, quanto pregoeiros.

A pergunta 3 (Considera que os docentes (coordenadores de curso) sentem dificuldade no seu papel de requisitante?) foi realizada para os pregoeiros. Diante da experiência desses servidores com o processo de compras na Instituição, buscamos compreender se eles consideram que os coordenadores de curso sentem alguma dificuldade em sua função de requisitante, 87,5% (07) concordam e 12,5% (01) concordam parcialmente. Por isso, esse

estudo buscou identificar quais as principais dificuldades desses servidores para auxiliá-los e assim realizar aquisições com mais eficiência e eficácia, pois de acordo com os servidores que executam as licitações é possível perceber que existem dificuldades nesse processo e portanto é imprescindível identificá-las e buscar alternativas para minimizá-las.

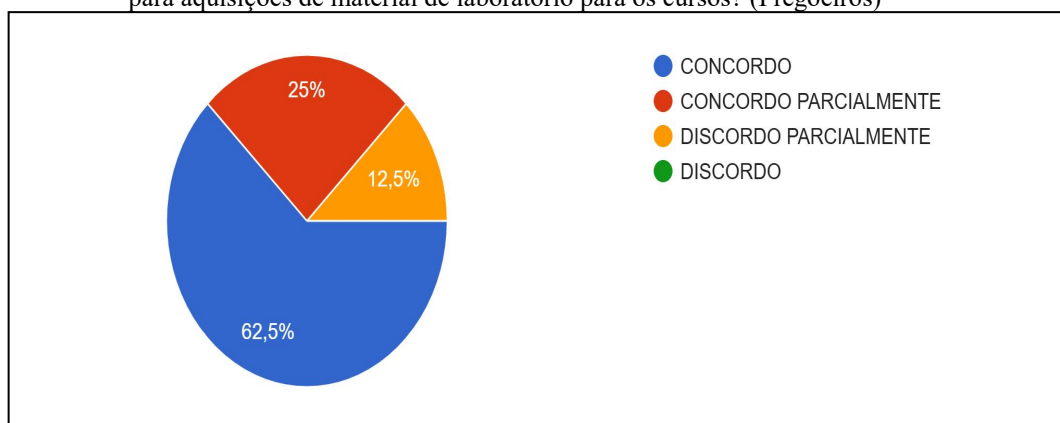
Gráfico 6 - Se sente preparado para atuar com requisitante de materiais para o curso? (Docentes)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Percebe-se que a maioria se sente preparada para atuar como requisitante de materiais. Como observado anteriormente, em sua maioria, os docentes já têm alguma experiência na requisição de materiais e talvez, por esse motivo, se sentem aptos a atuar nessa função. Esse fato, porém, não significa que os mesmos não encontrem dificuldades na execução dessa atividade, pois de acordo com resposta dos pregoeiros à pergunta anterior, a maioria acredita que os coordenadores encontram dificuldades no papel de requisitantes de materiais.

Gráfico 7 - Você considera que há um número elevado de itens desertos ou fracassados nas licitações para aquisições de material de laboratório para os cursos? (Pregoeiros)



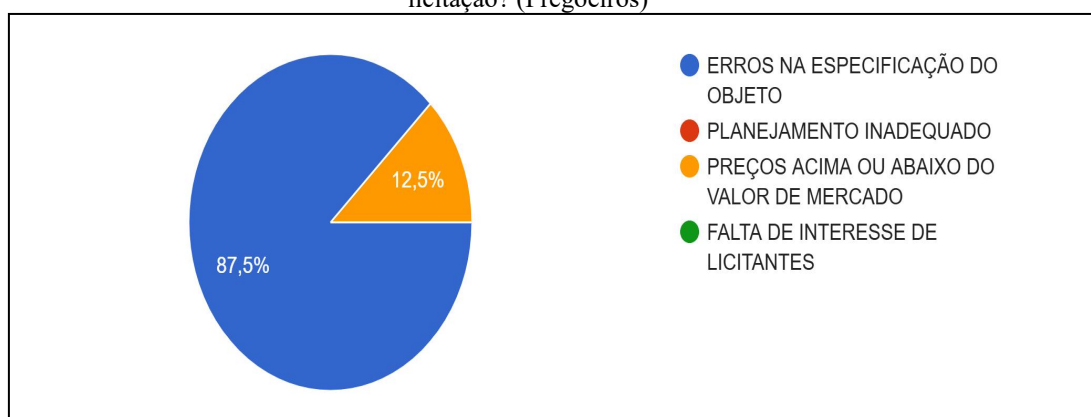
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O objetivo dessa questão foi compreender, na perspectiva dos pregoeiros, se o número de itens que não são contemplados nas licitações para aquisições de materiais para os laboratórios de ensino está dentro do esperado ou é elevado em relação aos demais. De acordo

com o gráfico acima, observamos que nenhum dos participantes discordou totalmente da afirmação.

Essa resposta indica que para esses servidores, com experiência nos processos licitatórios, as aquisições de materiais para os laboratórios dos cursos apresentam uma alta taxa de itens que não são contemplados nas licitações, em relação às demais licitações realizadas, fato que pode causar um comprometimento das atividades de ensino. Portanto, torna-se de extrema relevância analisar essa questão e trazer contribuições para que as atividades em sala de aula não sofram interrupções devido à ausência dos materiais necessários.

Gráfico 8 - O que você considera a principal causa para os itens desertos/fracassados nesse tipo de licitação? (Pregoeiros)



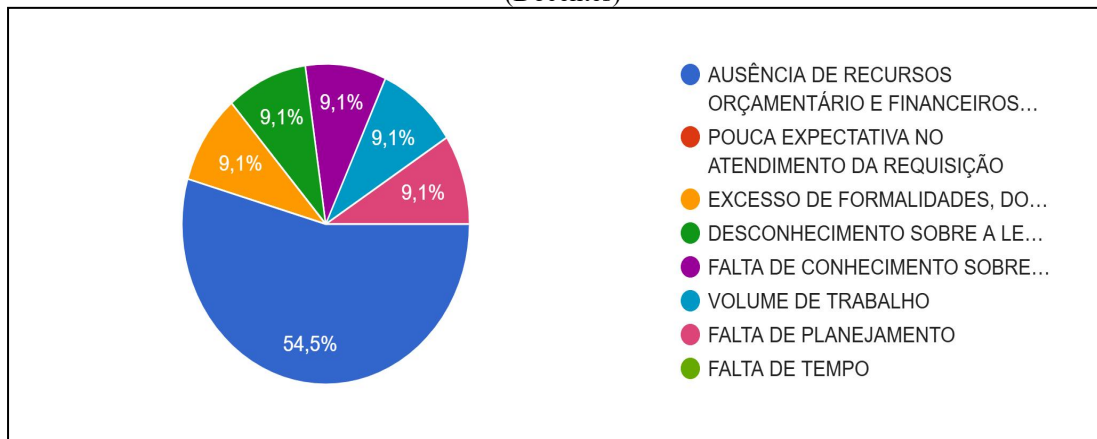
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Buscamos também compreender qual a principal causa para os itens desertos ou fracassados nas aquisições para cursos técnicos. Por meio das respostas, percebe-se que apesar dos requisitantes serem os mais aptos a especificar o que desejam adquirir, a especificação incorreta tem sido apontada como a principal causa para o comprometimento do êxito das licitações.

Os compradores públicos devem estar cientes de que, para realização das compras, se torna necessário e imprescindível o fornecimento da especificação completa do bem, além da definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas, para garantir a perfeita aquisição dos bens ou serviços necessários, além de permitir clareza e exatidão por parte de quem está cotando os preços, no caso, o fornecedor (Batista e Maldonado, 2008, p. 688).

Os problemas na especificação do objeto podem ocorrer por diversos motivos: falta de conhecimento sobre os fluxos e processos, desconhecimento sobre o fornecimento do produto pelo mercado, especificações vagas ou incompletas, entre outros. Por isso, é tão importante o auxílio ao requisitante desde o momento da abertura do processo para que o mesmo esteja apto a instruí-lo de maneira adequada, visando resultados positivos no certame licitatório.

Gráfico 9 - Aponte as principais dificuldades em relação ao processo de requisição de materiais (Docentes)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

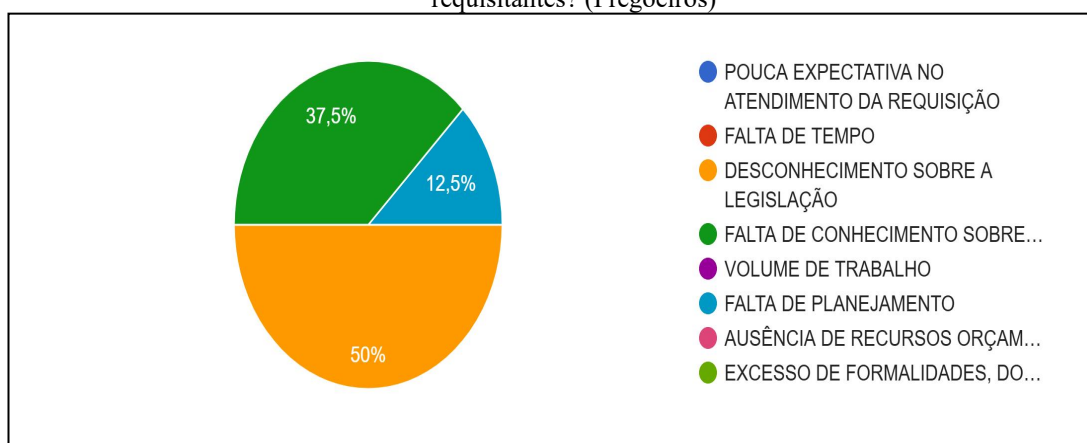
Solicitamos que os participantes, apontassem as principais dificuldades do processo de requisição de materiais. Apenas 01 docente não respondeu a essa pergunta, talvez pela falta de experiência, uma vez que, de acordo com suas respostas, o mesmo nunca atuou como coordenador ou requisitante de material. Dentre os 11 docentes que responderam, a maioria apontou a ausência de recursos orçamentários e financeiros como a principal dificuldade. De fato, nos últimos anos houve cortes significativos nos orçamentos o que dificultou muito o funcionamento das instituições de ensino.

Mas o que acontece, muitas vezes, é que o professor por desconhecimento sobre a gestão dos recursos orçamentários, acaba não planejando ou solicitando o material por achar que ele não será adquirido. No IFS, a questão orçamentária é discutida entre os gestores, para alinhar e planejar as demandas, com base no orçamento previsto. Assim, é realizada uma reunião com os gestores para o planejamento das aquisições com base nas questões e disponibilidade orçamentárias, que resulta na consolidação do Plano anual de prioridades orçamentárias e licitatórias do IFS. Por isso, é tão importante que o docente entenda como funciona o processo de aquisições e faça seu planejamento sobre os materiais, pois algumas vezes ele não consegue adquirir porque simplesmente não solicitou.

Mas para além, dessa importante questão, outros fatores foram identificados pelos participantes: falta de planejamento, excesso de formalidades, desconhecimento sobre a legislação, falta de tempo e volume de trabalho. Podemos identificar, assim, que existem várias dificuldades para os docentes no que diz respeito à execução da função de requisitante de material.

Por isso, torna-se de extrema relevância ter um material que os auxilie no entendimento sobre os fluxos internos do processo de aquisições, onde possam encontrar informações sobre legislações, de maneira que possam otimizar seu tempo e favorecer um bom planejamento do que será necessário adquirir para o pleno desenvolvimento de suas atividades em sala de aula, pois o planejamento é uma das fases mais importantes para o processo de compras. “Um projeto ou uma ação bem planejada tenderá a apresentar um resultado muito mais eficiente, evitando desperdício de tempo e de recursos físicos e financeiros (Chaves, 2022, p. 33)”.

Gráfico 10 - Quais as principais dificuldades dos coordenadores de curso no papel de requisitantes? (Pregoeiros)

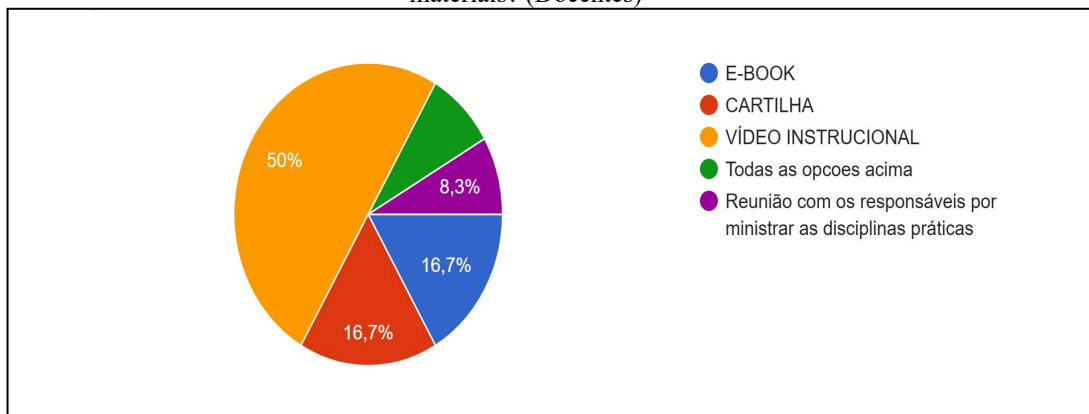


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Nessa questão procuramos entender, na perspectiva dos pregoeiros, quais as principais dificuldades dos requisitantes de materiais para os cursos. Na perspectiva de metade desses servidores, a principal dificuldade é o desconhecimento sobre a legislação. De fato, sem conhecer a lei que norteia os processos fica difícil exercer a função de requisitante, pois falta embasamento para nortear suas ações. Os demais acreditam que a falta de conhecimento sobre os processos e também a falta de planejamento são as principais dificuldades.

Enquanto para a maioria dos docentes a principal dificuldade se relaciona aos recursos financeiros, na opinião da maioria dos pregoeiros, está relacionada ao desconhecimento sobre a legislação e procedimentos, apontando como a principal causa para os itens desertos/fracassados, erros na especificação. Essa situação chama atenção e revela que os participantes da gestão de compras tem percepções diferentes sobre o processo, sendo necessário talvez um maior alinhamento entre os setores de maneira que seja possível minimizar o impacto das dificuldades apresentadas por ambas as partes, contribuindo para uma gestão cada vez mais eficiente, refletindo positivamente para o ensino como um todo.

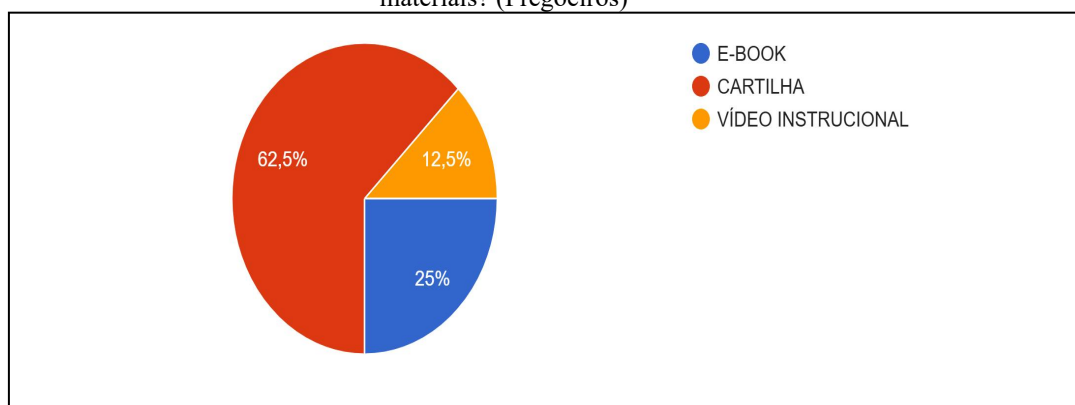
Gráfico 11 - Que tipo de material poderia auxiliar os docentes no seu papel de requisitante de materiais? (Docentes)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Diante das dificuldades apresentadas, ficou ainda mais evidente a necessidade de um material de apoio que possa conter informações que orientem o docente durante o processo para aquisição de materiais. Questionamos os docentes sobre que tipo de material poderia auxiliá-los e foram apontadas diversas sugestões. Com isso, percebemos que haveria possibilidade de utilizar os diversos formatos para o produto educacional, visto que não houve um consenso sobre um tipo específico que poderia facilitar a aprendizagem.

Gráfico 12 - Que tipo de material poderia auxiliar os docentes no seu papel de requisitante de materiais? (Pregoeiros)

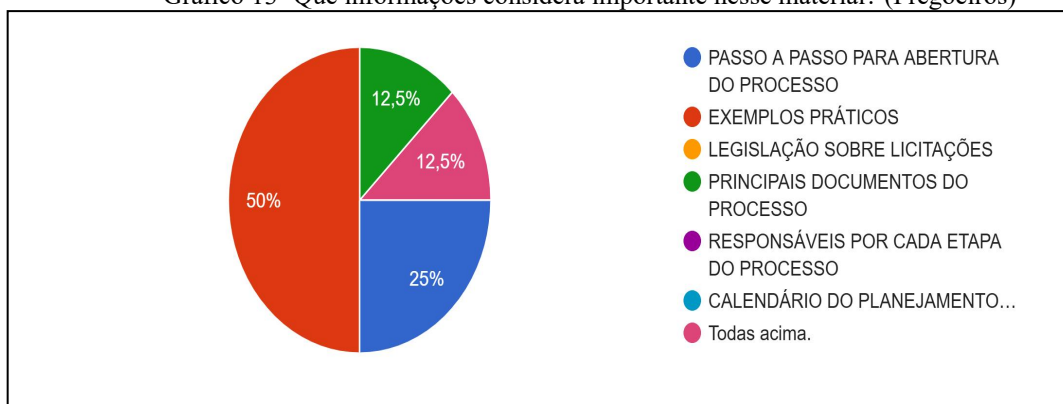


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Fizemos o mesmo questionamento aos pregoeiros e diferentemente do apontado pelos docentes, apenas uma pequena parcela dos participantes optou pelo vídeo instrucional. Possivelmente, a escolha da maioria pela cartilha ou e-book, seja devido a experiência desses servidores, percebendo que a quantidade de informações do produto fique melhor em um formato textual do que em vídeo. Assim, optamos por fazer um material textual em formato digital, para ser mais acessível, contendo orientações sobre os processos de aquisições no

IFS. O conteúdo do PE foi elaborado também com base nas respostas às perguntas 09 e 14, conforme quadros abaixo:

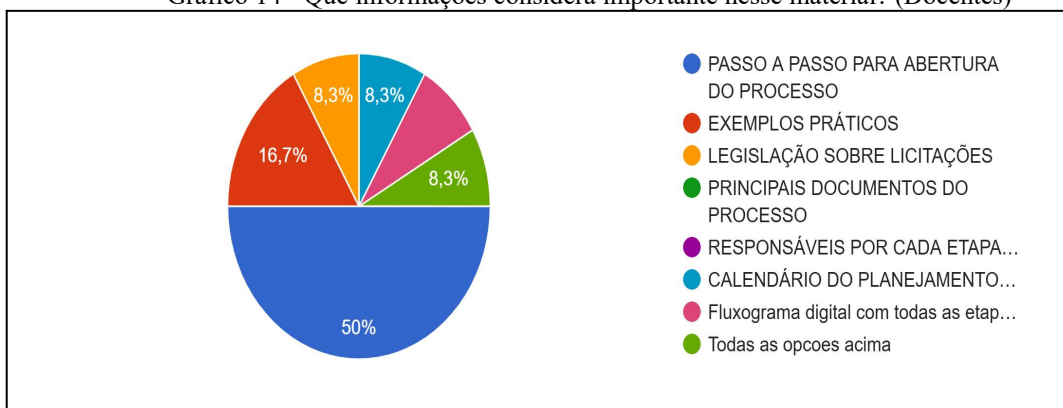
Gráfico 13- Que informações considera importante nesse material? (Pregoeiros)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Para elaboração do produto, questionamos que informações os pregoeiros consideravam importantes nesse material. Houve uma predominância na escolha do foco em aspectos práticos. Diante das informações, observamos que tanto docentes quanto técnicos, entendem que a necessidade não é conhecer tanto a teoria, mas sim focar nos aspectos práticos referentes ao processo.

Gráfico 14 - Que informações considera importante nesse material? (Docentes)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A mesma pergunta foi feita aos docentes. Em relação às informações que deveriam constar no material, metade apontou que seria um passo a passo para abertura do processo, indicando que há uma dificuldade em executar os procedimentos internos para requisição de materiais. Apesar de diferente da resposta da maioria dos pregoeiros, percebemos que ambos demonstram uma maior necessidade relacionada aos aspectos práticos do processo, como a abertura e exemplos que ilustrem como realizar os procedimentos de aquisições.

Outras alternativas também foram apontadas, isso indica que os requisitantes ainda tem dificuldade em saber quais as etapas para requisição de insumos, desde a abertura do

processo. Assim, buscamos desenvolver um produto que contemplasse as diversas dificuldades apontadas, com foco para os fluxos e documentos do processo.

Após a análise das perguntas fechadas, passamos para a análise das questões abertas. As respostas obtidas na questão 7 do questionário dos pregoeiros (Apêndice C) e nas questões 09 e 12 do questionário dos docentes (Apêndice B) foram analisadas com base na análise de conteúdo de Bardin. Seguindo as etapas descritas pela autora, realizamos a leitura do material e sua organização, atribuindo códigos aos participantes, em que D1, significa docente 01 e P1, significa pregoeiro 01 e assim, sucessivamente. Os dados obtidos foram analisados e tabulados, sendo categorizados por temas, com base na recorrência de palavras e similaridade entre as respostas.

Foram realizadas 02 perguntas abertas para os docentes e 01 pergunta aberta para os pregoeiros, cujas respostas foram analisadas com base na análise de conteúdo de Bardin. Após as etapas de pré-análise e exploração do material, os dados categorizados deram origem às tabelas abaixo. A primeira tabela conta com as respostas dos docentes à seguinte pergunta: **Considera importante a participação do docente nesses processos de compras e aquisições? Por quê?**

Com base nas respostas apresentadas pelos docentes, foram criadas categorias, por temas, para identificar os principais aspectos que tornam relevantes a participação dos docentes nos processos de compras da instituição e perceber como os mesmos avaliam a necessidade de estarem inseridos nas decisões relacionadas à gestão administrativa escolar. Assim, chegamos às seguintes categorias:

Quadro 2 - Categoria Experiência e conhecimento técnico

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Experiência e conhecimento técnico	D03	“Sim, uma vez que para as compras serem feitas de forma adequada, é importante que o Docente faça a especificação técnica de forma completa e correta.”	05 participantes consideram que a importância está relacionada ao fato dos docentes estarem aptos a especificar os itens que desejam adquirir, revelando que os aspectos de experiência e conhecimento sobre o material são fatores imprescindíveis nos processos de aquisições de materiais.
	D04	“Estamos em um período de avanço tecnológico e a participação dos professores tem um papel importantíssimo para a EPT, que está sempre em busca de soluções para os problemas atuais, que demanda conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico”	
	D06	“SIM. Por que apenas o docente estará apto a definir - de fato - as especificações dos materiais aos quais ele irá trabalhar.”	
	D08	“Sim, muito importante pois muitas vezes é o docente quem sabe identificar e principalmente especificar o(s) item(ns) que deseja”	
	D12	“É imprescindível a participação do docente pois é ele quem sabe identificar e especificar corretamente o material.”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Apenas 01 dos participantes não respondeu a essa pergunta, todos os demais foram unânimes em responder afirmativamente quanto à importância da participação dos docentes nos processos de aquisições, isso é extremamente relevante pois compreendendo quão valiosa é a sua contribuição nesse aspecto, o professor sente-se mais motivado a exercer essa função tão necessária ao atendimento final dos objetivos educacionais.

Dentre os participantes, 05 destacaram aspectos relacionados à experiência e ao conhecimento técnico necessários para especificar os materiais como a principal razão da importância da participação do docente na gestão de compras. De fato, essa resposta se alinha com a dos pregoeiros que citaram na questão 06 que a principal causa para os itens não serem contemplados eram erros na especificação. Isso demonstra o quanto é importante que aquele que requisita conheça bem o material e consiga fazer uma especificação completa e correta de maneira a se adquirir exatamente aquilo que se deseja.

Quadro 3 - Categoria Adequação e atendimento às necessidades educativas

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Adequação e Atendimento às necessidades educativas	D01	“Sim, pois são necessidades distintas, mas podem ser correlatas. A integração do ensino pode requerer materiais não previstos para aplicação isolada.”	03 participantes consideram que a importância se deve à adequação do que será adquirido às atividades de ensino, tendo em vista as necessidades específicas dos cursos
	D02	“Pois informa o que realmente é necessário e adequado às atividades práticas do curso.”	
	D07	“Sim. A participação dos docentes nos processos de compras e aquisições não apenas melhora a adequação e a qualidade dos recursos adquiridos, mas também assegura que as decisões estejam alinhadas com as necessidades e os objetivos acadêmicos da instituição. Isso resulta em uma melhor utilização dos recursos e um impacto positivo na qualidade da educação oferecida.”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

De acordo com o quadro acima, podemos ver que 03 docentes entendem que a importância de sua participação no processo de aquisições ocorre devido à necessidade de se adequar o que é solicitado às atividades de ensino. De fato, não há outro profissional dentro da instituição que possa definir tão bem o que será usado em sala de aula quanto o professor que fará uso dos recursos materiais. Esse alinhamento entre os setores administrativos e pedagógicos é fundamental para a qualidade da educação ofertada.

Quadro 4 - Categoria Autonomia e Responsabilidade

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Autonomia e responsabilidade	D05	“sim, por que o docente é quem vai usar em sala de aula.”	03 participantes consideram que por serem os responsáveis por ministrar e organizar as aulas, precisam ter participação ativa nesse processo
	D09	“Sim, quem vai ministrar as aulas precisa participar da compra a partir da sua organização das aulas.”	
	D11	“Sim, os docentes do curso devem ser figuras ativas nos processos de escolha.”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Podemos observar, conforme quadro acima que 03 docentes ressaltaram em suas respostas aspectos relacionados ao seu papel em sala de aula e como eles devem ter participação ativa na escolha dos recursos que terá à sua disposição. Essas respostas demonstram que o professor sente-se responsável por organizar suas aulas e também precisa de autonomia para isso e participar do processo de compras favorece todo o processo de ensino-aprendizagem tanto para o aluno, quanto para o professor.

Para elaboração do produto educacional, pedimos que pregoeiros e docentes apontassem sugestões de melhoria para os processos de aquisições de materiais para os cursos técnicos. Os dados referem-se às respostas à questão: **Aponte sugestões de melhoria para os processos de aquisições no IFS**, que corresponde às questões 12 do questionário aplicado aos docentes (Apêndice B) e 07 do questionário aplicado aos pregoeiros (Apêndice C).

A partir da análise das respostas, criamos categorias com os principais temas, identificados com base nos aspectos citados pelos participantes. Dentre os que participaram da pesquisa, apenas 03 docentes não responderam a essa questão. Apesar da maioria dos docentes ter afirmado se sentir preparado, podemos perceber suas dificuldades sobre o processo de aquisições, a partir das respostas obtidas, conforme quadros abaixo:

Quadro 5 - Categoria Procedimentos administrativos e planejamento

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Procedimentos Administrativos e planejamento	D01	“Desburocratização, planejamento prévio”	03 docentes e 05 pregoeiros sugeriram melhorias relacionadas aos procedimentos administrativos para as aquisições, bem como ao planejamento das mesmas.
	D04	“Termo De Análise De Pesquisa De Preço, Com A Assinatura Dos Membros Do Processo.”	
	D07	“Primeiramente, o planejamento antecipado e detalhado das necessidades garante que as aquisições sejam alinhadas com as demandas reais da instituição, evitando compras emergenciais e otimizando recursos. A padronização de procedimentos e documentos promove consistência e reduz erros...; [...] Além disso, a seleção rigorosa de fornecedores e a avaliação contínua baseada em feedbacks garantem a qualidade dos produtos e serviços adquiridos. [...]”	
	P02	“Um melhor conhecimento da demanda pretendida. Busca de como o mercado oferta a demanda e planejamento do que realmente é necessário adquirir dentro dos limites orçamentários.”	
	P03	“[...]Pesquisa de mercado para averiguar os produtos que estão sendo comumente ofertados, diminuindo assim o risco de fracasso da aquisição”	
	P04	“Obter informações do mercado e de outros órgãos com processos licitatórios bem sucedidos para elaborar as especificações dos produtos.”	
	P05	“Elaboração de termos de referência com especificações padronizadas para contratações que se repetem ao longo do tempo.”	
	P08	“É imprescindível que os docentes conheçam o passo a passo para elaboração dos artefatos e que entendam a importância do planejamento da licitação para resultados mais eficientes.”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Conforme quadro acima, observamos que grande parte dos participantes sente necessidade de melhoria em aspectos ligados aos procedimentos administrativos e planejamento.

A desburocratização e padronização de procedimentos são alguns dos fatores citados. Primeiramente, é preciso considerar que todos os procedimentos de compras da Administração Pública Federal são regidos, atualmente, pela lei 14.133 (Lei de licitações e contratos) e os procedimentos seguidos pelo órgão devem estar alinhados com a legislação que disciplina a questão.

Embora o processo licitatório possa ser mais custoso ou demorado, a legislação que rege as compras públicas tem o objetivo de obter uma contratação vantajosa e segura para a administração pública (Pansieri e Nonato, 2022). Assim, consideramos que o IFS tem procedimentos padronizados em virtude de seguir uma legislação específica e que a burocratização ocorre justamente em razão da lei.

Talvez, o que precise ocorrer seja uma maior divulgação dos procedimentos para que seja do conhecimento de todos. É nesse sentido que o produto educacional produzido pode auxiliar, dando uma maior divulgação aos procedimentos já adotados no instituto.

Outro fator apontado foi a necessidade de pesquisa de mercado, para saber como o produto é ofertado. Isso realmente é bastante importante, pois auxilia na descrição do que será pedido e corre-se menos risco de ter itens desertos ou fracassados na licitação.

A fase de especificação do item é crucial para o sucesso do processo licitatório e é imprescindível que o requisitante conheça bem o produto que deseja adquirir. Pesquisar a forma como outros órgãos adquirem o mesmo material e como as empresas fornecem o produto é contribuir positivamente para uma aquisição exitosa.

A importância do planejamento também foi abordada. Essa é uma das etapas mais importantes, pois todas as aquisições precisam estar previstas no Plano de contratações anual que é cadastrado no ano anterior ao da execução da licitação, salvo algumas exceções devidamente justificadas.

Assim, para que o material esteja disponível no momento necessário, é preciso que o docente planeje bem e esteja atento aos períodos em que se faz o cadastro de suas necessidades. Dessa maneira, um bom planejamento contribui significativamente para que os laboratórios de ensino tenham os recursos e materiais necessários ao desempenho das aulas práticas.

Quadro 6 - Categoria Treinamento e capacitação

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Treinamento e capacitação	D05	“cursos e capacitação”	03 docentes e 04 pregoeiros relacionaram que a melhoria dos processos passa por questões de capacitação e treinamento
	D07	“[...] a capacitação contínua dos servidores envolvidos assegura o domínio das melhores práticas e regulamentações[...]”	
	D12	“Capacitação dos docentes em relação ao processo de requisição.”	
	P01	“Treinamento dos requisitantes”	
	P03	“Oferta de cursos para os requisitantes[...]”	
	P06	“Curso prático aos requisitantes sobre o processo de aquisições de materiais.”	
	P07	“Treinamento para requisitantes sobre a importância do planejamento da demanda, enfatizando seu correto dimensionamento e descrição dos itens.”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Treinamento e capacitação foram citados por 07 participantes, sendo 03 docentes e 04 pregoeiros como sugestão de melhoria para os processos de aquisições. De fato, a capacitação contínua dos servidores, se faz necessária, uma vez que, a lei 14.133 que trata das licitações é nova e os decretos trazem constantes atualizações para a execução dos procedimentos licitatórios. Outra questão é a rotatividade dos servidores tanto em cargos de gestão, quanto por questões de transferência de lotação, sendo necessário capacitar sempre aqueles que exercem o papel de requisitantes de materiais, objetivando o sucesso das aquisições para que as atividades do ensino não sejam comprometidas.

Quadro 7 - Categoria Tecnologia e ferramentas

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Tecnologia e ferramentas	D07	“[...]A implementação de sistemas integrados de gestão e um portal de compras interno facilitam o monitoramento e a automação dos processos [...]”	01 docente e 01 pregoeiro citaram a implementação de sistemas ou ferramentas como sugestão de melhoria para os processos
	P05	“Criação de um catálogo de materiais/serviços como referência.”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Como sugestões de melhoria, os participantes citaram também novas ferramentas e sistemas como um catálogo padronizado de materiais e serviços, o que poderia ajudar na especificação de itens e a integração dos sistemas de gestão e um portal de compras interno, que poderia facilitar o controle dos processos. O uso da tecnologia pode ser um aliado para os processos de compras, e é muito importante refletir como as ferramentas digitais podem auxiliar na execução das tarefas diárias no ambiente de trabalho e no setor de compras isso não é diferente. Assim, as sugestões apontadas devem ser analisadas e no que for cabível, refletir sobre como podem ser executadas de maneira a otimizar as aquisições.

Quadro 8 - Categoria: Recursos orçamentários

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Recursos orçamentários	D01	“estimativa de disponibilidade orçamentaria, mesmo sem um controle efetivo por esta associada a união.”	02 docentes destacaram aspectos relacionados à recursos orçamentários.
	D02	“Editais: Participação em projetos de pesquisa que tenha recursos orçamentários para compra de materiais.”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Apesar de na questão 09, a maioria dos docentes relatar que a falta de recursos orçamentários é a principal dificuldade nos processos de aquisições, apenas 02 mencionaram esse aspecto nas sugestões de melhoria. Um das alternativas apontadas por 01 participante é a participação em projetos de pesquisa como forma de garantir recursos para compra de materiais e não depender apenas dos processos licitatórios. Essa é uma das formas de aquisição, mas as compras de materiais para os cursos não pode depender apenas desses editais, pois são inúmeras e diversas as aquisições necessárias para o funcionamento das atividades de ensino.

Assim, torna-se imprescindível o planejamento das aquisições e a participação do docente no processo de gestão das compras na instituição. Outra questão apontada é a estimativa de disponibilidade orçamentária. Como já mencionado anteriormente, a questão orçamentária no IFS é definida junto aos gestores, que após reunião para definir a prioridade e destinação dos recursos orçamentários, consolida o Plano anual de prioridades orçamentárias e licitatórias do instituto. Esse plano estabelece os níveis de prioridade com base na matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), visando, dessa forma, a melhor gestão dos recursos orçamentários para atendimento das demandas institucionais.

Quadro 9 - Categoria: Comunicação e colaboração

Categoria	Participante	Resposta	Descrição
Comunicação e colaboração	D03	“Maior orientação aos professores/coordenadores sem experiência nessas solicitações.”	04 docentes citaram fatores que podemos relacionar com a comunicação e colaboração entre as áreas
	D06	“Deveria ter um fluxograma bem definido e amplamente divulgado para que os requisitantes tivessem noção de todas as etapas necessárias para a aquisição de materiais.”	
	D07	“[...]A transparência é mantida através de registros detalhados e auditorias internas, e a gestão de contratos é reforçada pelo acompanhamento rigoroso do cumprimento das cláusulas. O envolvimento da comunidade acadêmica na definição de requisitos e na avaliação de propostas assegura que as aquisições atendam efetivamente às necessidades institucionais. [...]”	
	D11	“Maior envolvimento dos atores responsáveis pelo curso”	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A colaboração entre os setores e servidores é fundamental para o êxito do processo como um todo. O envolvimento dos responsáveis em cada etapa é primordial para o alcance dos objetivos. Outro aspecto abordado se refere à comunicação, os participantes citaram transparência, orientação e ampla divulgação como sugestões para os processo de aquisições. A intenção do produto educacional é justamente orientar e divulgar amplamente os procedimentos e fluxos dos processos de aquisições de materiais no IFS, contribuindo para que haja maior divulgação aos procedimentos já adotados na instituição.

O modelo de desenvolvimento organizacional eficiente passa, necessariamente, pela melhoria dos processos internos de gestão, e pela definição de um modelo de sistema de informação capaz de otimizar os processos e procedimentos relativos às compras realizadas que as tornem mais claras e transparentes e de fácil verificação pelos requisitantes envolvidos (Batista e Maldonado, 2008, p.686).

Todos os aspectos abordados pelos participantes podem contribuir significativamente para a melhoria dos processos de aquisições de materiais no IFS. Alguns procedimentos já são adotados, outros apresentam propostas que precisam ser analisadas para que possam ser implementadas e outras ainda podem ser supridas ou minimizadas com a elaboração de um material orientativo sobre os procedimentos internos, uma vez que, a melhoria deles foi citada por grande parte dos participantes.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, abordaremos o processo de desenvolvimento do produto educacional “Cartilha orientativa para docentes sobre aquisição de materiais no IFS”. A elaboração do produto educacional é uma exigência dos mestrados profissionais, de acordo com a CAPES (2019, p.5): “No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo”. Assim, após as etapas de coleta e análise dos dados, com base nas informações obtidas através da pesquisa desenvolvida, foi confeccionado o produto educacional.

De acordo com Rizzatti, Mendonça, Mattos e outros (2020, p. 4) “... considera-se PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE) na Área de Ensino, o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa [...]”. Optou-se pelo desenvolvimento de um material textual digital no formato de uma Cartilha orientativa em relação aos procedimentos de Compras na Instituição, destinada principalmente aos coordenadores de curso, pois como são muitas informações, acreditamos que esse formato se adequa melhor ao conteúdo abordado. A cartilha tem como base a nova legislação para Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e os procedimentos internos do IFS, atualizados com base nela.

De acordo com Kaplun (2003), para a construção de um material educativo devem ser considerados três eixos: conceitual, pedagógico e comunicativo. Em relação ao eixo conceitual, “[...]será preciso escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais através dos quais se procurará gerar uma experiência de aprendizado” (Kaplun, 2003, p.48). Assim, dentre os tópicos estão: Noções Básicas de licitações, Papel do requisitante, etapas e fluxos, além de orientações práticas sobre como preencher os documentos, Dúvidas Frequentes e Informações úteis.

Para Kaplun, o “[...] eixo pedagógico é, ou deveria ser, segundo nos parece, o articulador principal de um material educativo”(2003, p.49). Assim, buscou-se partir das dificuldades apresentadas pelos docentes, durante a coleta de dados da pesquisa para construir o material, com o objetivo de auxiliá-los em suas atividades na Instituição. O material conta com diversos links com o intuito de facilitar o acesso a documentos e sites importantes durante a etapa de requisição de materiais.

Já no eixo comunicacional, destaca o papel da linguagem, “[...] não é meramente instrumental, puro braço executor do eixo conceitual. As palavras nos constroem, a linguagem

é a base material do pensamento e entre ambas existe uma unidade inseparável” (Kaplan, 2003, p.52-53). No material elaborado, foi utilizada uma linguagem acessível e objetiva para alcançar a finalidade de transmitir os conhecimentos necessários ao desempenho das funções de requisitantes de materiais no IFS, inclusive com um glossário para identificar as siglas, pois muitas vezes não estão familiarizados com os termos utilizados.

5.1 O PRODUTO EDUCACIONAL CARTILHA ORIENTATIVA PARA DOCENTES SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NO IFS

O produto educacional (Apêndice A) foi produzido por meio das respostas obtidas nos questionários aplicados aos pregoeiros e docentes do campus Socorro, com base na legislação em vigor sobre licitações (Lei 14.133 e seus decretos) e também com base nas rotinas e procedimentos administrativo utilizados na Diretoria de Licitações e Contratos do IFS. A cartilha conta com 38 páginas e tem o formato digital, podendo também ser impressa.

A metodologia de elaboração do produto buscou atender às necessidades práticas dos docentes no processo de aquisições de materiais. A etapa de requisição de materiais é imprescindível para a disponibilização dos recursos adequados ao ensino, sobretudo para as aulas práticas que necessitam de materiais bastante específicos. Por isso, este produto educacional tem o objetivo de auxiliar aqueles que necessitam realizar a etapa de requisição de materiais, contendo informações sobre os procedimentos e documentos necessários, bem como orientações sobre o passo a passo para o preenchimento de documentos e os fluxos e etapas do processo licitatório.

Na parte introdutória, o material apresenta um glossário com os termos técnicos e siglas utilizadas na área; apresentação do produto e uma breve introdução sobre a relação entre a gestão de compras e a EPT. Após, são apresentadas noções básicas de licitações; informações relacionadas ao papel do requisitante e o fluxo do processo como um todo.

A cartilha aborda ainda as etapas de Planejamento, Elaboração dos artefatos; Abertura do processo no SEI e Análise de propostas. Dentro de cada seção são apresentadas as informações necessárias a cada etapa, como documentos necessários, passo a passo para preenchimento de documentos e fluxos. Apresenta ainda, em sua parte final, um resumo das etapas, dúvidas frequentes, informações úteis e referências bibliográficas.

5.2 APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A aplicação do produto educacional foi realizada com o mesmo público-alvo da pesquisa: os pregoeiros que trabalham no setor de licitações do IFS e os docentes que ministram disciplinas específicas para curso técnico no campus Socorro. O produto foi aplicado e avaliado através de um formulário criado no google forms, no qual foi inserido um link para acesso ao produto educacional e no mesmo formulário havia um questionário para avaliação do produto com 06 questões, sendo 05 perguntas fechadas e 01 aberta.

O formulário foi encaminhado por e-mail institucional aos participantes e também foi feito uso do aplicativo de mensagens whatsapp. O mesmo foi enviado no dia 22/01/2025 e permaneceu aberto para avaliações até o dia 08/02/2025. Em relação aos pregoeiros, 80% (08) participaram da avaliação e em relação aos docentes, aproximadamente 48% (09) participaram, obtendo, no geral, aproximadamente 59% de participação na avaliação do produto.

A metodologia de elaboração do produto foi pensada de forma que os coordenadores de curso e aqueles que fazem requisições de materiais para os cursos possam ter um material que os auxilie na prática, conhecendo prazos, fluxos e documentos relevantes para o processo de aquisições. A seguir apresentamos as respostas dos pregoeiros e docentes, referentes ao produto educacional “Cartilha orientativa para docentes sobre aquisição de materiais no IFS”. A análise foi realizada utilizando a escala Likert de 05 pontos, nas questões de 01 a 04, na questão 05 foi utilizada escala de 10 pontos e a questão 06 foi aberta.

Quadro 10 - Avaliação do PE (Docentes)

Atribua uma nota de 01 a 05 às seguintes questões	1	2	3	4	5	Total
1- A linguagem do material foi de fácil compreensão?	-	-	1 (11,1%)	2 (22,2%)	6 (66,7%)	09
2- O material apresentado ampliou seu conhecimento sobre o assunto?	-	-	1 (11,1%)	2 (22,2%)	6 (66,7%)	09
3- Acredita que o material pode auxiliá-lo no desempenho de suas funções?	-	-	1 (11,1%)	2 (22,2%)	6 (66,7%)	09
4- Acredita que as informações trazidas podem contribuir para a melhoria dos processos de aquisições no IFS?	-	-	1 (11,1%)	-	8 (88,9%)	09

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 11 - Nota atribuída ao PE (Docentes)

5- Em uma escala de 0 a 10, atribua uma nota para o material:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
	-	-	-	-	1 (11,1%)	-	-	1 (11,1%)	4 (44,4%)	3 (33,3%)	09

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A análise das respostas dos docentes demonstra uma percepção positiva em relação à cartilha. A linguagem do material, o conteúdo apresentado e a usabilidade na prática foram

avaliados de forma bastante positiva por 88,9% (08) dos participantes, com destaque para a contribuição para a melhoria dos processos de aquisições que foi muito bem avaliada.

A avaliação geral também foi considerada positiva, pois ao atribuir uma nota para o material, apenas 11,1% (1) avaliou com nota 5, os demais participantes atribuíram notas a partir de 8 (11,1%), 9 (44,4%) e 10 (33,3%). Considerando que este material é destinado principalmente, aos docentes, acreditamos que ele possui um alto potencial de auxiliá-los no desempenho de suas atividades como requisitantes de materiais, contribuindo significativamente para o processo de compras como um todo. A seguir apresentamos as respostas dos pregoeiros sobre a avaliação do produto educacional.

Quadro 12 - Avaliação do PE (Pregoeiros)

Atribua uma nota de 01 a 05 às seguintes questões	1	2	3	4	5	Total
1- A linguagem do material foi de fácil compreensão?	-	-	-	1 (12,5%)	7 (87,5%)	08
2- O material apresentado ampliou seu conhecimento sobre o assunto?	-	-	-	2 (25%)	6 (75%)	08
3- Acredita que o material pode auxiliá-lo no desempenho de suas funções?	-	-	-	1 (12,5%)	7 (87,5%)	08
4- Acredita que as informações trazidas podem contribuir para a melhoria dos processos de aquisições no IFS?	-	-	-	-	8 (100%)	08

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 13 -Nota atribuída ao PE (Pregoeiros)

5- Em uma escala de 0 a 10, atribua uma nota para o material:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (12,5%)	7 (87,5%)	08

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A análise das respostas dos pregoeiros também mostra uma percepção bastante positiva em relação ao produto nos aspectos de linguagem, conteúdo e utilização em suas funções. Destacando-se principalmente a contribuição para a melhoria dos processos de aquisições, em que 100% dos participantes atribuíram a nota máxima, demonstrando a relevância desta cartilha para os requisitantes de materiais da instituição.

Em relação à nota geral atribuída ao PE, obtivemos a nota 9 por 12,5% (1) dos participantes e a nota 10 por 87,5% (7) dos participantes. Considerando que são profissionais com experiência nos processos de compras do IFS, acreditamos que o material aborda aspectos relevantes dos processos de aquisições, reunindo informações importantes que contribuirão positivamente para as atividades administrativas que impactam diretamente as atividades de ensino, como a aquisição de materiais de laboratório.

Percebemos então, que ambos os servidores, tanto docentes, quanto pregoeiros, consideram que o material pode contribuir para a melhoria dos processos de aquisições no IFS. Isso é bastante relevante, pois para que o processo de compras tenha êxito, é fundamental o alinhamento entre os diversos servidores que atuam nele. A cartilha se mostrou bastante positiva na percepção dos dois grupos de servidores, o que é altamente benéfico para as aquisições de um modo geral.

A seguir apresentamos as críticas ou sugestões de melhorias apresentadas pelos participantes em relação ao produto educacional. A questão 06 foi aberta e apenas 01 dos pregoeiros apresentou sugestão/crítica. Em relação aos docentes, 07 apresentaram sugestões/críticas de melhoria para o material. As respostas de ambos os servidores estão transcritas, conforme quadro abaixo.

Quadro 14 - Sugestões ou críticas dos participantes ao PE

Participante	6- Caso julgue necessário, aponte críticas ou sugestões de melhoria para o material.
P08	“Alterar os fluxos dos artefatos, pois estão desatualizados no site IFS.”
D08	“Uma melhoria: o texto das figuras que apresentam os fluxos ETP, Mapa de Risco e TR estão pequenas e ficaram com baixa resolução, prejudicando a leitura. Nos mais, o material ficou excelente. Parabéns!!”
D06	“Divulgue esse material. Será muito útil para o IFS. Tem gente que não faz idéia de como solicitar um material.”
D09	“Parabéns pelo material! Acredito que precisa no material ser direto ao abordar o impacto no ensino, para que alguns professores, que por vezes se distanciam da realidade administrativa, compreendam que, apesar de a atividade-fim ser essencial, é o suporte administrativo que permite sua execução com excelência”
D07	“Design e Apresentação Melhoria visual: Adicionar elementos gráficos, como tabelas comparativas, ícones ou imagens ilustrativas, para tornar o material mais atrativo e didático. Destaques importantes: Utilizar caixas de texto ou marcadores coloridos para enfatizar informações críticas, como prazos ou documentos obrigatórios. Exemplos práticos: Incluir mais exemplos reais ou fictícios para ilustrar como preencher documentos como o DFD, ETP e TR. Isso ajudará os docentes a entenderem melhor os requisitos”
D04	“Identificar se 1 é excelente ou ruim”
D13	“Os fluxogramas poderiam ser maiores para facilitar a leitura”
D03	“Parabéns pelo material, vai ajudar muito os docentes. Falo isso porque estou atualmente nesse processo e não entendia direito o processo e a cartilha explica bem direitinho.”

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Após análise, podemos observar que os participantes P08, D08 e D13 mencionaram melhoria nos fluxos, destacando que as informações estão desatualizadas no site e que a imagem também precisa melhorar. Quanto a isso, melhoramos a resolução de imagem dos fluxos e destacamos no material, que conforme portaria IFS nº 87/2025, os fluxos estão sendo atualizados por comissão interna designada para a função e assim que houver a atualização no site, o material também será atualizado.

O D04 sugeriu que identificasse se 1 seria excelente ou ruim, acreditamos que se referia às questões de avaliação e não ao produto em si. No entanto, podemos observar pelas

demais respostas que apenas esse participante não compreendeu muito bem a escala. Os outros participantes responderam adequadamente e não houve mais questionamentos sobre esse aspecto.

Já o D09 acredita que o material deveria ser mais direto ao abordar o impacto para o ensino da importância da atividade administrativa para a finalidade educacional. Ressaltamos que na cartilha, mais especificamente na página 07, abordamos essa questão, enfatizando a importância da gestão de compras para as atividades de ensino e da participação do docente para o êxito das aquisições.

A melhoria do design e apresentação visual foram destacados pelo D07. No entanto, como apenas 01 dos participantes mencionou melhoria nesses aspectos, optamos por não fazer nenhuma alteração. Ressaltamos ainda que os prazos e demais informações relevantes possuem destaque na cartilha. A mesma possui também tabelas e imagens com o objetivo de deixar o material mais atrativo. O material ainda apresenta links que direcionam para informações sobre como preencher os documentos necessários, todos destacados por cor diferente do texto.

A necessidade de divulgação desse material foi destacada pelo participante D06, destacando que o mesmo será útil para o IFS, em razão de muitos servidores não saberem solicitar um material, cuja dificuldade também foi apontada pelo D03 que destacou que a cartilha explica muito bem o processo. Os participantes D03, D06 e D08 parabenizaram o material e este último o considerou excelente.

Diante das respostas, podemos perceber que o material tem um bom potencial para ser utilizado nas atividades de requisição de materiais do IFS, sobretudo pelos docentes. As sugestões de melhoria se referiram mais a aspectos relacionados ao design e apresentação visual, sendo que algumas das sugestões foram acatadas, conforme mencionado anteriormente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EPT possui suas particularidades em relação ao ensino. Nos IFs, como é o caso IFS, essas características abrangem toda a instituição desde atividades administrativas, cuja finalidade é atuar em prol do desenvolvimento das atividades de ensino, até as atividades pedagógicas. Para oferecer uma educação integral de qualidade, com foco no desenvolvimento crítico do aluno, é necessário contar com uma infraestrutura e recursos adequados às atividades de ensino, que aliam teoria e prática.

Nesse sentido, é importante lançar um olhar para o papel das gestão de compras na EPT, pois é por meio dela que são realizadas as contratações e aquisições fundamentais para a garantia do funcionamento da instituição. Nesse processo de aquisições, os docentes tem um papel ativo e fundamental, portanto os mesmos precisam conhecer os procedimentos realizados bem como compreender a importância de sua participação para o alcance de resultados exitosos.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as principais dificuldades dos docentes no papel de requisitante de materiais para organização dos espaços pedagógicos de ensino no IFS e a partir dos resultados obtidos criar um produto educacional que pudesse auxiliá-los a planejar as aquisições de forma mais assertiva, garantindo que as atividades de ensino possam ser realizadas sem interrupção e com uma infraestrutura adequada, no que diz respeito ao processo de aquisições.

Buscou-se por meio deste estudo, compreender em que ponto da cadeia do processo de aquisições, referentes aos materiais de consumo, seria necessário propor melhorias, evitando-se, dessa forma, o comprometimento no fornecimento dos recursos que podem impactar negativamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, buscamos, através do estudo de caso, conhecer a percepção dos pregoeiros da DLC e dos docentes do campus Socorro sobre o processo de aquisições para materiais de laboratório. Além disso, buscamos conhecer também como se dá o processo de aquisições no IFS.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os docentes compreendem a importância das atividades administrativas dos processos de compras para o desenvolvimento das atividades de ensino e que entendem também a relevância e necessidade da participação deles nesses processos. Apesar das dificuldades apresentadas durante a pesquisa, a maioria dos docentes sente-se preparado para atuar como requisitante de materiais. No entanto, grande parte dos pregoeiros acredita que os docentes sentem dificuldade na função de requisitantes de materiais.

Ficou demonstrado também que os pregoeiros, que são os servidores que executam as licitações e com maior conhecimento técnico e prático sobre a legislação e os processos licitatórios no IFS, consideram que há um percentual elevado de itens não atendidos nas licitações para laboratórios de cursos e atribuem esse fato, principalmente a erros na especificação do objeto. Isso é um indicativo de que apesar de os docentes possuírem maior conhecimento técnico sobre o que desejam adquirir e utilizar em sala de aula, ainda falta conhecimento sobre como fazer a descrição desse material de forma correta e completa para o êxito da licitação.

A maioria dos docentes também revelou que já teve algum tipo de dificuldade ou impedimento para realização de aulas práticas devido à ausência de recursos materiais, ficando evidente assim, a relação entre o bom desempenho das atividades administrativas para o cumprimento dos objetivos educativos da instituição. Concluindo-se que se as aquisições não forem bem planejadas e realizadas de maneira assertiva, as atividades de ensino são completamente afetadas.

A falta de recursos financeiros foi apontada pelos docentes como a principal dificuldade nos processos de aquisições, divergindo da percepção dos pregoeiros sobre essa questão. Revela-se com isso, que deve haver uma maior integração entre os docentes e o setor de licitações para um maior alinhamento entre os participantes do processo de compras. Além disso, também foram citadas outras dificuldades pelos docentes como: excesso de formalidades do processo, desconhecimento sobre a legislação e fluxos internos, volume de trabalho e falta de planejamento.

Enquanto para os pregoeiros, as principais dificuldades dos requisitantes são o desconhecimento sobre a legislação e procedimentos internos e a falta de planejamento. Acontece que muitos docentes por desconhecimento sobre as questões orçamentárias e sobre os fluxos do processo de aquisições não chegam sequer a planejar o material necessário e acabam comprometendo a qualidade da educação ofertada pela ausência de determinados materiais que seriam utilizados nas aulas.

Identificamos que na perspectiva dos participantes da pesquisa, a melhoria do processo de aquisições passa por questões como: otimização dos recursos orçamentários, padronização dos procedimentos administrativos, capacitação e treinamento dos servidores, comunicação e colaboração entre os que atuam no processo e o uso de novas tecnologias e ferramentas.

Diante dos resultados obtidos com a pesquisa foi possível elaborar o produto educacional “Cartilha orientativa para docentes sobre aquisições materiais no IFS”, com o

intuito de auxiliar o docente na execução de sua função de requisitante de material, fornecendo um suporte em termos de legislação, prazos, documentos e informações práticas sobre como realizar o planejamento e a requisição do material desde o início do processo.

Acreditamos que os objetivos da pesquisa foram alcançados e que o conteúdo do material atingiu a finalidade de elaborar um produto educacional que auxiliasse os docentes em sua função de requisitante de materiais, tendo em vista as dificuldades sobre o processo de compras abordadas durante a pesquisa. Por meio da avaliação do produto podemos observar que ele tem potencial para ser utilizado para auxiliar os requisitantes de materiais do IFS em suas atividades, visto que a maioria dos participantes acredita que ele pode contribuir para a melhoria dos processo de aquisições.

Embora a pesquisa tenha sido realizada apenas com os docentes dos cursos técnicos do campus Socorro, os resultados obtidos por meio dela podem ser utilizados também para reflexão sobre os demais processos de compras no IFS. Espera-se também que além dos docentes, outros servidores possam utilizar o produto como auxiliar nas atividades de requisição de materiais. Auxiliando assim, as atividades da Gestão do Instituto sem perder de vista o foco na melhoria do ensino, por meio de ações administrativas cujo impacto gera benefícios também na atividade pedagógica.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa contribui para o debate sobre a gestão dos espaços pedagógicos de ensino na EPT, uma vez que a infraestrutura é uma fator que interfere diretamente na qualidade da educação. Dessa forma, refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes na função de requisitantes e buscar formas de auxiliar a execução dessa atividade são fatores imprescindíveis para uma boa gestão das compras públicas e consequentemente contribuir para proporcionar um ambiente adequado ao ensino, que atinja os objetivos educacionais da EPT nos institutos federais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Allysson albuquerque. **Cultura digital na Administração pública: o trabalho remoto e as novas competências para procedimentos de negociações e compras do IFPB.** 341 f. Dissertação Mestrado Profissional da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2023.
- AMORIM, Victor. **Licitações e contratos administrativos.** 4º ed. Brasília, DF. Senado Federal, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edição 70, 2011.
- BATISTA, Marco Antônio Cavalcanti; MALDONADO, José Manuel dos Santos de Varge. **O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia (C&T/S).** Revista de Administração Pública, v. 42, n. 4, p. 681-699, 2008
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de julho de 2023.
- _____. **Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação** – Brasília : Advocacia-Geral da União : Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023.
- _____. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 30 de junho de 2023.
- _____. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 30 de junho de 2023.
- _____. **Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022.** Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm. Acesso em 30/11/2024.
- _____. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em: 05 de julho de 2023.
- _____. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 de julho de 2023.

_____. **Lei Nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 de junho de 2023.

_____. **Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm?origin=instituicao. Acesso em: 30 de junho de 2023.

BRITO, Emília Fernandes de. **Aplicabilidade dos princípios da gestão democrática nos processos de compras e contratações do IFG/campus Formosa.** 2023. 141 f. Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2023.

CAMARGO, Flavio werle de. **Elaboração de um guia de compras públicas para servidores do IFRS.** 2021. 99 f. Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CAPES. **Documento da Área 46 de Ensino da CAPES.** 2019. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

CASTRO, Ana Cristina de, CASTRO, Cláudia Osório de. **Gestão pública contemporânea.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2014.

CASTRO, Karolina Yonara Lucena de. **DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS: Proposição da visão sistêmica do processo licitatório de bens e serviços comuns segundo a lei 14.133/2021 no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa.** 2022. 69f. Dissertação Bacharelado em Administração. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2022.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** São Paulo: Cortez, 2013.

CHAVES, Luiz Claudio de Azevedo. **A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais: a atividade de planejar e pesquisar preços de mercado nas licitações públicas e justificativa de preço nas contratações diretas da Administração Pública.** 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

CIAVATTA, Maria. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?** Trabalho & Educação | Belo Horizonte | v.23 | n.1 | p. 187-205 | jan-abr | 2014.

DIAS, Marco Aurélio Pereira. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão.** São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Rosane Soares de Carvalho. **Setor de compras do IFRS – Campus Rio Grande: Integração com as coordenações de curso.** 2019. 60 f. Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal Sul Rio Grandense, Charqueadas. 2019.

FARIA, Paulo M. **Revisão sistemática da literatura: contributo para um novo paradigma investigativo**. 2. ed. Santo Tirso/Portugal: Whitebooks, 2019.

FERNANDES, Silvia; TOCAFUNDO, Ronan. **As compras públicas como ferramenta estratégica aos Institutos Federais: O caso do campus Ribeirão das Neves do IFMG**. Revista Gestão e Organizações. ISSN 2526-2289 v. 05, n. 04, Out/Dez. 2020.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRACINDO, R. V.; KENSKI, V. M. Gestão de Sistemas Educacionais: a produção de pesquisas no Brasil. WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (orgs.). **O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil – 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE, Campinas: Autores Associados, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere vol. 2**. Intelectuais, princípio educativo, jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 113, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju: IFS, 2021. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2018/1-Janeiro/Resoluo_CS-IFS_113.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2023.

_____. **RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 128, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022**. Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024, do IFS. Aracaju, 2022. Disponível em: [Resoluo_CS-IFS_128.2022_Aprova_a_reviso_do_Plano_de_Developimento_Instituci.pdf](#). Acesso em: 10 de julho de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Regulamento Geral do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Espírito Santo, 2022. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/profept/documentos/regulamento-geral>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

HIGA, Alberto S.; CASTRO, Marcos P.; Oliveira, Simone Z. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**. 18. ed. São Paulo. Papirua, 2012.

KAPLÚN, Gabriel. **Material Educativo: a experiência de aprendizado. Comunicação & Educação**, (27), 46-60, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/37491>. Acesso em 10-11-2023.

KOBAYASHI, Tatiana Cardoso Delgado. **Aplicação da Matriz de Kraljic para gestão de categorias de compras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2021**. 64f. Monografia (Graduação em Administração Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra (orgs.). **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. Editora Cortez, 2017.

LIMA, João André Ferreira; FILHO, Eraldo Francisco dos Santos. **Um estudo sobre a normatização e implementação de setores de compras na administração pública: uma alternativa prática à gestão orçamentária realizada pelas estruturas governamentais**. Dialética, 2020.

LOPES, Guilherme Andrade. **Procedimentos de contratação pública: Subsídios para o planejamento da atuação docente em suas atividades práticas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão - campus Caxias**. 2023. 137 f. Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Piauí. Parnaíba, 2023

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 2.ed. Rio de Janeiro. EPU, 2018.

MANACORDA, Mário A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (orgs.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém : EDUEPA, 2010.

MARX. Karl. **O capital**. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3.ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: E.P.U. Ltda. 2. ed. São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Erinaldo Silva; ANDRADE, Josefa Aparecida Pereira de; SILVA, Daniel Nascimento e; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins de. **Espaços de aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica: discussão e caracterização**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v.2, nº 2, 2018.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. [E-book]. Natal: IFRN, 2010, 28 f. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

PANSERI, Bárbara; NONATO, Raquel Sobral. **Gestão de compras públicas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2022.

PARO, Vítor Henrique. **Crítica da Estrutura da Escola**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2016.

PEREIRA, Mauricio Gomes; GALVÃO, Taís Freire. **Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura**. Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 23,

n. 2, abr-jun, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2014.v23n2/369-371/>. Acesso em: 25 de abril de 2025.

QUENEHEN, Romulo. **Direito Administrativo**. Curitiba: Contentus, 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry e COLS. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

RIZZATTI, Ivanise; MENDONÇA, Andrea; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos; CAVALCANTI, Ricardo; OLIVEIRA, Rosimary. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: 146 proposições de um grupo de colaboradores**. ACTIO. Docência em Ciências. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 2, mai./ago. 2020.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. **Os Modelos de Administração Pública como Estratégias Complementares para a Coprodução do Bem Público**. *Revista de Ciências da Administração*, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009v11n25p83/12590+>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

SANTOS, Gildair Lopes dos. SILVA, Assis Leão da. **A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura acadêmica**. GT 05 - ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, p.1940-1955, 2020.

SANTOS, Susimari Carreira Ribeiro dos Santos. **Compras públicas na Educação Profissional e Tecnológica: procedimentos para aquisições de materiais e equipamentos pelos docentes do IFPR campus Curitiba**. 207f. Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2023

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. **Da escola de aprendizes ao Instituto Federal de Sergipe: 1909-2009**. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Natal, v.2, n.2, 2009.

SAVEDRA, Vivian Chaplin Ganzo; LEGRAMANTI, Greice Paula Heinen. **Mapeamento de processos de compras: aperfeiçoamento e ajustes para possibilitar o envolvimento de áreas finalísticas na gestão de compras e materiais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC Campus Florianópolis - Continente**. 2020.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SHULMAN, Lee S. **Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma**. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 196 – 229, dez. 2014.

SILVA, Lidiane Aparecida da. **Inovação em compras governamentais: o estudo técnico preliminar no planejamento de compras do IFRN**. 2022. 171f. Dissertação (Mestrado

Profissional em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, Tanelia Tayse de Souza e. **O funcionamento do estado e a formação integral: O conhecimento sobre os processos de aquisições públicas como forma de promover e aplicar os princípios da Educação Profissional e Tecnológica.** 2021; 127 f. Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de São Paulo. Sertãozinho, 2021.

SILVA, Tiago Juliano da; PELLIN, Alecxandro; RIBEIRO, Ivano; ROJO, Cláudio Antônio. **Diagnóstico e proposição de mudanças no fluxo de compras e almoxarifado de uma instituição de ensino Público Federal.** Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) Volume 19 - n.3. Jul/Set 2021.

SILVA NETO, Francisco Ângelo da. **A busca da eficiência nas licitações públicas: o efeito da regulamentação da pesquisa de preço sobre as compras no Instituto Federal de Pernambuco.** 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em Educação. **Educação e Filosofia.** Uberlândia, v.31, n.61, p-21-44, jan./abr. 2017.

TEIXEIRA, A. **Natureza e função da administração escolar.** Cadernos de Administração Escolar, n. 1. Salvador: ANPAE, 1964.

YIN, Robert K, **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

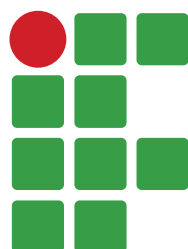
CARTILHA ORIENTATIVA

PARA DOCENTES SOBRE AQUISIÇÃO

DE MATERIAIS NO IFS



2025



INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

CARTILHA ORIENTATIVA

PARA DOCENTES SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NO IFS

ELABORADO POR

Diana Ingrid Porto Fontes Canuto

ORIENTADOR

Prof. Dr. José Osman dos Santos

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas do IFS

Canuto, Diana Ingrid Porto Fontes.

C235c Cartilha Orientativa: para docentes sobre aquisição de materiais no IFS. [recurso eletrônico]. / Diana Ingrid Porto Fontes Canuto. – Aracaju: EDIFS, 2025.

38 p.; il.

ISBN: 978-85-9591-240-3

1. Docentes - orientações. 2. Materiais de Ensino. 3. Aquisição - Materiais I. Santos, José Osman [Orientador]. II. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. IV. Título.

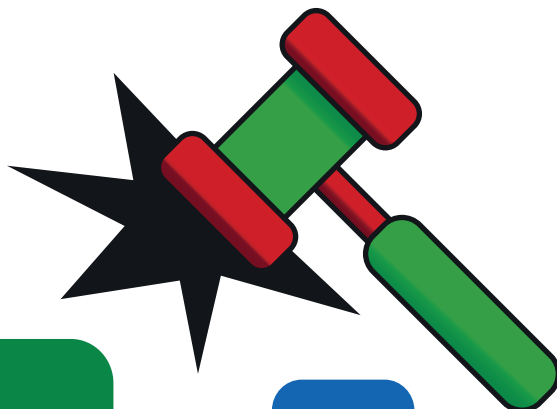
CDU 37(035)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637



SUMÁRIO

■ Glossário.....	4
■ Apresentação.....	5
■ Introdução.....	6
■ Noções Básicas.....	9
■ Quem é o requisitante?.....	10
■ Sou requisitante. O que fazer?.....	11
■ Etapas.....	12
■ Fluxo.....	13
■ PGC.....	15
■ Documento de formalização da demanda.....	16
■ Estudo técnico preliminar.....	19
■ Mapa de riscos.....	21
■ Termo de Referência.....	23
■ Principais documentos para abertura do processo.....	28
■ Certificação processual.....	29
■ Análise de proposta.....	31
■ Dúvidas frequentes.....	35
■ Informações úteis.....	36
■ Referências.....	37



GLOSSÁRIO

- DEL- Departamento de Licitações
- DFD- Documento de formalização da demanda
- DLC - Diretoria de Licitações e Contratos
- EPT - Educação Profissional e Tecnológica
- ETP - Estudo técnico preliminar
- IF- Instituto Federal
- IFS - Instituto Federal de Sergipe
- IN- Instrução Normativa
- IRP - Intenção de registro de preços
- ON- Orientação Normativa
- PGC - Planejamento e Gerenciamento de contratações
- PNCP- Portal Nacional de Contratações Públicas
- SEI- Sistema Eletrônico de Informações
- SIASG - Sistema integrado de Administração de Serviços Gerais
- SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
- TR- Termo de referência

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha faz parte do produto educacional produzido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, cujo tema da pesquisa é: **A EPT E OS DESAFIOS DOS DOCENTES NO PROCESSO DE GESTÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO.**

Este material tem como seu público-alvo os docentes, com o objetivo de auxiliá-los no desempenho da função de requisitantes de materiais para os cursos técnicos do IFS, podendo ser utilizado ainda por um público mais abrangente.

Considerando que a maioria dos processos de compras de materiais na Instituição ocorre por meio de Pregão Eletrônico, este material aborda conceitos e procedimentos sobre essa modalidade de licitação no IFS, sendo resultado da pesquisa realizada através de questionário respondido por docentes do campus Socorro e servidores que trabalham no setor de licitações no Instituto.



INTRODUÇÃO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, significou um marco histórico importante em relação à Educação Profissional e Tecnológica no País, tendo como proposta educacional a formação humana integral e o trabalho como princípio educativo, pretendendo superar a dualidade existente entre trabalho intelectual e manual, aliando a teoria à prática. Através de um ensino que prioriza, a pesquisa e a extensão, objetiva formar um cidadãos críticos, capazes de atuar no mundo do trabalho de uma maneira reflexiva e consciente.

Nesse modelo de educação, a união entre teoria e prática é fundamental para se alcançar a formação integral do aluno. Assim, os Institutos possuem em sua estrutura, laboratórios de ensino que visam proporcionar a vivência prática do conteúdo estudado aos seus alunos. Estes laboratórios são dotados de equipamentos, materiais, suprimentos, entre outros, para garantir a realização das aulas com infraestrutura adequada, a fim de alcançar um ensino de qualidade.

Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos (PACHECO, 2018, p. 21).

Nesse processo de ensino, o docente tem um papel de destaque pois tem a função de conduzir o discente para o alcance da aprendizagem. e o desenvolvimento de suas potencialidades. Mas, além de sua função em sala de aula, muitas vezes o professor precisa enfrentar outras tarefas que ultrapassam o ensino de determinada disciplina, como o planejamento dos recursos necessários à sua prática docente.

“Os professores têm várias responsabilidades profissionais: conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino à realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre seu próprio trabalho. Há todavia, outra importante tarefa, nem sempre valorizada: participar de forma consciente e eficaz nas práticas de organização e gestão da escola.” (LIBÂNEO e cols, 2017, p. 408)

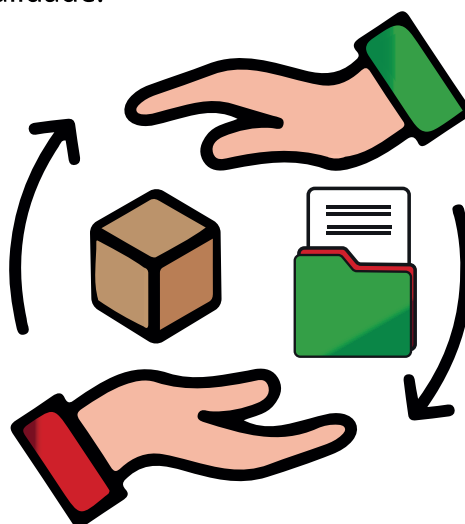
INTRODUÇÃO

Assim, para que haja uma infraestrutura adequada aos objetivos da EPT no IFS, os docentes necessitam participar e compreender sobre os procedimentos de aquisições de materiais e insumos, desempenhando um papel fundamental para o êxito das contratações o que impacta diretamente sua prática diária em sala de aula.

Esse é o caso de muitos docentes que atuam nas coordenações de curso dos IF's e desempenham um papel fundamental no processo de gestão das compras públicas. Muitas vezes, eles são os responsáveis por requisitar os recursos necessários para garantir a oferta de aulas tanto teóricas, quanto práticas, imprescindíveis para o modelo de educação profissional ofertado nos Institutos, em que teoria e prática caminham juntos. Assim, os docentes que trabalham na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se deparam com alguns desafios específicos para a oferta de um ensino que busca a formação omnilateral do homem, como é a educação proposta pelos Institutos.

Diante disso, destacamos o papel da Gestão na EPT, pois para o desenvolvimento das atividades de ensino, é necessário que a Instituição esteja dotada com infraestrutura e recursos adequados ao seu funcionamento. O alinhamento entre a área administrativa e o ensino é essencial em relação ao planejamento das contratações, para alcançar a eficácia nos processos de compras.

Na perspectiva de uma educação voltada para a transformação social, o sujeito do processo educacional é o aluno e sendo assim, todos os profissionais que trabalham na escola, atuam de forma a prover os meios para garantir um ensino de qualidade. Nesse sentido, a Gestão das Compras, através de aquisições e contratações de serviços, tem caráter fundamental de garantir as condições necessárias ao cumprimento da finalidade institucional em promover um ensino de qualidade.



INTRODUÇÃO

Esperamos que esta cartilha possa contribuir para o desenvolvimento das atividades dos docentes na função de requisitantes de materiais e para o alcance da missão do IFS de “[...] promover a educação profissional científica técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos” (IFS, 2022), através de uma gestão eficiente das compras públicas de materiais, visto sua relevância para o desenvolvimento das atividades da EPT nos Institutos Federais de Ensino.



ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange: ***I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa; II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.***

OBJETIVOS

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: ***I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.***

No IFS, a modalidade mais utilizada para aquisições de materiais é o Pregão Eletrônico.

MODALIDADES

Art. 28. São modalidades de licitação:

- ***I - pregão;***
- ***II - concorrência;***
- ***III - concurso;***
- ***IV - leilão;***
- ***V - diálogo competitivo***

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] ***XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;***

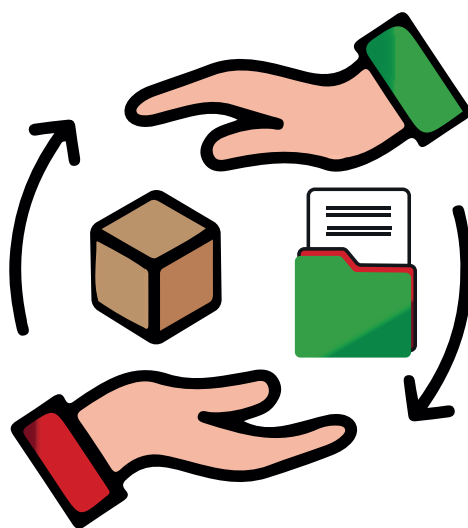
QUEM É O REQUISITANTE?



O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO SOBRE REQUISITANTES: Art. 3º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se: [...] V - *requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la; (INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.)*

QUEM SÃO ESSES SERVIDORES NO IFS: De acordo com Portaria para designação de responsáveis pelo processo de aquisição no IFS: § 1º *A Unidade Supridora será responsável pelo planejamento e confecção dos artefatos necessários à abertura do processo licitatório (DFD cadastrado no sistema PGC, ETP Digital, Termo de Referência Digital e Mapa de Riscos Digital, elaborados no Portal de Compras Públicas - (Compras.gov.br), atentando-se para a especificação do objeto e para o quantitativo estimado de sua unidade.*

No IFS, os requisitantes de materiais para cursos técnicos, geralmente, são os docentes responsáveis pelas coordenações de curso.



SOU REQUISITANTE. O QUE FAZER?

O primeiro passo é cadastrar a demanda no sistema PGC, através do DFD. O acesso ao sistema se dá através da solicitação de senha, via formulário para acesso ao SIASG.

O formulário deverá ser solicitado ao setor de contratos, através do e-mail contratos@ifs.edu.br.

Se a demanda estiver prevista no cronograma de licitações, haverá a publicação da portaria com a designação da unidade supridora, e a partir desse momento o requisitante deve providenciar a abertura do processo no SEI, contendo os documentos necessários.

Caso a demanda não tenha sido incluída no cronograma de licitações do ano, é possível solicitar a inclusão ao setor de licitações, através de e-mail.

Os principais documentos necessários à abertura do processo são elaborados no portal de compras do Governo Federal, a partir da demanda cadastrada previamente no DFD.

O requisitante poderá marcar reuniões com os demais membros da unidade supridora designada para auxílio na elaboração dos artefatos necessários.



ETAPAS REALIZADAS PELO REQUISITANTE



**CADASTRO DO DFD NO PGC
PLANEJAMENTO**



**ELABORAÇÃO DOS ARTEFATOS
NO COMPRAS.GOV - ETP, MAPA
DE RISCO E TR**



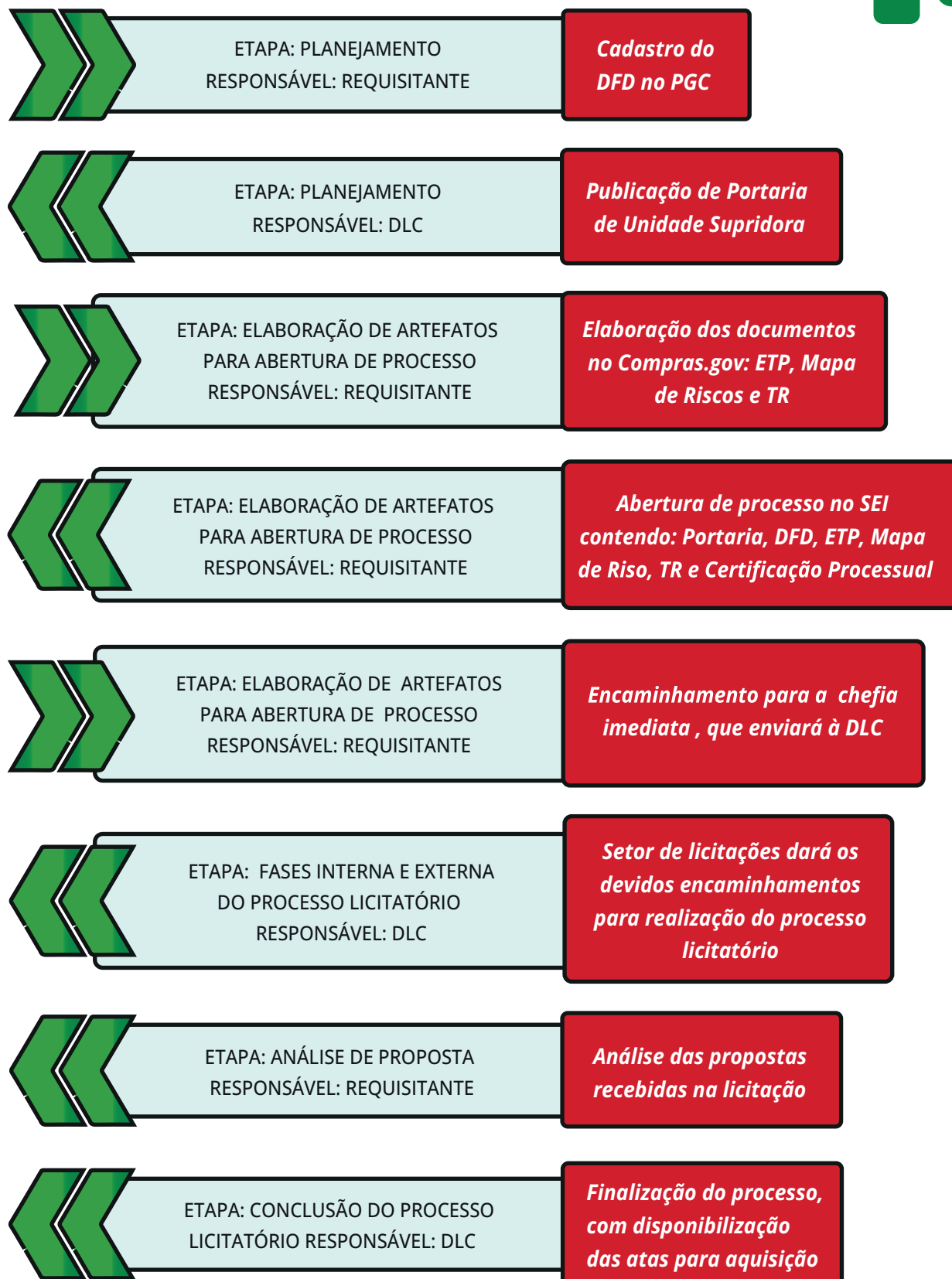
**ABERTURA DE PROCESSO NO SEI E
ENVIO PARA CHEFIA IMEDIATA**



**ANÁLISE DAS PROPOSTAS ENVIADAS
POR FORNECEDORES**



FLUXO DO PROCESSO



PLANEJAMENTO



PLANEJAMENTO PGC

COMO OCORRE O PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES NO IFS:

Todas as contratações deverão ser cadastradas no sistema PGC. **(PLANO GERAL DE CONTRATAÇÕES)**.

A partir das demandas cadastradas no ano anterior, são geradas portarias para definir os responsáveis pelos processos de aquisições. A prioridade das contratações é definida em reunião com os gestores dos campi para alinhamento do orçamento e demandas planejadas. Como resultado dessa reunião é consolidado o Plano Anual de Prioridades orçamentárias e licitatórias do IFS.

As necessidades identificadas para o ano subsequente são cadastradas pelo servidor definido como requisitante no seu campus, considerando o cargo em função que ocupa na instituição. O período de cadastro das demandas segue o calendário abaixo, conforme decreto 10947/2022:

SAIBA MAIS!

O que é PGC?

De acordo com o Decreto

10947/2022: "Art. 2º Para

fins do disposto neste

Decreto, considera-se: [...]

VII - PGC - Planejamento e Gerenciamento das contratações, ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para elaboração e acompanhamento do plano de contratações anual pelos órgãos e pelas entidades de que trata o art. 1º.

- Cadastro até 1º de abril;
- Consolidação - até 30 de abril;
- Aprovação - Até a primeira quinzena de maio;
- Alteração - de 15 de setembro a 15 de novembro;
- Até 15 dias após aprovação da LOA.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

O DFD é o primeiro documento cadastrado, ainda na fase de planejamento, no período em que as unidades são consultadas quanto às demandas do ano posterior.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

[...] **V - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação; (DECRETO 10947/2022)**

Esse documento deve ser preenchido pelo requisitante, até o dia 01/04 do ano anterior à contratação, através do **Portal Compras.gov.br**, seguindo o passo a passo disponível abaixo. Ao final, o documento deve ser enviado, via sistema, para análise e consolidação do setor de licitações. Na abertura do processo no SEI, o DFD deverá conter a assinatura do requisitante e da autoridade competente do campus.

SAIBA MAIS!

O DFD é o documento que dá início aos procedimentos de contratação. Nele deverão constar informações básicas como: **descrição, justificativa, grau de prioridade, entre outras.**



Para mais informações sobre o preenchimento do documento, acesse:

PASSO A PASSO PARA CRIAÇÃO DE DFD

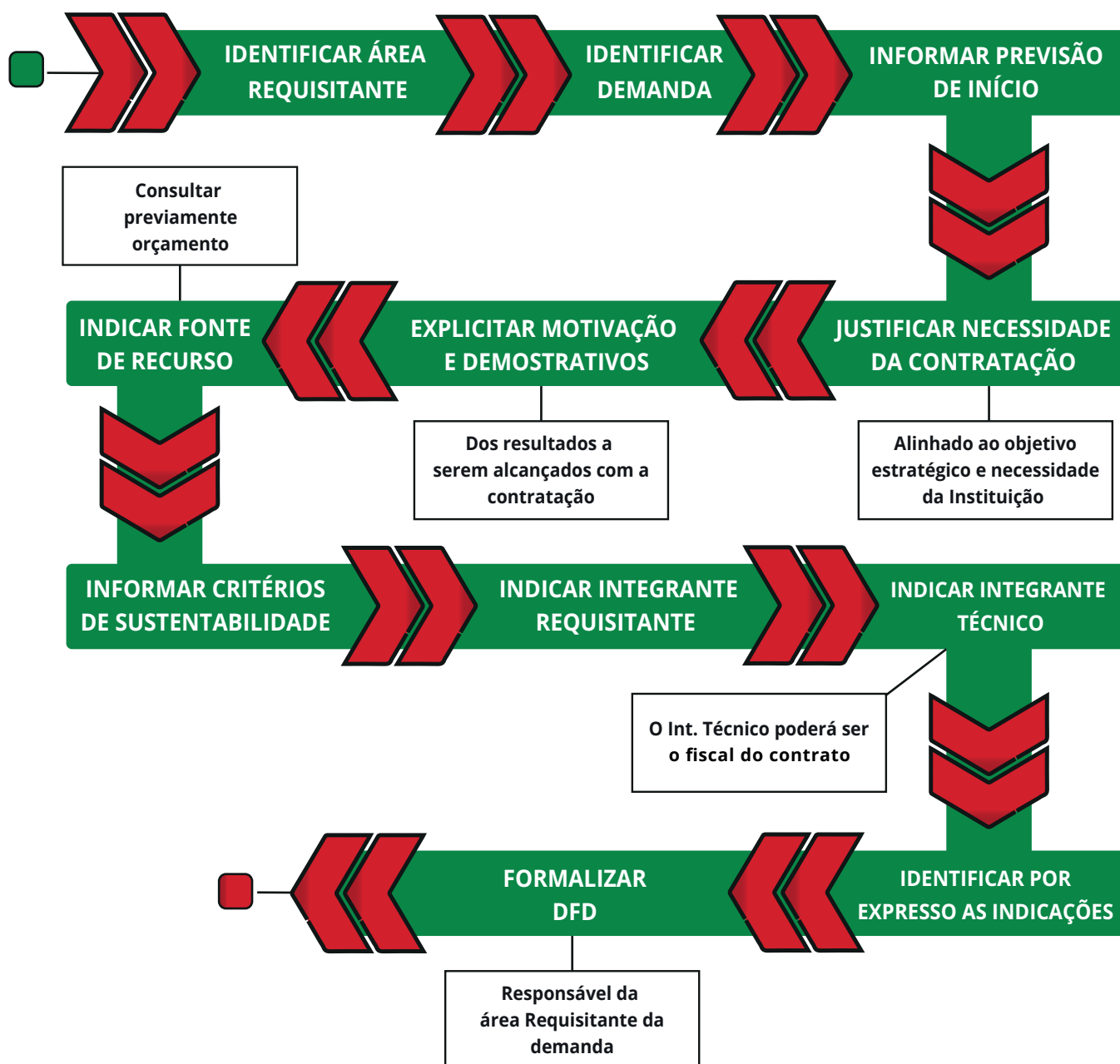
<https://acesse.one/gov-compras-planejamento-de-contratacoes>

GUIA DE PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

<https://l1nk.dev/gov-manual-fase-interna-guia-de-contratacoes>

FLUXO DFD

O fluxo dos processos estão sendo atualizados pela DLC, conforme portaria nº 87/2025. Assim, que o trabalho for concluído, atualizaremos também este material.



FONTE:

<http://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/licitacoes-proad.html?id=9755>

ELABORAÇÃO DOS ARTEFATOS APÓS PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE UNIDADE SUPRIDORA



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O ETP pode ser considerado um dos documentos mais importantes da contratação, pois ele serve de base para o termo de referência, apontando a melhor solução para a aquisição do material pretendido.

ART. 6º PARA OS FINS DESTA LEI, CONSIDERAM-SE:

[...] XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação; **(Lei 14.133/2021)**

O Requisitante deve entrar no sistema **Compras.gov.br**, no campo “Acesso ao sistema” com seu login e senha para cadastrar o documento.

Essa etapa deve ser realizada no módulo ETP, pelo requisitante, no período definido na portaria e deve contar a assinatura digital dos responsáveis (requisitante e autoridade competente).

SAIBA MAIS!

O estudo técnico preliminar serve para nortear a forma como a demanda cadastrada será atendida.

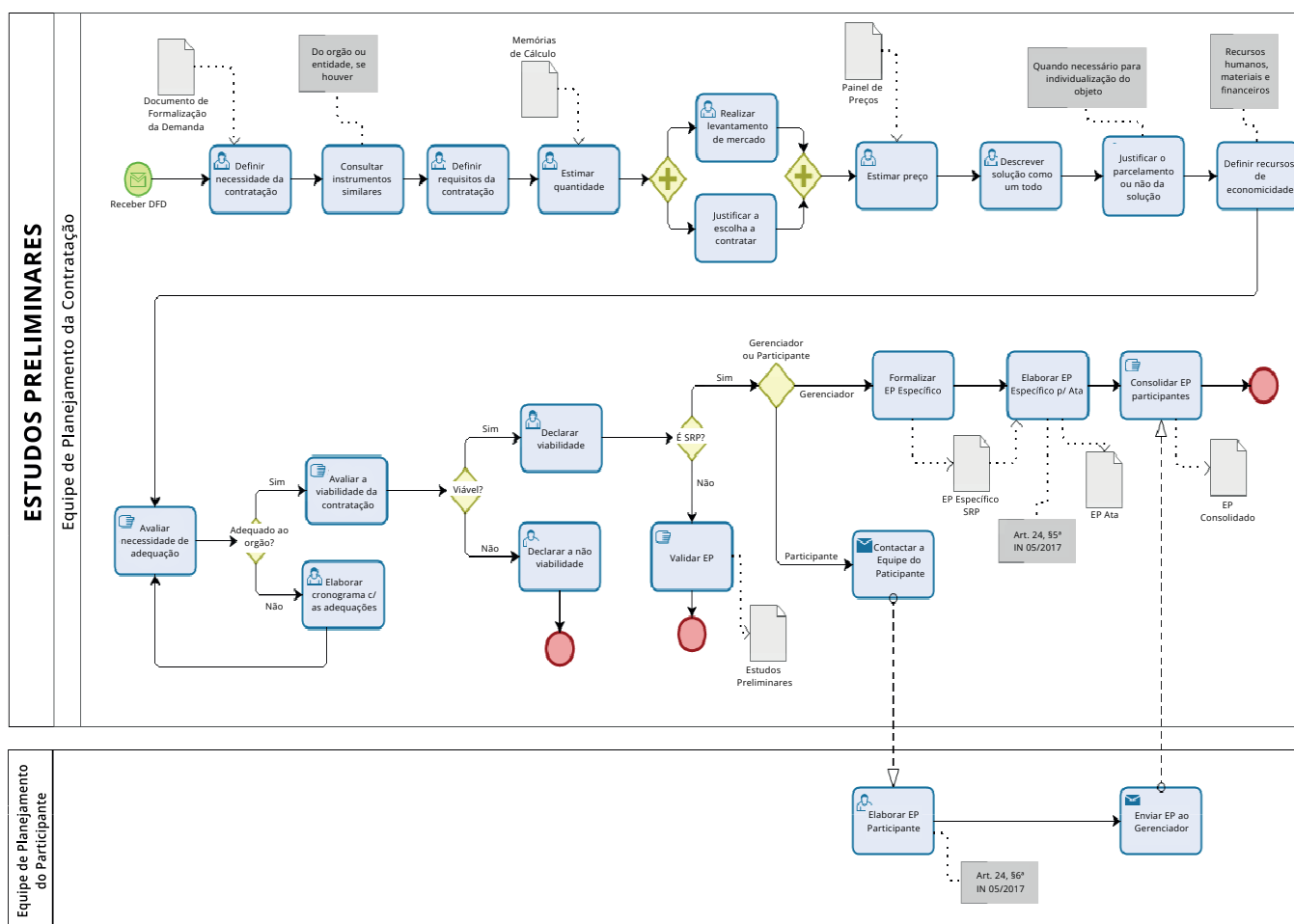
PASSO A PASSO ETP

Para informações sobre o passo a passo do sistema acesse:

<https://l1nk.dev/manual-fase-interna-etp-digital>

FLUXO ETP

O fluxo dos processos estão sendo atualizados pela DLC, conforme portaria nº 87/2025. Assim, que o trabalho for concluído, atualizaremos também este material.



FONTE:

<http://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/licitacoes-proad.html?id=9755>

MAPA DE RISCOS

O Mapa de riscos tem por objetivo identificar possíveis riscos que possam comprometer o êxito da contratação e analisar quais medidas podem ser adotadas para evitá-los ou minimizá-los.

ART. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o **INCISO VII DO CAPUT DO ART. 12 DESTA LEI**, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

[...] X - A ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL;

Essa etapa deve ser realizada pelo requisitante, no portal **Compras.gov.br**, no período definido na portaria e deve conter a assinatura digital dos responsáveis (requisitante e autoridade competente).

SAIBA MAIS!

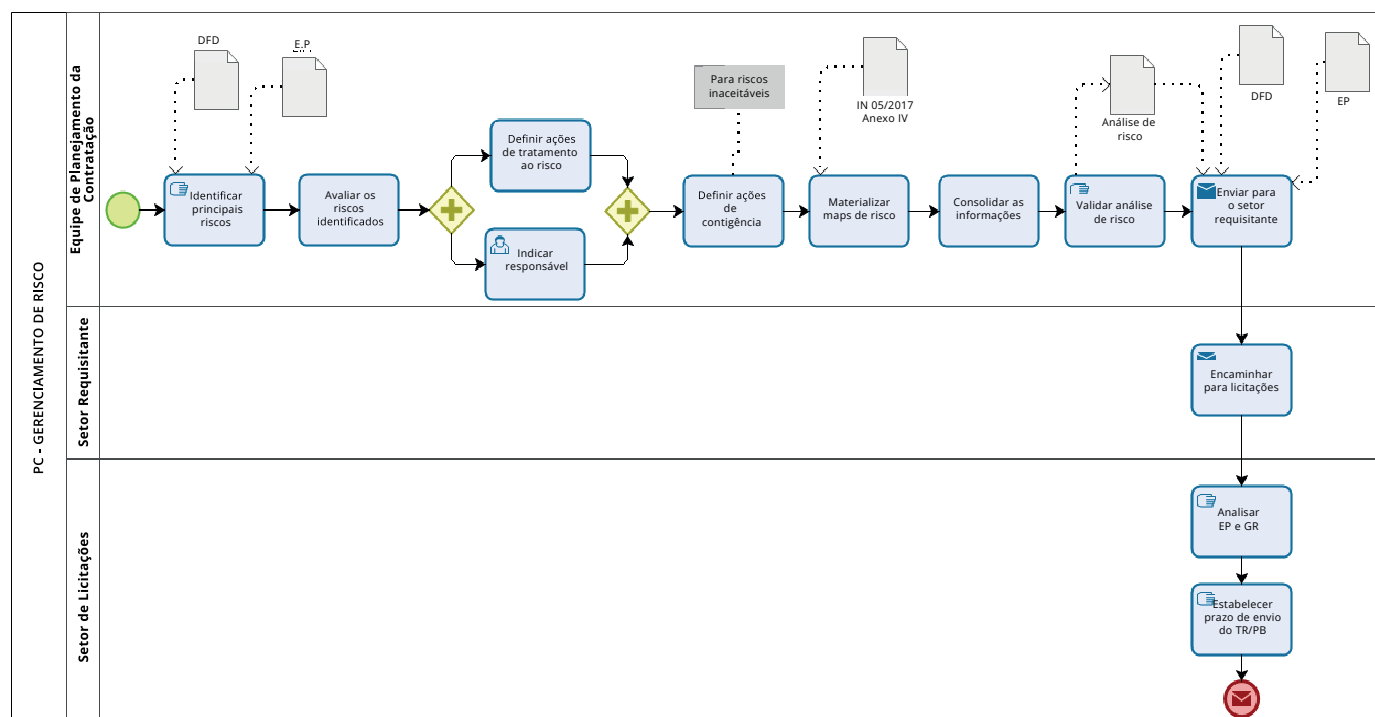
Mapa de Risco serve para identificar possíveis riscos daquela aquisição e ações para mitigar as consequências.

Para informações sobre o preenchimento do documento, acesse:

<https://l1nk.dev/orientacoes-sobre-relatorio-de-gestao-de-riscos>

FLUXO MAPA DE RISCOS

O fluxo dos processos estão sendo atualizados pela DLC, conforme portaria nº 87/2025. Assim, que o trabalho for concluído, atualizaremos também este material.



FONTE:

<http://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/licitacoes-proad.html?id=9755>

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

O Termo de referência deve conter todas as informações relevantes para que o fornecedor possa compreender a necessidade e as condições de fornecimento do material solicitado pelo órgão.

ART. 6º PARA OS FINS DESTA LEI, CONSIDERAM-SE: [...] XXIII - TERMO DE REFERÊNCIA: DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, QUE DEVE CONTER OS SEGUINTE PARÂMETROS E ELEMENTOS DESCRITIVOS [...]

Essa etapa deve ser realizada pelo requisitante, no período definido na portaria e deve conter a assinatura digital dos responsáveis (requisitante e autoridade competente).

Para as aquisições de materiais e serviços, é necessário utilizar as descrições disponíveis no Catálogo de Materiais e Serviços do Governo Federal – CATMAT. Para cada descrição cadastrada, existe um código correspondente.

É importante que o requisitante fique atento para informar a descrição, cujo código se aproxime o máximo do item a ser licitado, no caso de não haver descrição igual no catálogo. Caso a descrição do CATMAT não seja igual a do material solicitado, as informações complementares devem ser descritas no TR.

SAIBA MAIS!

O termo de referência é o documento que conterá as informações necessárias para as empresas fornecedoras enviarem suas propostas.

PESQUISA CATMAT

Para realizar a busca no CATMAT, você pode acessar o link abaixo e pesquisar pela descrição do item desejado: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

Para que a contratação tenha êxito, é fundamental um boa e completa descrição do item, com informações suficientes e claras sobre o produto ou material.

A descrição deve ser o mais detalhada possível, contendo informações como: dimensões (altura, largura, comprimento, etc) unidade de medida (kg, l, m², etc) material (ferro, plástico, vidro, etc) informações adicionais: demais informações necessárias conforme o item desejado.

ATENÇÃO: É IMPORTANTE QUE AS INFORMAÇÕES SEJAM APENAS AS NECESSÁRIAS, EVITANDO INFORMAÇÕES EXCESSIVAS QUE POSSAM FRUSTRAR A LICITAÇÃO.

SAIBA MAIS!

No termo de referência também será necessário realizar uma pesquisa de preços inicial dos itens, que pode ser realizada com base em Atas anteriores ou Mídias eletrônicas. Após o envio do processo para o setor de licitações, o mesmo realizará nova pesquisa com base nos critérios previstos na legislação sobre o tema.

ATENÇÃO: O TR DEVERÁ SER PREENCHIDO COM BASE NAS INFORMAÇÕES DOS DEMAIS DOCUMENTOS: DFD, ETP.

Clique aqui para acessar o manual sobre como preencher os documentos

<https://acesse.one/gov-manual-fase-interna-procedimentos-contratacoes>

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

EXEMPLO 1

O que?
Caneta esferográfica

Qual o material?
Alumínio

Qual a cor?
Azul

Qual o tipo?
Escrita média

Tem características adicionais?
suporte fixação, corrente de metal e recarregável

Descrição completa: Caneta, esferográfica, material: alumínio, quantidade cargas: 1 und, tipo escrita: média, cor tinta: azul, características adicionais: suporte fixação, corrente de metal e recarregável.

EXEMPLO 2

O que?
Jogo Chave

Qual o material?
Aço Cromado Vanádio

Aplicação?
Serviços Gerais - Oficina

Qual o tipo?
PHILIPS / FENDA

Tem características adicionais?
Sextavado, Lâmina Cromada Fosca Acetinada

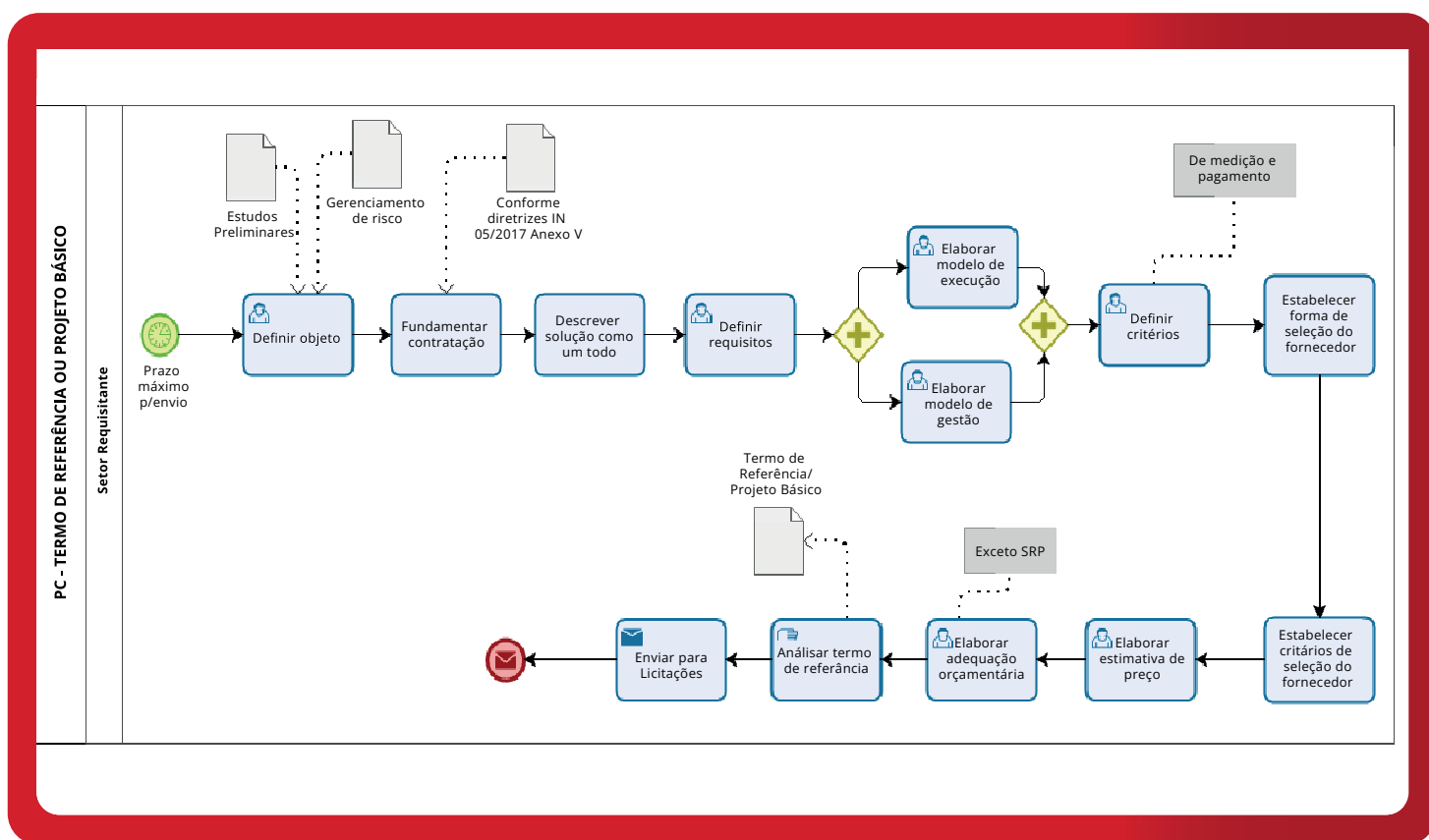
Descrição completa; Jogo chave, material aço cromo vanádio, tipo Philips/ Fenda, quantidade peças 6, aplicação serviços gerais - Oficina, componentes fenda 4/5MM, 5X5MM, 5X6 MM, 8MM - Philips 4MM, 6MM, Material cabo polipropileno, características 4MM, 6MM, Material cabo polipropileno, características adicionais sextavado, lâmina cromada fosca acetinada.

Clique aqui para acessar o manual sobre como preencher os documentos:

<https://acesse.one/gov-manual-fase-interna-procedimentos-contratacoes>

FLUXO TR

O fluxo dos processos estão sendo atualizados pela DLC, conforme portaria nº 87/2025. Assim, que o trabalho for concluído, atualizaremos também este material.



FONTE:

<http://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/licitacoes-proad.html?id=9755>

ABERTURA DO PROCESSO NO SEI



PRINCIPAIS DOCUMENTOS PARA ABERTURA DO PROCESSO

Toda contratação realizada no IFS, necessita da abertura de processo eletrônico, que deverá conter os seguintes documentos:

- **PORTARIA DE UNIDADE SUPRIDORA - Boletim de serviços no SIPAC**
<https://sipac.ifs.edu.br/public/jsp/portal.jsf>
- **DFD - COMPRAS.GOV**
<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>
- **ETP- COMPRAS.GOV**
<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>
- **TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS.GOV**
<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>
- **MAPA DE RISCO- COMPRAS.GOV**
<https://acesse.one/gov-orientacoes-sobre-o-relatorio-gestao-de-riscos>
- **CERTIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA - SEI**
<https://portalsei.ifs.edu.br/>

SAIBA MAIS!

A portaria de unidade supridora é elaborada pelo setor de licitações e será publicada de acordo com o cronograma das licitações previamente definidas, com prazo médio de 45 a 60 dias antes da abertura do processo. Ela indica quem são os responsáveis pela elaboração dos artefatos e abertura do processo, indicando também o prazo.

CERTIFICAÇÃO PROCESSUAL

A certificação processual é um documento preenchido no SEI, após a confecção do Termo de referência.

Nele deverão constar as informações que foram suprimidas ou acrescentadas do Termo de referência original, indicando as justificativas para realização das alterações. Essa certificação serve para indicar ao procurador que fará a análise do processo, quais as alterações realizadas na minuta original do TR.

SAIBA MAIS!

A certificação processual é um documento no qual o requisitante irá informar as alterações (inclusões e supressões) realizadas no TR.

ATENÇÃO!

Após a elaboração de todos os artefatos e abertura do processo no SEI com todos os documentos informados, o mesmo deverá ser encaminhado para a chefia imediata do setor, que o tramitará nas demais instâncias.

CERTIFICAÇÃO PROCESSUAL

Ordem de Serviço Conjunta Reitoria/PF-IFS nº 01/2015, de 13 de abril de 2015.

IDENTIFICAÇÃO PROCESSUAL
Processo IFS nº: Há processo(s) apensado(s)? Não () Sim Caso sim, identificá-lo(s): Processo IFS nº : Interessado(s):
CARACTERIZAÇÃO LICITATÓRIA
() Aquisição () Contratação () O.D.D. (nº SEI do documento) MODALIDADE: () Pregão sem SRP () Pregão com SRP () Concorrência () Leilão () Concurso () Dispensa () Inexigibilidade () Diálogo Competitivo
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: () Menor Preço: () por item () por grupo () por item e grupo () Maior desconto () Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico () Técnica e Preço () Maior lance () Maior retorno econômico Descrição do objeto: Valor Estimado da contratação/aquisição:
CONSTAM dos autos em epígrafe as seguintes peças/documentos:
() Termo de Autorização de Licitação, assinado pela autoridade competente (nº SEI do documento) () Propostas e documentação pertinente à pesquisa de preços (nº SEI do documento) () Designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio (nº SEI do documento) () Pareceres técnicos ou jurídicos sobre a licitação/dispensa/inexigibilidade (nº SEI do documento) () Declaração de Regularidade Fiscal, Certidões Negativas de Improbidade Administrativa e de Débitos trabalhistas (nº SEI do documento)

ANÁLISE DE PROPOSTAS



FIQUE ATENTO (A)

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Há ainda um outro momento muito importante em que o requisitante atua, no caso de aquisições por pregão eletrônico: **a análise das propostas.**

Essa etapa ocorre durante o processo licitatório, após as empresas vencedoras enviarem suas propostas para os itens.

O requisitante deverá fazer a análise se o produto/material está de acordo com aquilo que foi solicitado no termo de referência, verificando descrições técnicas, unidades de medidas, entre outros aspectos, de forma que se adquira o material desejado.

Para que haja a desclassificação de uma proposta por material inadequado, é necessário utilizar justificativa com critérios objetivos.

DISPONIBILIZAÇÃO DOS ITENS PARA AQUISIÇÃO

Após finalização das etapas anteriores e conclusão do processo licitatório, os itens adquiridos ficam disponibilizados em atas que serão publicadas no site do IFS e PNCP.

Será dada ciência aos requisitantes da disponibilidade para que verifiquem a possibilidade de aquisições junto aos gestores.



ETAPAS DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO

Procedimento	Responsável
Abertura de processo no SEI, contendo os seguintes documentos: DFD, portaria de unidade supridora, ETP, mapa de riscos, termo de referência e certificação processual.	Requisitante
Pesquisa de Preços	DLC
Abertura de IRP, Elaboração de edital e anexos e Certificação processual	Agente de contratação/DLC
Parecer Jurídico	Procuradoria
Ajustes após parecer jurídico Publicação do edital Realização da sessão pública do pregão	Agente de contratação/DLC
Julgamento das propostas	Requisitante
Habilitação dos documentos	Agente de contratação/DLC
Adjudicação/Homologação	Autoridade competente
Elaboração e publicação das atas de registro de preço	DLC

RESUMINDO

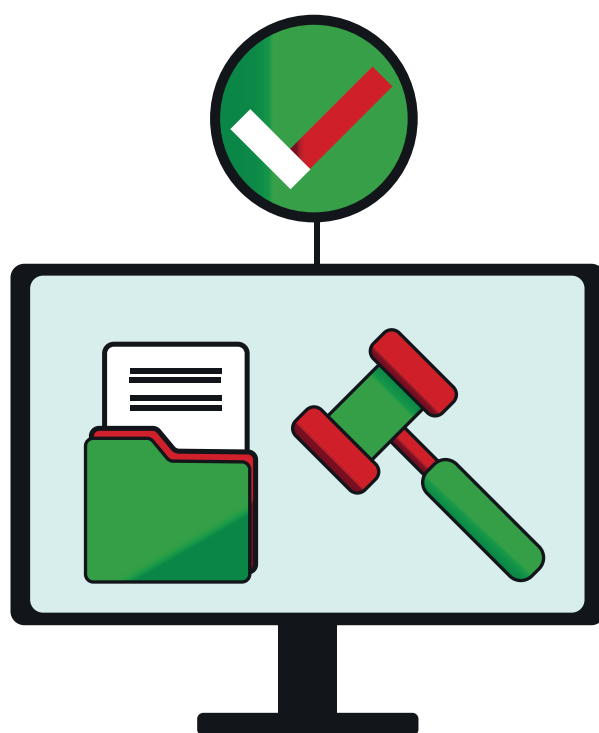
EXEMPLO: Preciso adquirir um Modelo anatômico para fins didáticos - material silicone para as aulas práticas do laboratório de ensino. O que fazer?

1 - Solicitar acesso ao sistema. Ver página 11.

2- Cadastrar a necessidade, através do preenchimento de DFD, no sistema PGC, no ano anterior ao da contratação. (Caso a necessidade seja para o ano de 2026, a demanda deverá ser cadastrada no ano de 2025) Ver páginas 15 a 17.

3- No ano da aquisição/contratação, após a publicação de portaria de unidade supridora, elaborar os documentos no Portal Compras.gov (ETP, MAPA DE RISCOS E TR). Ver páginas 19 a 27.

4- Abrir processo no SEI contendo todos os documentos e enviar para a chefia imediata que seguirá os trâmites para envio ao setor de licitações. Ver páginas 28 a 30.



DÚVIDAS FREQUENTES

COMO POSSO ADQUIRIR O MATERIAL QUE JÁ ESTÁ DISPONÍVEL EM ATA?

É necessário verificar junto à chefia a existência de recursos orçamentários, previamente à abertura do processo para aquisição de material. Para abertura do processo, ver ON 01/2024 DLC: https://www.ifs.edu.br/images/ON_1.2024_DLC_1.pdf.

TIVE DÚVIDAS NA ELABORAÇÃO DOS ARTEFATOS, O QUE FAÇO?

Na portaria de unidade supridora, um agente de contratação é designado para auxiliar e assessorar na elaboração dos documentos.

QUANTO TEMPO APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO POSSO ADQUIRIR OS ITENS?

Os itens ficarão disponíveis pelo tempo de vigência da ata.

COMO FAÇO PARA SABER SE A DEMANDA FOI CADASTRADA NO PGC?

Consultando diretamente o sistema PGC ou PNCP.

CASO O MATERIAL NÃO TENHA SIDO CADASTRADO NO PGC, COMO POSSO SOLICITAR?

A demanda pode ser inserida fora do prazo, conforme período para revisão estabelecido no Decreto 10947.

COMO SOLICITO A INCLUSÃO DA DEMANDA NO PGC?

Com a devida justificativa, encaminhada ao setor de licitações, com anuência da autoridade competente.

O QUE ACONTECE SE OS ITENS DO PREGÃO FOREM DESERTOS OU FRACASSADOS?

O requisitante é comunicado e consultado sobre a necessidade de republicação dos itens, revisando e alterando o TR, caso necessário.

COMO CONSIGO ACESSO AO SISTEMA COMPRAS.GOV?

Através do preenchimento de formulário, solicitado ao setor de contratos, através do e-mail contratos@ifs.edu.br.

O QUE ACONTECE SE EU NÃO CONSEGUIR ABRIR O PROCESSO NO PRAZO INFORMADO NA PORTARIA?

Deve ser justificado por e-mail ao DEL e à chefia o motivo do atraso, que verificará a possibilidade de prorrogação do prazo.

ONDE ENCONTRAR OS EDITAIS DE PREGÕES E ATAS DISPONÍVEIS?

No site do IFS é possível consultar os editais de pregões, bem como as suas respectivas atas tanto do ano atual quanto de anos anteriores:

<https://encr.pw/ifs-proad-diretoria-licitacoes-e-contratos-pregoes>

INFORMAÇÕES ÚTEIS

■ SETORES

DLC - DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DEL - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DM - DIVISÃO DE MATERIAIS
DS - DIVISÃO DE SERVIÇOS
CRPP - COORDENAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS
COC - COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

CONTATOS ■

E-MAIL: licitacoes@ifs.edu.br/ dlc@ifs.edu.br/ contratos@ifs.edu.br
RAMAIS: 1462/1458/1459

■ LEGISLAÇÃO

Lei 14.133/2021 - Lei de licitações e contratos administrativos

Decreto 10947/2022 - Institui o PGC

IN 40/2020 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares

IN 81/2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de referência

ON 01/2024/DLC - Dispõe sobre abertura de processo para aquisição ou contratação de serviços

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/ CONSTITUICAO.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). ACESSO EM: 05 DE JULHO DE 2023.

_____. DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004. REGULAMENTA O § 2º DO ART. 36 E OS ARTS. 39 A 41 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2004-2006/2004/DECRETO/ D5154. HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). ACESSO EM: 30 DE JUNHO DE 2023.

_____. LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. REGULAMENTA O ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1993. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L8666CONS.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). ACESSO EM: 05 DE JULHO DE 2023.

_____. LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L9394.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). ACESSO EM: 02 DE JULHO DE 2023.

_____. LEI Nº 11.892 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. INSTITUI A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, CRIA OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2007-2010/2008/LEI/L11892.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). ACESSO EM: 25 DE JUNHO DE 2023.

_____. LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021. LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2019-2022/2021/LEI/L14133.HTM?ORIGIN= INSTITUICAO](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm?origin=instituicao). ACESSO EM: 30 DE JUNHO DE 2023.

BRITO, EMÍLIA FERNANDES DE. APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS PROCESSOS DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO IFG/CAMPUS FORMOSA. 2023. 141 F. DISSERTAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2023.

CAMARGO, FLAVIO WERLE DE. ELABORAÇÃO DE UM GUIA DE COMPRAS PÚBLICAS PARA SERVIDORES DO IFRS. 2021. 99 F. DISSERTAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, 2021.

DUARTE, ROSANE SOARES DE CARVALHO. SETOR DE COMPRAS DO IFRS – CAMPUS RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM AS COORDENAÇÕES DE CURSO. 2019. 60 F. DISSERTAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. INSTITUTO FEDERAL SUL RIO GRANDENSE, CHARQUEADAS. 2019.

GANDIN, DANILO. PLANEJAMENTO COMO PRÁTICA EDUCATIVA. 18 ED. SÃO PAULO: LOYOLA, 2010. RAMSCI, ANTONIO. CADERNOS DO CÁRCERE VOL. 2. INTELECTUAIS, PRINCÍPIO EDUCATIVO, JORNALISMO. 2ª ED. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 113, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021. DISPÕE SOBRE O REGIMENTO GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS. ARACAJU: IFS, 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IFS.EDU.BR/IMAGES/1DOCUMENTOS/2018/1-JANEIRO/RESOLUO_CS-IFS_113.PDF](http://www.ifs.edu.br/images/1DOCUMENTOS/2018/1-JANEIRO/RESOLUO_CS-IFS_113.PDF). ACESSO EM: 20 DE JUNHO DE 2023.

REFERÊNCIAS

_____. RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 128, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022. APROVA A REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI, INSTERSTÍCIO 2020-2024, DO IFS. ARACAJU, 2022. DISPONÍVEL EM: RESOLUO_CS-IFS_128.2022_APROVA_A_REVISO_DO_PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_INSTITUCI.PDF. ACESSO EM:10 DE JULHO DE 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). REGULAMENTO GERAL DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL. ESPÍRITO SANTO, 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IFPI.EDU.BR/PROFEPT/DOCUMENTOS/REGULAMENTO-GERAL](https://www.ifpi.edu.br/profept/documentos/regulamento-geral). ACESSO EM: 20 DE JUNHO DE 2023.

KAPLÚN, GABRIEL. MATERIAL EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DE APRENDIZADO. COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO, (27), 46-60, 2003. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.REVISTAS.USP.BR/ COMUEDUC/ARTICLE/VIEW/37491](http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491). ACESSO EM 10-11-2023.

LOPES, GUILHERME ANDRADE. PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO DA ATUAÇÃO DOCENTE EM SUAS ATIVIDADES PRÁTICAS NO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS CAXIAS. 2023. 137 F. DISSERTAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. PARNÁIBA, 2023

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS; OLIVEIRA, JOÃO FERREIRA; TOSCHI, MIRZA SEABRA (ORGS.). EDUCAÇÃO ESCOLAR: POLÍTICAS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO. EDITORA CORTEZ, 2017.

LUDKE, MENGA; ANDRÉ MARLI. PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ABORDAGENS QUALITATIVAS. 2.ED. RIO DE JANEIRO. EPU, 2018.

ANACORDA, MÁRIO A. O PRINCÍPIO EDUCATIVO EM GRAMSCI. PORTO ALEGRE: ARTMED, 1990.
MARX, KARL E ENGELS, FRIEDRICH. MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA. 3.ED. SÃO PAULO: SUNDERMANN, 2017.

PACHECO, ELIEZER MOREIRA. OS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. [E-BOOK]. NATAL: IFRN, 2010, 28 F. DISPONÍVEL EM: [HTTP://MEMORIA.IFRN.EDU.BR/HANDLE/1044/1013](http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013). ACESSO EM: 10 DE JULHO DE 2023.

PARO, VÍTOR HENRIQUE. CRÍTICA DA ESTRUTURA DA ESCOLA. 2 ED. SÃO PAULO. CORTEZ, 2016. QUENEHEN, ROMULO. DIREITO ADMINISTRATIVO. CURITIBA: CONTENTUS, 2021.

RICHARDSON, ROBERTO JARRY E COLS. PESQUISA SOCIAL: MÉTODOS E TÉCNICAS. 3. ED. - 14. REIMPR. - SÃO PAULO ATLAS, 2012.

SALM, JOSÉ FRANCISCO; MENEGASSO, MARIA ESTER. OS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO ESTRATÉGIAS COMPLEMENTARES PARA ACOPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO. REVISTA DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO, V. 11, N. 25, P. 97-120, SET/DEZ 2009. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFSC.BR/INDEX.PHP/ADM/ARTICLE/VIEW/2175-8077.2009V11N25P83/12590+](https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009V11N25P83/12590+). ACESSO EM: 09 DE JULHO DE 2023

SANTOS, GILDAIR LOPES DOS. SILVA, ASSIS LEÃO DA. A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: APROXIMAÇÕES DA LITERATURA ACADÊMICA. GT 05 - ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, P.1940-1955, 2020.

SAVIANI, DEMERVAL. HISTÓRIA DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL. 3ED. CAMPINAS: AUTORES ASSOCIADOS, 2011.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DOCENTES

1- HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NO IFS?

() ATÉ 2 ANOS () ENTRE 2 E 5 ANOS () ENTRE 5 E 10 ANOS () MAIS DE 10 ANOS

2- VOCÊ CONSIDERA QUE A ESTRUTURA FÍSICA E A DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAIS SÃO IMPORTANTES PARA O PROCESSO DE ENSINO NA EPT?

() SIM () NÃO

3- JÁ ATUOU OU HÁ QUANTO TEMPO ATUA COMO COORDENADOR DE CURSO?

() NUNCA () MENOS DE 2 ANOS () ENTRE 2 E 5 ANOS () MAIS DE 5 ANOS

4- CONSIDERA A CARGA HORÁRIA DESTINADA ÀS ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO ADEQUADA ÀS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO?

() CONCORDO () CONCORDO PARCIALMENTE () DISCORDO
PARCIALMENTE () DISCORDO

5- QUAL A IMPORTÂNCIA DAS AULAS PRÁTICAS PARA O CURSO QUE COORDENA?

() NADA RELEVANTE () POUCO RELEVANTE () RELEVANTE
() MUITO RELEVANTE

6- VOCE ACHA QUE UMA INFRAESTRUTURA ADEQUADA À REALIZAÇÃO DE AULAS TANTO TEÓRICAS QUANTO PRÁTICAS FAVORECE O PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM?

() CONCORDO () CONCORDO PARCIALMENTE () DISCORDO
PARCIALMENTE () DISCORDO

7- JÁ TEVE DIFICULDADE OU IMPEDIMENTO NA REALIZAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS DEVIDO À FALTA DE RECURSOS MATERIAIS PARA O CURSO?

() CONCORDO () CONCORDO PARCIALMENTE () DISCORDO
PARCIALMENTE () DISCORDO

8- JÁ ATUOU COMO REQUISITANTE DE MATERIAL PARA O CURSO?

() SIM () NÃO

9- CONSIDERA IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DO DOCENTE NESSES PROCESSOS DE COMPRAS E AQUISIÇÕES? POR QUÊ?

10- SE SENTE CAPACITADO PARA ATUAR COMO REQUISITANTES DE MATERIAIS PARA O CURSO?

☐ CONCORDO ☐ CONCORDO PARCIALMENTE ☐ DISCORDO PARCIALMENTE ☐ DISCORDO

11- APONTE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAIS:

☐ AUSÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIROS NA INSTITUIÇÃO
☐ POUCA EXPECTATIVA NO ATENDIMENTO DA REQUISIÇÃO
☐ EXCESSO DE FORMALIDADES, DOCUMENTOS E TRÂMITES ADMINISTRATIVOS
☐ DESCONHECIMENTO SOBRE A LEGISLAÇÃO
☐ FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE O FLUXO INTERNO DO PROCESSO
☐ VOLUME DE TRABALHO
☐ FALTA DE PLANEJAMENTO
☐ FALTA DE TEMPO
OUTROS _____

12- APONTE SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA O PROCESSO DE AQUISIÇÕES NO IFS:**13- QUE TIPO DE MATERIAL PODERIA AUXILIÁ-LO NO SEU PAPEL DE REQUISITANTE DE MATERIAIS?**

☐ E-BOOK ☐ CARTILHA ☐ OFICINA ☐ VÍDEO INSTRUCIONAL
☐ OUTRO

14- QUE INFORMAÇÕES CONSIDERA IMPORTANTE NESSE MATERIAL?

☐ PASSO A PASSO PARA ABERTURA DO PROCESSO
☐ EXEMPLOS PRÁTICOS
☐ LEGISLAÇÃO SOBRE LICITAÇÕES
☐ PRINCIPAIS DOCUMENTOS DO PROCESSO
☐ RESPONSÁVEIS POR CADA ETAPA DO PROCESSO
☐ CALENDÁRIO DO PLANEJAMENTO DAS COMPRAS
☐ OUTROS

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PREGOEIROS**1-HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NO IFS?**

() ATÉ 2 ANOS () ENTRE 2 E 5 ANOS () ENTRE 5 E 10 ANOS () MAIS DE 10 ANOS

2-HÁ QUANTO TEMPO ATUA NO SETOR DE LICITAÇÕES?

() ATÉ 1 ANO () ENTRE 1 E 2 ANOS () ENTRE 2 E 5 ANOS () MAIS DE 5 ANOS

3-CONSIDERA QUE OS DOCENTES (COORDENADORES DE CURSO) SENTEM DIFICULDADE NO DESEMPENHO DE SEU PAPEL DE REQUISITANTE?

() CONCORDO () CONCORDO PARCIALMENTE () DISCORDO PARCIALMENTE () DISCORDO

4-QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS COORDENADORES DE CURSO NO PAPEL DE REQUISITANTES?

() POUCA EXPECTATIVA NO ATENDIMENTO DA REQUISIÇÃO
() FALTA DE TEMPO
() DESCONHECIMENTO SOBRE A LEGISLAÇÃO
() FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE O FLUXO INTERNO DO PROCESSO
() VOLUME DE TRABALHO
() FALTA DE PLANEJAMENTO
() AUSÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS NA INSTITUIÇÃO
() EXCESSO DE FORMALIDADES, DOCUMENTOS E TRÂMITES ADMINISTRATIVOS
OUTROS _____

5-VOCÊ CONSIDERA QUE HÁ UM NÚMERO ELEVADO DE ITENS DESERTOS OU FRACASSADOS NAS LICITAÇÕES PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LABORATÓRIO PARA OS CURSOS?

() CONCORDO () CONCORDO PARCIALMENTE () DISCORDO PARCIALMENTE () DISCORDO

6-O QUE VOCÊ CONSIDERA A PRINCIPAL CAUSA PARA OS ITENS DESERTOS/FRACASSADOS NESSE TIPO DE LICITAÇÃO?

() ERROS NA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
() PLANEJAMENTO INADEQUADO
() PREÇOS ACIMA OU ABAIXO DO VALOR DE MERCADO
() FALTA DE INTERESSE DE LICITANTES
() OUTROS _____

7-APONTE SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA O PROCESSO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA OS CURSOS TÉCNICOS NO IFS:

8-QUE TIPO DE MATERIAL PODERIA AUXILIAR OS DOCENTES NO SEU PAPEL DE REQUISITANTE DE MATERIAIS?

☐ E-BOOK ☐ CARTILHA ☐ OFICINA ☐ VÍDEO INSTRUCIONAL
☐ OUTRO

9-QUE INFORMAÇÕES CONSIDERA IMPORTANTE NESSE MATERIAL?

☐ PASSO A PASSO PARA ABERTURA DO PROCESSO
☐ EXEMPLOS PRÁTICOS
☐ LEGISLAÇÃO SOBRE LICITAÇÕES
☐ PRINCIPAIS DOCUMENTOS DO PROCESSO
☐ RESPONSÁVEIS POR CADA ETAPA DO PROCESSO
☐ CALENDÁRIO DO PLANEJAMENTO DAS COMPRAS
☐ OUTROS

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

ATRIBUA UMA NOTA DE 1 A 5 ÀS SEGUINTE QUESTÕES:

1- A LINGUAGEM DO MATERIAL FOI DE FÁCIL COMPREENSÃO?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

2- O MATERIAL APRESENTADO AMPLIOU SEU CONHECIMENTO SOBRE O ASSUNTO?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

3- ACREDITA QUE O MATERIAL PODE AUXILIÁ-LO NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

4- ACREDITA QUE AS INFORMAÇÕES TRAZIDAS PODEM CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DOS PROCESSO DE AQUISIÇÕES NO IFS?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

5- EM UMA ESCALA DE 0 A 10, ATRIBUA UMA NOTA PARA O MATERIAL

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10

6- APONTE CRÍTICAS OU SUGESTÕES DE MELHORIA PARA O MATERIAL.